

ISSN 1806-4906

03

Revista do



Revista do GEL · V.3 · 2006

Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

REVISTA DO GEL

ISSN 1806-4906

Revista do GEL	Araraquara-SP	V.3	p.1-224	2006
----------------	---------------	-----	---------	------

Revista do GEL
Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1
14800-901 – Araraquara-SP
revistadogel@fclar.unesp.br

Comissão Editorial
Alessandra Del Ré
Arnaldo Cortina
Cristina Altman
Cristina Carneiro Rodrigues
Olga Ferreira Coelho
Rodolfo Ilari

Editora Responsável
Alessandra Del Ré

Assessoria Técnica
Gráfica DaVince

Editoração Eletrônica e Capa
Gráfica DaVince

Revisão de Língua Portuguesa
Marco Antônio Domingues Sant'Anna

Revisão de Língua Inglesa
Elaine Carneiro Domingues Sant'Anna

e
Carlos Eduardo Mendes de Moraes

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona-Espanha), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges-França), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP-Marília), Marco Antonio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora-Portugal), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Maria Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Oslo-Noruega), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain-Bélgica), Raquel Santana Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marchezan (UNESP-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP-SJRP), Wilmar da Rocha Dangelis (UNICAMP).

Publicação anual/Annual publication
Solicita-se permuta/Exchange desired

REVISTA DO GEL/Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. – Vol. 1 (2004).
Araraquara, Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2004 –

Anual
ISSN 1806-4906

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 07

ARTIGOS

O ESTATUTO DAS PALAVRAS EM VIEIRA NA EXPRESSÃO
DO PROFETISMO
Lineide Salvador Mosca 09

A FORMAÇÃO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DO PROFISSIONAL
DA ÁREA JURÍDICA
Maria Helena Cruz Pistori 25

REI DAVI: O DISCURSO PASSIONAL NA BÍBLIA E NO CINEMA
Mariza Bianconcini Teixeira Mendes 47

GRAMÁTICA E HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: REFLEXÕES
ACERCA DE ALGUNS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS
Maurício Silva 59

TRAÇOS FORMAIS E SEMÂNTICO-DISCURSIVOS NO PROCESSO
DE GRAMATICALIZAÇÃO DE *VOSSA MERCÊ* > *VOCE*
Márcia Cristina de Brito Rumeu 67

TODOS JUNTOS: UM ESTUDO DO PAPEL DA FLUTUAÇÃO DE
TODOS NAS RELAÇÕES INFORMACIONAIS DA SENTENÇA
Ana Paula Quadros Gomes 83

O JOGO DE INTERDEPENDÊNCIAS ENTRE A SEMÂNTICA DO
VERBO E AS ALTERNÂNCIAS DE DIÁTESE
Hélio Roberto de Moraes e Bento Carlos Dias-da-Silva 107

A EQUIVALÊNCIA DE SUBSTANTIVOS POLISSÊMICOS (FRANCÊS
E PORTUGUÊS) E O USO DE DICIONÁRIOS BILÍNGÜES
Maria Cristina Parreira da Silva 127

LEXICAL PATTERNS IN THE READING COMPREHENSION SECTION
OF THE TOEFL TEST
Fabiana MacMillan 143

LEITURA, LITERATURA E TRADUÇÃO: A NECESSIDADE DE
ADEQUAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUAS NÃO-MATERNAS
Sérgio Flores Pedroso 173

A POLISSEMIA DO *COMO*... ? NAS DIFERENTES CONDUTAS
EXPLICATIVAS INFANTIS PRODUZIDAS EM MEIO ESCOLAR
Sílvia Dinucci Fernandes, Zelita Caldeira Ferreira Guedes
e Alessandra Del Ré 189

RESENHA

DE RATIONIBUS EXORDIENDI: OS PRINCÍPIOS
DA HISTÓRIA EM ROMA
por Ronaldo de Oliveira Batista 207

ÍNDICE DE ASSUNTOS 211

SUBJECT INDEX 213

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX..... 215

EDITORIAL

O terceiro número da Revista do GEL dá prosseguimento à sua política editorial, divulgando textos acadêmicos, originais e inéditos, individuais ou coletivos, de autores novos e consagrados, que resultam de pesquisas nas áreas de Lingüística e Letras. Permanece, igualmente, o caráter heterogêneo dos trabalhos, defendido desde a criação da Revista (maio de 2001), que o leitor vai poder conferir, aqui, nos 12 trabalhos publicados.

Cabe informar que, dentre essas produções, há também, além dos artigos, uma resenha crítica do livro “*De rationibus exordiendi*: os princípios da história em Roma”, elaborada por *Ronaldo de O. Batista*. Apesar da reconhecida importância de trabalhos dessa natureza, difundindo informação e pontos de vista, o número de submissões desse tipo de texto é ainda pouco expressivo. Aguardamos que, para o próximo número, haja um aumento no número de resenhas.

E, se por um lado, ainda seja necessário incentivar o espírito crítico na produção de textos, por outro, observamos um discreto crescimento na quantidade de submissões de artigos, sobretudo nos últimos quatro meses, fato que, talvez, possa representar a possibilidade de se cogitar a publicação semestral da revista.

Esse relativo aumento justifica-se, acreditamos, pela seriedade do trabalho realizado tanto pela comissão quanto pelo conselho editorial desta Revista nos encaminhamentos e avaliações dos artigos. Nessa ainda tímida divulgação “boca a boca”, a Revista vem ganhando respeito, identidade e, sobretudo, novos adeptos.

Desse modo, a seção de Artigos, inicia-se com uma investigação do profetismo na obra de Vieira, à luz da Argumentação e da Retórica (*Lineide S. Mosca*). Essa fundamentação teórica também serve de base para o segundo artigo (*Maria Helena C. Pistori*), cujo objetivo é

desvendar o *ethos* do profissional de Direito, por meio de recursos lingüísticos e discursivos. Seguindo os passos desse trabalho, o terceiro texto (*Mariza B. T. Mendes*) vai buscar subsídios adicionais – além dos recursos discursivos – na linguagem sincrética a fim de desvendar as estratégias enunciativas utilizadas na Bíblia e no cinema.

A partir do quarto artigo, os trabalhos tomam uma outra direção: a conceituação da gramática (*Maurício Silva*) e o processo de gramaticalização (*Márcia C. de B. Rumeu*); a análise de *todos* de acordo com sua posição na sintaxe aberta (*Ana Paula Q. Gomes*); a investigação dos ‘verbos de movimento’, tendo como pano de fundo a Lexicologia e a Semântica (*Hélio R. de Moraes e Bento C. Dias-da-Silva*); na mesma área, a polissemia em substantivos do português e do francês (*Maria Cristina P. da Silva*); com relação à língua inglesa, a análise de elementos lingüísticos que envolvem a leitura e a compreensão dos testes do TOEFL (*Fabiana MacMillan*); no âmbito da Lingüística Aplicada, o papel da literatura nos livros didáticos de espanhol (*Sérgio F. Pedroso*); e por fim, com vistas à Aquisição da Linguagem, a polissemia do *como...?* nas explicações dadas por crianças pequenas (*Sílvia D. Fernandes, Zelita C. F. Guedes e Alessandra Del Ré*).

Agradecemos a todos os colaboradores que encaminharam seus textos para apreciação e aos pareceristas *ad hoc* pelas críticas e sugestões para o aprimoramento das idéias apresentadas neste exemplar. Manifestamos também nosso reconhecimento a Arnaldo Cortina, membro da Comissão Editorial e Presidente do GEL, pelo incansável e inestimável apoio ao longo da confecção deste número.

E, para finalizar, convido o leitor a, inicialmente, se deleitar com os textos publicados neste número, e posteriormente, a debatê-los, a produzir novos artigos, resenhas, pois é a sua contínua colaboração que tornará esta revista cada vez mais qualificada e reconhecida na área...

Alessandra Del Ré
Editora responsável

O ESTATUTO DAS PALAVRAS EM VIEIRA NA EXPRESSÃO DO PROFETISMO

Lineide SALVADOR MOSCA¹

■ **RESUMO:** O presente estudo objetiva examinar os diversos valores atribuídos ao uso da palavra por Vieira, no que toca às previsões e antevisões da história portuguesa e do mundo da época, como homem sintonizado com o seu tempo. A polémica entre sebastianistas e joanistas e outros lances políticos de relevo na época ensejam o estudo das modalidades lingüísticas para a expressão da certeza/incerteza (epistêmica), do possível/impossível (alética) e a do dever (deôntica). Ressaltava-se o caráter obrigatório de determinadas ações a serem cumpridas pelo povo lusitano. Para tanto, este deveria julgá-las possíveis e nelas crer. O caráter de promessa que permeia o discurso social da década de 1660, tendo Vieira como grande porta-voz, aponta o caráter performativo de sua linguagem e também da História. O profetismo na obra de Vieira vem recebendo ultimamente tratamento mais acurado, constituindo alvo de novas investigações. A fundamentação teórica do presente trabalho situa-se no âmbito dos estudos da Argumentação e da Retórica, havendo ainda que considerar a transdisciplinaridade exigida por tais estudos e ditada pela personalidade multifacetária de Vieira como missionário, orador, diplomata, confessor/conselheiro, numa orquestração de vozes.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Profetismo. História. Discurso. Linguagem. Argumentação. Retórica. Eficácia.

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP – 05508-900, São Paulo-SP, Brasil. E-mail: lineide@usp.br.

Introdução

A tensão e os conflitos permeiam a obra de Vieira, razão pela qual ele se tornou um espelho de seu tempo, o século XVII, tendo participado dos principais debates em torno dos problemas que afligiam a sociedade de então. Os seus críticos o consideraram a figura culminante de sua nacionalidade, afeito que era a entrar na máquina administrativa que a comandava. Estava, por isso, sempre bem perto do poder e das decisões.

Este quadro inicial já indica por si só o campo propício que constitui a sua vida e a sua obra para a retórica, como ação e como discurso, ou melhor dizendo, para o discurso enquanto ação: espaço de controvérsia, lugar da opinião e da argumentação.

Este fato fica evidente em suas próprias palavras. Veja-se trecho da carta que envia ao Rei, quando lhe escreve da Holanda, para onde fora negociar posições a respeito de questões políticas e financeiras, em especial a situação dos judeus expatriados e o confisco de seus bens. São declarações nas quais ao afeto juntavam-se promessas:

Sua majestade saberá muito cedo por cartas quão leais vassallos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e se Deus me leva a seus reais pés, eu prometo a V. Mercês que fique muito mais confirmado no bom ânimo em que o deixei, porque até agora o persuadia com argumentos do discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiências de vista. As cousas grandes não se acabam de repente: hão mister de tempo e todas têm seu tempo. O desta parece que é chegado porque vejo concorrerem para ela todas as influências, de que não digo mais, porque isso é papel (Cartas, 1º, 92).

Vieira tinha, portanto, plena consciência dos limites do discurso e de como os contactos pessoais e as experiências locais eram importantes.

Dentro dos aspectos multifacetários da obra vieiriana, que percorre variados gêneros, das cartas aos sermões e aos tratados (*O Quinto Império do Mundo*, *A História do Futuro* e os não concluídos *Clavis Prophetarum* e *Apologia das coisas profetizadas*) e também as suas *Defesas perante o Tribunal do Santo Ofício*, escolheu-se para exame um tema constante ao longo da unidade intrínseca de sua vida e obra, a questão do profetismo e dos recursos de que Vieira se serve para transmiti-lo, assim como a sua posição a esse respeito.

Profetismo e a questão do gênero

Não se pode estabelecer um rígido corte quanto ao gênero no tratamento da questão do profetismo, uma vez que em missivas já tratava ele do assunto. Tal é o caso de *Esperanças de Portugal*, sob forma de uma carta escrita no Maranhão e que veio a constituir um anteprojeto da *História do Futuro*. Além disso, Vieira já fazia referências a esse empreendimento em várias cartas suas e também nos próprios sermões. Entre esses, podemos citar o de São Sebastião, em que faz alusões ao sebastianismo e a carta de Vieira ao Bispo do Japão e que, na verdade, daria margem ao surgimento de *O Quinto Império do Mundo*. Constitui, pois, o profetismo uma idéia constante a atravessar toda a obra vieiriana, embora de modo mais explícito e sistemático a partir da *História do Futuro*, prosseguindo na *Clavis Prophetarum* e na *Apologia das coisas profetizadas*.

Vieira toma o sentido de *profecia* dentro de um quadro da História e baseado nos múltiplos exemplos que esta deu ao longo de sua trajetória e procura fundamentar essa noção com provas auridas na Antigüidade e nos tempos modernos. Confira-se o seguinte trecho da *História do Futuro* (1982, p.143):

Não meteremos porém nesta conta senão aquelas profecias somente que, ou pela santidade de seus autores, aprovados e canonizados pela Igreja, ou por outros fundamentos sólidos da razão, experiência e opinião do Mundo, tenham merecido, no juízo dos prudentes, o nome e veneração de profecias ou predições verdadeiras. A este fim, empregarei grande parte deste presente livro na qualificação do espírito profético que tiveram todos os autores do futuro que nesta História se hão de alegar, por ser este não só o principal, senão o único fundamento de toda sua verdade, e sem o qual vã e imeritamente lhe devemos prometer o crédito que de todos os que a lerem esperamos.

Trata-se, do que se depreende, de uma *atitude* profética, antes de mais nada, com fortes fundamentos e que pudessem ganhar a credibilidade das pessoas, enfim, dos seus destinatários, abarcando o argumento de autoridade das vozes convocadas para confirmação das teses do autor.

Outra forma de unidade que se observa em Vieira, além da que já mencionamos entre vida e obra, está o fato de que nele o missionário e o pensador social são indissociáveis, a visão crítica nunca estando ausente de suas preocupações. Entre estas, localiza-se o seu desejo de criar uma unidade

luso-brasileira entre a metrópole e a colônia, o que bem exemplificou ao longo de sua jornada, nos múltiplos deslocamentos cá e lá. Para representar esses deslocamentos propõe-se um quadro que indica os principais períodos de sua trajetória:

Portugal	Bahia	Portugal	Missões no Brasil	Portugal	Brasil
Nasce em 1608	Período religioso Holandeses no Brasil	Período político Restauração 1640 Deslocamentos locais Holanda Roma	Período missionário Maranhão e Pará	Desterro	Morre em 1697

No acompanhamento desses deslocamentos é que se podem notar as mudanças em seu pensamento e atitudes, sobretudo no que toca à interpretação da sociedade colonial e do Novo Mundo e também à sua vocação missionária. Esses dois aspectos estão sempre juntos no pensamento social de Vieira. Bem diferente é a sua interpretação do Novo Mundo em sua volta da Europa em comparação a que tinha anos atrás em sua primeira vinda. Pouco a pouco, foi-se firmando em Vieira a concepção de que a nação portuguesa estaria destinada a conduzir a Igreja Católica na sua missão de converter os judeus da Europa e os não-cristãos do Novo Mundo. Tanto a nação portuguesa, em seu *ethos* coletivo, como o grupo de missionários da Companhia de Jesus, deveriam ter ciência dos papéis que iriam cumprir no conjunto de revelações dado a partir das escrituras e que caberia interpretar à luz das necessidades de seu tempo. Havia, entretanto, uma tensão entre o projeto imperial e o empreendimento missionário, que os escritos de Vieira bem retratam em seus sermões e nos escritos proféticos. As palavras revelam esse conflito que ele vivia ao realizar este duplo objetivo: trata-se de expressões antitéticas, oxímoros, inversões, paradoxos que consubstanciam essa luta em diversas frentes.

Fases básicas e o discurso profético

Pode-se destacar, sob esse prisma, três fases básicas: 1º conflito entre os missionários jesuítas e os da Ordem na Europa, acerca da conduta para com os índios, sobretudo a alocação de seu trabalho. 2º Ação de seus opositores e a volta à Europa; 3º volta ao Brasil pela última vez. Aponta, desta vez, dois

grupos para o projeto visionário a cumprir: a Coroa e os jesuítas.

Em todas as idas e vindas a que se submeteu, pode-se avaliar qual postura foi predominante na multifacetária vida pública de Vieira, que não declinava facilmente de seus propósitos. O grande estudioso seu e de sua época, José Lúcio de Azevedo, no segundo tomo de *História de António Vieira* (1931) aponta um Vieira vidente (1662-1668), um Vieira revoltado (1669-1680) e um Vieira vencido (1681-1697). Cremos, entretanto, que o fato de ele ter se dobrado ao Tribunal do Santo Ofício, tal como se dera com Galileu, que abjurou suas teses, não fez dele um derrotado, conforme a História mostrará mais tarde. Interessa-nos também a obra de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, cuja 2ª edição data de 1947, com correções, emendas e atualizações da primeira.

Em sua introdução a *The Fire of Tongues António Vieira and the Missionary Church in Brazil and Portugal* (1998), Thomas Cohen salienta o fato de que a situação era bem mais complexa e menos previsível do que Azevedo aponta em sua periodização. Num balanço crítico dos trabalhos vieirianos existentes, que inclui não só os comentaristas estrangeiros, mas também os estudiosos brasileiros mais antigos e os recentes, Cohen faz um juízo sereno de toda essa turbulência que envolve a obra e vida do autor.

A literatura sobre os escritos proféticos de Vieira é ainda escassa e requer estudos mais minuciosos, segundo José van den Besselaar em seu livro *Antonio Vieira: o Homem, a obra, as idéias* (1981, p. 137). A sua edição crítica do *Livro antepimeiro da História do Futuro* (1976) constitui uma extraordinária contribuição para a compreensão dos escritos proféticos de Vieira, ao lado de sua não menos importante obra *O Sebastianismo- história sumária* (1982). Deste mesmo ano é a edição crítica da *História do Futuro*, precedida dos textos do *Livro antepimeiro*, de autoria de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Já na década de 90, tem-se a organização e fixação do texto *Apologia das coisas profetizadas* (1994), empreendida por Adma Fadul Muhama e, da mesma autora, *Os autos do processo de Vieira na Inquisição* (1995), publicado pouco antes da comemoração do III Centenário da morte de Vieira e exposto no impressionante acervo vieiriano da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se pôde ver os próprios originais dos autos da Inquisição. Conforme se nota, é imprescindível o trabalho crítico e filológico, em se tratando da edição de uma obra como a do Pe. António Vieira.

Cabe citar, pela sua extensão e relevância, os 12 volumes intitulados *Obras Escolhidas* (1951-1954), valiosos por seus prefácios e notas de António

Sérgio e Hernani Cidade e deste último a edição da *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício* (1957).

Vieira: linguagem e discurso

Os problemas existentes no Brasil colônia, de natureza religiosa e social, eram inteiramente novos, sobretudo a questão do índio e de seu *lugar* numa sociedade colonial, constituindo esta uma questão central no pensamento de Vieira. É evidente que estes problemas não poderiam ser expressos em nenhum vocabulário europeu já estabelecido e mesmo as perífrases não davam conta dos novos aspectos a exprimir. Ocorre ainda que a questão lingüística estava diretamente ligada à interpretação teológica, na dependência de uma exegese dos textos. Havia, pois, a necessidade de uma acomodação da língua.

Não é nosso intento fazer um inventário de todas as técnicas usadas por Vieira no que toca ao uso da palavra, mas lembrar que “as disciplinas da palavra eram os instrumentos privilegiados do conhecimento, pois tudo se escondia no texto”, na afirmação de Saraiva, em seu conjunto de ensaios intitulado *O discurso engenhoso* (SARAIVA, 1996, p.95).

Para o historiador português, o século XVII, na Península Ibérica, é uma continuação da Idade Média, em que o sentido tropológico ou imagético das palavras tinha um grande valor. O discurso engenhoso seria exatamente aquele que, além do procedimento gramatical e etimológico, alia todos os processos pelos quais as palavras dizem muito mais do que significam no contexto. Isto vem reiterar o que foi dito atrás a propósito da interpretação e da exegese. O autor engenhoso, tal como Vieira, depende das palavras e, ao mesmo tempo, liberta-se delas, fragmentando-as, explicando a sua etimologia, fazendo jogo com elas, disjungindo significante e significado e outros artificios. É nesse sentido que podemos falar em uso poético de sua linguagem, ou seja, enquanto libertação do signo, embora essa linguagem obedeça às regras da língua e de sua formação.

No nível do discurso, entendido como encadeamento, desenvolvimento, fica evidente que a ordem do discurso não é necessariamente uma ordem lógica, razão pela qual Vieira nos fala do discurso do tempo, muito mais do que da razão, daí as noções de passado e de futuro se mesclarem, como o próprio título *História do Futuro* nos demonstra. Na sua época, discurso era também entendido como raciocínio. Há, entretanto, momentos mesmo em que ele beira o onírico, o fantasmagórico, abolindo a relação com a lógica, mas as palavras não fogem à gramática. Conquanto as leis desta sejam observadas, a polissemia e a ambigüidade possibilitam a evasão do rigor e romper a bi-uni-

vocidade significante/significado. Veja-se, por exemplo, o jogo de plurissignificação quando Vieira utiliza o termo *pena*, na acepção de escritura e na acepção de sofrimento.

Sempre apoiado na voz de autoridade bíblica, Vieira compara as línguas de fogo dos apóstolos, tal como aparece em Pentecostes, à situação com que se deparam os jesuítas no Novo Mundo ao entrar em contacto com outras línguas, que caberia conhecer.

É a época em que vai crescendo o sebastianismo já mencionado e em que as trovas de Bandarra eram aplicadas a D. João IV, que se acreditava ressuscitaria para criar o Quinto Império. Eram verdadeiros enigmas e decifrações para explicar as trovas de Bandarra e nelas entram não só a linguagem figurada (a partir de *leão, lobo, peçonha, veneno* etc.), como também a questão da literalidade, problemas a considerar sobretudo quando os exemplos são bíblicos. Enfim, várias formas de discursos proféticos circulavam na literatura da época: sebastianistas, messiânicos, milenaristas, tendo em comum a promessa de uma redenção coletiva, de um inconformismo de ordem social e política, em última análise, de mudança, de crença no futuro.

O estatuto das palavras e seu uso

Tomemos os principais fatos ligados ao estatuto das palavras nos discursos proféticos de Vieira, quanto aos seguintes aspectos: 1. a configuração do texto, 2. as modalizações (epistêmicas, aléticas e deônticas), 3. os argumentos, 4. a retórica.

1. O texto:

Vieira não escrevia de antemão tudo aquilo que ia dizer ao público, conforme se depreende do sermão inacabado para as exéquias de D. Teodósio. Ele anotava assuntos para serem desenvolvidos segundo a inspiração do momento. Há cláusulas avulsas e apontamentos de citações e referências. Depois, reunia os fragmentos e polia os contornos, retocando aqui e ali. Nem sempre as palavras proferidas seriam aquelas impressas. Abre-se aí um campo propício para a atuação da crítica genética.

2. As modalizações:

Vieira modaliza o próprio subtítulo de sua *Defesa perante o Tribunal do Santo ofício* (1957), como segue, “*Representação* primeira dos fundamentos & motivos que tive para me *parecer provável* o que escrevi acerca do espírito profético de Bandarra, e do mais que se *inferir* das suas predicções”.

As palavras-chave vêm em itálico para que se avalie o cuidado que Vieira tinha com as palavras: *representação* indica que não são as coisas, mas as suas substitutas ou símbolos.

Em se tratando de profecia, natural é que a modalidade epistêmica da certeza esteja presente no discurso, uma vez que Vieira assim a define na *Apologia das coisas profetizadas* (1994): “a profecia é uma inspiração ou revelação divina de futuros contingentes, antevendo e prenunciando os sucessos com verdade certa e imóvel”. Por outro lado, a profecia requer um *crer* da parte do destinatário, razão do trabalho persuasório que ela envolve. Uma vez aceita, dela decorre um *deverou deveres* (modalidade deôntica), no caso, a propagação das idéias assumidas, a defesa de compromissos (levá-los aos que chamavam *gentios*, critério ao mesmo tempo cultural e religioso). A possibilidade (modalidade alética) também faz parte do quadro descrito, conforme se pôde ver na citação dada (*parecer provável*).

3. A argumentação:

Entre os principais tipos de argumento de que Vieira se serve salientam-se o silogismo, o argumento pelo efeito, o argumento pelo exemplo e o argumento por autoridade, já mencionado anteriormente.

O silogismo é o tipo de raciocínio mais freqüente na argumentação de Vieira e aparece muitas vezes sob a forma de entimema, isto é, um silogismo abreviado de que se pode deduzir uma das premissas ausentes. Veja-se que claro exemplo quando, após definir profecia, ele continua silogisticamente: “toda esta definição se verifica em Bandarra e suas predições: logo Bandarra teve verdadeiro espírito de profecia” (1974, p.31).

O argumento pelo efeito desempenha um papel importante nas profecias, pelo seu valor de prova. É ele que vem validá-las e dar-lhes o seu estatuto próprio. Nelas, os tempos do futuro antecipam os do presente, vindo estes como resultado. A atitude de Vieira com relação ao tempo fica bem clara nas seguintes palavras da *História do Futuro* (1982, p.45): “Eles [antigos gregos e romanos] escreveram histórias do passado para os futuros, nós escrevemos a do futuro para os presentes”. Veja-se, a seguir, o subtítulo de uma das partes da *Defesa perante o Santo Ofício* (1957) e o texto da trova que o ilustra:

Predicçoens de Bandarra confirmadas com o effeito depois da
aclamação delRey D.João.
Commendadores, Prelados
Que as Igrejas comeis
Traçareis & volvereis
Por honra dos três estados
E os mais serão taxados.
Todos contribuirão
averá gram confusão
em toda sorte de estados.

Entre as formas de futuro, a perifrástica com *haver de+infinitivo* são abundantes nas predições, acarretando um tipo de compromisso mais acentuado que o futuro simples. Não é sem razão que são chamadas *futuros promissivos*. Do ponto de vista argumentativo, estas formas funcionam como instrumentos de presença, que estabelecem um pacto com o destinatário, participante da interlocução: “Tal é a *História*, Portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa” (1982, p.54). Veja-se, a título de exemplo, o final do segundo capítulo da *História do Futuro*, em que as formas perifrásticas mostram o que acabamos de apontar, podendo-se ainda contrastá-las com o futuro simples. No discurso profético, tais construções adquirem valor performativo, uma vez que fazem parte de discursos proferidos por quem tem o poder de fazê-lo, conferindo-lhes a necessária validade. A sua voz de autoridade depende de quem pode dizê-las e em que circunstâncias tais palavras são legitimadas.

Se se há- de restituir o mundo à sua primitiva inteireza e natural formosura, não se poderá consertar um corpo tão grande, sem dor e sentimento dos membros, que estão fora de seu lugar. Alguns gemidos se hão-de ouvir entre vossos aplausos, mas também esses fazem harmonia, se são dos inimigos. Para os inimigos será a dor, para os êmulos a inveja, para os amigos e companheiros o prazer e para vós, então, a glória, e entretanto as Esperanças (1982, cap.II, p. 54-55).

O argumento pelo *exemplo* é um recurso que o autor considera como a prova por excelência. Na *História do Futuro* ele se serve abundantemente desse expediente, como se dá na comparação das épocas, em que põe em relevo o valor de seu tempo. Recorre, assim, à história greco-latina (Platão, Aristóteles, Cícero), à história bíblica do Velho e do Novo Testamento, à Idade Média e ao classicismo, demonstrando que conhece a história em sua totalidade.

Após um longo parágrafo, em que mostra como Alexandre Magno se baseava nas profecias do profeta Daniel, Vieira escreve:

Os exemplos que temos domésticos desta mesma utilidade, não são menos admiráveis que estranhos, assim nas batalhas, como nas conquistas (id., cap.VI, p.88).

Defendendo-se das acusações que corriam a respeito das novas profecias, que não eram em absoluto novas, segundo ele, mas tinham respaldo em toda a história precedente, faz uma apologia do novo, da novidade:

Não é o tempo, senão a razão, a que dá o crédito e autoridade aos escritos; Nem se deve perguntar “quando” escreveram, senão “quam bem” (id., Cap.XI, p. 163).

[...] Não se podia explicar com mais clara comparação nem provar-se com mais eficaz argumento, e desde aquele tempo (que foi pelos anos de mil e trezentos) a esta parte, se tem confirmado pela grandeza e liberalidade de Deus em todos os séculos, com mais repetidos exemplos que nos passados... (1982, Cap. XI, p.169)

4. A retórica:

Vieira insiste nas regras baseadas naquelas seguidas pelos profetas nas Sagradas Escrituras, conforme se vê na *Defesa perante o Santo Officio*, em que procura caracterizar o que é e como se faz para exprimir uma profecia:

“Regra 1a: Quando o profeta diz que vê o sucesso que conta, he certo que he profecia absoluta, ou que infallivelmente há de succeder. 2a Quando o modo & asseveração com que o profeta conta & affirma as couzas que ainda estão por cumprir, he o mesmo com que contou & affirmou as que já estão cumpridas, também então he sinal certo que as ditas profecias não cumpridas se hão de cumprir & ter seu efeito, assy como as outras o tiveram, porque em humas & outras corre igualmente a mesma razão” (1957 v.1 p.176-177).

Ao comentar a ocorrência de figuras de animais que simbolizam Reinos e personagens da história eclesiástica (leão, cordeiro, serpente, dragão), Vieira faz algumas considerações sobre estilo: “mas de tudo temos exemplos nos profetas canônicos, que he certo fallavão pello estilo com que Deos lhes fallava... Assy que variar o symbolo ou a figura não he contra o stilo dos verdadeiros profetas” (id., v.1, p.73)

Enfim, Vieira subordina tudo, em última análise, à “eficácia & energia dos seus argumentos”, ou seja, o estilo estaria a serviço dos seus objetivos, que ele formula muito claramente:

os quaes [argumentos], negada a dita verdade & e a de nossa conclusão, não só ficariam enfraquecidos & sem effeito, como fica dito, mas também a mayor & melhor parte do uzo das profecias (que he convencer com ellas a contumácia dos infieis) se frustraria, & a esperança & consolação dos fieis, em muitas cousas de grande importancia, ficaria duvidosa” (id., v.1, p.177-178).

Também na *História do Futuro* vê-se por que o seu texto é claramente persuasivo e o próprio Vieira o declara ao longo do desenvolvimento da obra, o que o cap. VIII reproduz de forma cabal, quando trata do domínio espanhol e de como ele foge à obediência divina:

Isto é, pois, o que eu agora lhes quero persuadir e admoestar, e um dos principais fins por que escrevo esta “História”, para que, pelo conhecimento dos nossos futuros, possa emendar o engano de suas esperanças presentes. (1982, cap.VIII)

Todas essas questões estão relacionadas fundamentalmente ao fator credibilidade, que faz intervir o *ethos* dos implicados, isto é, daquele que faz crer (o persuasor) e daquele que crê (o persuadido).

Vieira e a História

Outros conceitos entram na concepção de profecia, tais como os de utopia, mito e identidade, assim como o próprio conceito de História. José Gonçalves Salvador (2001) em *Vozes da História* mostra que nossas crenças e preconceitos são explicados pela História, que é ao mesmo tempo um instrumento de libertação desses preconceitos. Segundo ele, é isto que dá à História o seu sentido altamente humanístico, porque leva à tolerância e impõe responsabilidade.

Vieira mostra a essência da História e, ao mesmo tempo, apresenta os seus limites. Em seu papel de mentor, sente-se abalizado para predizer o futuro e prescrever soluções para a crise presente, valendo-se sempre da intervenção da fé, como homem religioso, faceta que nunca se apaga ao lado do político, diplomata e homem público de seu tempo. Nada mais propício do que a *História do Futuro* para esse tipo de reflexão, ou seja, no que consiste o fazer história:

A primeira qualidade da história (quando não seja a sua essência) é a verdade; e porque esta parecerá muito dificultosa, e porventura impossível na “História do Futuro” será razão que, antes que vamos mais por diante, sosseguemos o escrúpulo ou receio (quando não seja o riso ou o desprezo) dos que assim a podem imaginar. E pois pedimos aos leitores o assenso da fé, justo é que lhes mostremos primeiro os motivos da credulidade; não duvidando da pura afeição de todos, pois a matéria é tanto para querer, e tão sua (1982, Cap. IX, p. 137).

Para Vieira, portanto, o escatológico faz parte integrante da História e supõe as modalidades aléticas do possível/impossível que se cruzam com as epistêmicas do crer (necessidade/contingência) na expressão do discurso profético.

...mostrarei os meios mais prováveis e certos por onde o conhecimento e esperança do futuro Messias não só podia chegar, mas com efeito chegou, ou a todas ou a quase todas as nações de todo o que naquele tempo se chamava Mundo (id., p. 312). Por outro lado, não se pode esquecer que a História já é uma interpretação da interpretação, portanto um segundo grau de conhecimento, nele entrando também a intersubjetividade de seus atores, seus afetos e desafetos. No caso de Vieira, sobretudo nas obras dos últimos períodos, nota-se a confissão de suas frustrações, numa atitude de desabafo e de lamentação.

Considerações finais

Toda a polêmica gerada em torno da questão do espírito profético, que desencadeou discursos contrários às posições postuladas por Vieira e seus seguidores, não é isenta de contradições. Delas temos notícias através de documentos trazidos a lume por Besselaar (2002). Essa relação dialética dos discursos é que vem nos indicar o embate que tiveram em seu tempo e redimensioná-los aos leitores de hoje. Nesse sentido é que uma leitura retórica e argumentativa pode trazer uma boa contribuição. A historiografia lingüística, sendo parte desse todo, tem que forçosamente considerar esses aspectos para que os seus registros deixem falar as vozes da História, sobretudo aquelas que ficaram por diversas razões encobertas e mal compreendidas. Esta seria a sua função mais importante.

Na linha dos discursos históricos portugueses, cabe um lugar relevante aos discursos proféticos, já bem antes das propostas de Vieira em seus diversos escritos dessa natureza. É esse mesmo tipo de discurso que se encontra também em Fernando Pessoa e em autores contemporâneos. É este fio condutor que liga Fernando Pessoa a Vieira, razão de terminarmos essa exposição com um poema de Pessoa que leva o nome do grande mestre de nossa língua, extraído de *Mensagem* (PES-
SOA, 1960: 24):

António Vieira

O céu estrela o azul e tem grandeza
Este, que teve a fama e a glória tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.

No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro de luar,
El-Rei D.Sebastião.
Mas não, não é luar: é luz e etéreo.
É um dia: e, no céu amplo de desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo.

A atitude de esperança, de otimismo presentes nesse percurso fazem parte das utopias que movem as sociedades, havendo sempre uma espera, uma propulsão que as fazem emergir mesmo nos momentos mais difíceis de sua história.

Statute of Vieira's words in the prophetism expression

■ **ABSTRACT:** *This work examines diverse values attributed to Vieira's word use, regarding previsions and foresights of Portuguese and worldwide History in the epoch, as a man connected to his time. The polemic between sebastianistas and joanistas, as well as other political occurrences in his time, gave opportunity for the study of linguistic modalities in order to express the certitude/incertitude (epistemic), the possibility/impossibility (alethic), and the obligation (deontic). The obligatory character to determined action to be accomplished by Lusitanian people was highlighted. To get it, Lusitanians should consider them possible, and thrust them. The promise character, which pervades the social discourse from the 1660s, with Vieira having the status of a notable spokesman, indicates the performative character of his language and of the History. Nowadays the prophetism in Vieira's work receives more accurate treatment, constituting a target of new investigations. The theoretical foundation of this paper is placed in Argumentation and Rhetorical ambit, having*

still to be considered the transdisciplinarity demanded by such studies and dictated by Vieira's multifarious personality as missionary, orator, diplomate, confessor/counsellor, in an orchestration of voices.

■ **KEYWORDS:** *Prophetism. History. Discourse. Language. Argumentation. Rhetoric. Efficacy.*

Referências

AZEVEDO, J. L. de. *História de António Vieira*. 2. ed. Lisboa, 1932, 2 v.

_____. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Clássica, 1947.

BESSELAAR, J. van den. *Livro antepimeiro da história do futuro*. Munster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1976, 2 v.

_____. *António Vieira: o homem, a obra, as idéias*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

_____. *O Sebastianismo: história sumária*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

_____. *António Vieira: profecia e polémica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

CIDADE, H.; SÉRGIO, A. Pe. *António Vieira. Obras Escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1953 [v. X. *História do Futuro*]. 12 v.

COHEN, T. M. *The fire of Tongues. António Vieira and the Missionary Church in Brazil and Portugal*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

PESSOA, F. *Mensagem. Obras Poéticas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

SALVADOR, J. G. *Vozes da História*. São Paulo: Humanitas, 2001.

SARAIVA, A. J. *História e Utopia. Estudos sobre Vieira*. Lisboa: Ministério de Educação e Cultura/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

_____. **O Discurso Engenhoso. Ensaios sobre Vieira.** Lisboa: Gradiva, 1996.

VIEIRA, A. **História do Futuro.** Introd. Atualização do texto e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

_____. **Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício.** Introd. e notas de Hernani Cidade. Salvador: Aguiar & Souza, 1957, 2 v.

_____. **Apologia das Coisas Profetizadas.** Org. e fixação do texto de Adma Fadul Muhana. Lisboa: Cotovia, 1994.

OBRAS CONSULTADAS

MENDES, M. V. ***A oratória barroca de Vieira.*** Lisboa: Caminho, 1991.

MOSCA, L. S. **Crise e Identidade Nacional em Vieira.** In: Terceiro Centenário da Morte do Pe. António Vieira. Congresso Internacional. Acta, v. III. Braga, 1999, p.1683-1693.

PINTO, C. B. **As Promessas da História. Discursos Proféticos e Assimilação no Brasil Colonial (1500-1700).** São Paulo: EDUSP, 2003.

A FORMAÇÃO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DO PROFISSIONAL DA ÁREA JURÍDICA

Maria Helena Cruz PISTORI¹

■ **RESUMO:** Investigação das expectativas em relação ao *ethos* do profissional de Direito, em seus aspectos lingüísticos e discursivos, em dois manuais didáticos, destacando seus aspectos conservadores e inovadores.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso Jurídico. Retórica. *Ethos*. Estilo. Norma Culta.

Introdução

O leigo sabe que a linguagem jurídica é diferente, causa estranhamento, identifica o operador do Direito. Também os profissionais da área têm a consciência de que o espaço judicial caracteriza-se por uma postura lingüística própria, não restrita à terminologia jurídica propriamente dita - os termos técnicos -, mas abrange o domínio da norma culta em seus menores detalhes. Proliferam cursos específicos de Gramática tradicional para advogados, procuradores e juizes, destinados a suprir falhas eventuais na formação lingüística dos profissionais. Afirmações como: *A palavra é o cartão de visita do advogado* (XAVIER, 1995, p. 10) são recorrentes, e mostram como os

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP - 05508-900 - São Paulo-SP, Brasil. E-mail: mhcpist@uol.com.br.

operadores de Direito valorizam a linguagem verbal como ferramenta preferencial de seu trabalho. Mais do que isso, como o próprio estilo serve de argumento no discurso, criando um *ethos* confiável, que suscita credibilidade.

Esse estilo é ensinado? Aprende-se na prática? Que expectativas em relação a ele alimentam os próprios profissionais da área? O fato de várias faculdades de Direito terem inserido uma disciplina de linguagem em seus currículos é mais um fator que atesta essa preocupação; por outro lado, isso também ocasionou, ultimamente, um maior volume de obras na área. São duas dessas obras que serão aqui examinadas, procurando-se nelas uma evidência indireta de como os próprios operadores do Direito acreditam deva ser o estilo dos advogados, procuradores e juízes, para que desperte a credibilidade de seus interlocutores.

Retórica. *Ethos*. Purismo lingüístico

Como referencial teórico primeiro, utilizaremos textos das chamadas antiga e novas retóricas, autores que, conforme bem demonstra Mosca (2001), inserem-se na tradição retórica do estudo da linguagem, ao retomar temas comuns à antiga disciplina e relacioná-los, agora, a disciplinas como a Semiologia/Semiótica, a Teoria da Informação, a Pragmática. Assim, podemos perceber as ligações da Retórica antiga – sobretudo a aristotélica – com suas diversas tendências atuais. Além disso, a própria ligação entre Retórica e Direito, desde suas origens, também sugeriria a utilização da primeira como referencial teórico. Como é sabido, o discurso jurídico nasceu com a antiga Retórica. Barthes (1975, p. 151) nos conta que ela surgiu para atender a necessidades práticas – a recuperação da propriedade de terras em Siracusa, no século V a.C. A partir daí, passou a objeto de ensino, pois os processos corriam em grandes júris populares nos quais as partes, para convencer, tinham necessidade da eloqüência.

Aristóteles a definiu como a “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, é capaz de gerar persuasão” (Livro I, cap.2, 1355b)². O interesse na argumentação/persuasão é ponto de contato entre a velha e as novas retóricas. Além disso, também as une a finalidade prática de ambas; a inclusão da presença do não-racional na argumentação; o reconhecimento de que o auditório é sempre contextualizado e a argumentação, situada; e que o jogo

² Ao citarmos a Arte retórica, de Aristóteles, utilizamos a tradução de Antônio Pinto de Carvalho, Ediouro s/d. No entanto, como se trata de um texto da Antigüidade Clássica, consideramos mais adequada a citação tradicional e não o número da página, já que são inúmeras as edições e reedições da obra. - ³ Tradução do autor.

representado ocorre no mundo da opinião (partilhada) – a *doxa*. Assim, o quadro social da argumentação é definido pelo cidadão, pelo bem comum, em torno de uma lógica de valores.

A retórica antiga ensinava a construção do discurso persuasivo a partir de cinco operações: a *inventio*, ou a descoberta das provas, o conteúdo do discurso; a *dispositio*, ou o arranjo daquilo que seria dito, a partir de uma organização básica fixada desde os primórdios: exórdio, narração, confirmação, peroração; a *elocutio*, ou o estilo do texto, operação que gerou o estudo das inúmeras figuras, uma das causas do posterior esvaziamento da disciplina a partir do Renascimento; a *actio*, ou o estudo de como o discurso seria apresentado, ou mesmo dramatizado – movimentos, gestos, expressões fisionômicas...; *memoria*, ou o modo de recuperar mentalmente o discurso na expressão oral. O importante é que as operações se relacionam, particularmente as três primeiras, que vão nos auxiliar na análise do *corpus*: forma e conteúdo são inseparáveis, como já aponta Cícero: “O discurso se compõe de conteúdo e de palavras: suprimi o conteúdo, as palavras não mais têm ponto de apoio; fazei desaparecer as palavras, o pensamento não mais é iluminado, esclarecido³” (Livro III, V, 19).

Os gêneros do discurso também foram estudados e classificados pela retórica antiga: o *jurídico*, cujo tempo é o passado e a finalidade, acusação ou defesa; o *deliberativo*, que se volta para o futuro, no sentido de aconselhar acerca do útil ou do prejudicial; e o *epidítico*, que visa ao elogio ou à censura de homens e feitos e é voltado para o presente. Estudaram-se ainda os tipos de argumento adequados a cada gênero, as categorias e o auditório a que se dirigiam.

Chaïm Perelman, com seu *Tratado da Argumentação*, escrito em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca e publicado em 1958, tem papel crucial na revitalização da Retórica, ao conceber a razão de forma mais ampla que o cartesianismo e propor uma lógica de valores que considera a compreensão e a reação do outro. Define a nova retórica como “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (1996, p. 4).

Embora a questão do ouvinte tenha sido estudada na Antigüidade, Perelman acrescenta uma nova classificação do auditório, de que nos valeremos no trabalho. É a já conhecida divisão entre *auditório universal* – composto de todo ser racional, que é convencido por uma argumentação de caráter coercitivo, razões evidentes e intemporais; e o *auditório*

particular – para quem as razões probatórias de um discurso são suficientes para a sua persuasão. Os acordos de que parte o auditório universal são os fatos, as verdades e as presunções. Já os acordos do auditório particular ocorrem em torno de valores, hierarquias e lugares. O autor alerta, porém, que, sendo o auditório construção do orador, o estatuto de um auditório pode variar de acordo com a concepção de cada um. Alguns auditórios particulares são especializados, pois argumentam a partir de premissas acordadas por um grupo, geralmente definidas em textos ou convenções, como as de uma ciência, de uma técnica ou de uma religião. Os componentes desse tipo de auditório assimilam-no ao auditório universal, porque “admitem que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões” (ib., id., p. 35).

Todos esses aspectos indicam a importância da retórica, antiga ou nova, pois percebemos que sua utilização pelos locutores de nosso *corpus* implica tomada de posição e ação no mundo, tanto numa concepção ampla – determinada definição da realidade; como numa específica – conjunto de recursos utilizados para propor essa visão. Retoricamente é proposta uma concepção de linguagem e estilo em seus textos como a única possível no âmbito jurídico; e cabe a nós a competência retórica de desvendarmos o processo de manipulação/sedução utilizado para rever criticamente suas posições.

Sabemos que as identidades sociais se manifestam no discurso, constroem-se nas relações interpessoais, o *eu* se constitui a partir do *tu*. Aristóteles afirma que a primeira das provas do discurso persuasivo é o *ethos* – o caráter do orador; a seguir, as paixões suscitadas no ouvinte (*pathos*) e a própria matéria do discurso transformada persuasivamente (*logos*). O filósofo liga a construção do *ethos* ao *pathos*: “Os mesmos meios que servem para fazer que o outro pareça virtuoso, devem por nós ser empregados para os apresentarmos sob este ou aquele aspecto” (Livro II, cap.1, 1378a). E diz que “obtem-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança” (Livro I, cap.2, 1356a).

O conceito de *ethos* constitui um ponto no qual podemos unir diversas características não só do discurso, mas também das práticas sociais. Na atualidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca alertam para o papel das instituições, que organizam e facilitam o contato de espíritos, o que é especialmente importante no Direito; lembram, ainda, que “normalmente, é preciso alguma qualidade para tomar a palavra e ser ouvido” (1996, p. 21). Na área jurídica, tanto o Poder Judiciário estas re-

lações por ele regradas, como a Universidade e as próprias editoras especializadas, cujas publicações se dirigem a um público muito específico, funcionam como instituições organizadoras e facilitadoras do contato dos espíritos. Também conferem qualidade a seus membros, participam da construção de sua imagem, contribuem na formação do *ethos* de cada participante. Bourdieu (1989) e a sociologia aprofundam essa posição, mas não vamos nos ater a ela em nossa análise.

Ficaremos aqui mais próximos da posição de Maingueneau (1997; 2001), que retoma a questão do *ethos* aristotélico, procurando, porém, ampliar o conceito retórico. Para ele, a “AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito” (1997, p. 46). O *ethos* é uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, leva à criação da imagem do orador (enunciador) pelo ouvinte (co-enunciador); assim, confere eficácia persuasiva ao discurso. Afirma que remete ao “sujeito da enunciação enquanto está enunciando” (2001, p. 138), e define-o como um *tom* de voz presente no discurso, associado a um *caráter*, que o leitor-ouvinte dele também depreende, e a uma *corporalidade*; por meio deles constituem-se estereótipos do autor-orador, que remetem ao meio de que ele emerge. Distingue um *ethos* pré-discursivo, que estaria próximo do ponto de vista mais ontológico de Perelman, e o *ethos* discursivo, que se constitui no próprio discurso. Este último é que o aproxima mais da concepção aristotélica: o próprio discurso é que mostra ser o orador digno de confiança.

Ao tratarmos de *ethos*, portanto, é do *ethos* discursivo que estamos tratando, a maneira do enunciador se mostrar no e pelo discurso. Vamos compreendê-lo como o “próprio modo de dizer de uma enunciação, (...) depreensível de uma totalidade enunciada”, conforme nos demonstra Discini (2003, p.17). O *ethos* surge do discurso, e é recorrência de um modo de dizer, que emerge de um dito: expressa-se nas recorrências temáticas, figurativas, de nível de linguagem, de recursos argumentativos... Manifesta-se no discurso, pois, através do estilo, um fenômeno de conteúdo mais expressão, causador do efeito de individuação. Em nossa análise, pretendemos apontar as recorrências de forma e conteúdo encontradas, na busca de evidências indiretas de como o meio jurídico crê deva ser a construção discursiva desse *ethos* coletivo confiável.

Como referencial teórico suplementar, cabe fazer referência a alguns conceitos da Sociolinguística, pois vamos tratar da determinação não apenas do problema da imposição de uma norma sobre as outras – a

norma culta, mas também da verificação da maneira como a linguagem exerce a função de identificar o falante, comunicando ao outro a posição social que ele ocupa ou julga ocupar, excluindo da comunicação os não pertencentes a determinado grupo e reafirmando sua identidade social. Em íntima relação com essa questão, está o problema do purismo lingüístico, muito evidente nos textos que constituem o *corpus*. Em sua tese de doutorado, Marli Quadros Leite (1996, p. V) declara que “o purismo lingüístico é um fenômeno de preservação de norma, cuja ocorrência denuncia a presença do fluxo inovador da língua, em conflito com o refluxo conservador”. É a metalinguagem da língua culta, sobretudo a gramática, que revela a luta da tradição conservadora contra a renovação. Como a língua é considerada um bem comum; todos os usuários se sentem responsáveis por cuidar bem dela, por seu “bom uso”. Decorre daí o purismo.

O conceito de correção que, de modo geral, vigora na língua é aquele que considera corretos os usos da variante culta, de maior prestígio social, próprios das classes (econômico-culturais) sociais superiores ou dos escritores consagrados de uma época. Interessa à sociedade, de modo geral, a concepção normativa de correção, afirma Leite (1996), por isso o sucesso editorial de obras que ensinam os modos “corretos” de falar ou escrever. A autora faz uma classificação dos tipos de purismo praticados no Brasil, a partir do século XIX e começo do século XX até hoje, que utilizaremos em nossa análise: - o *purismo ortodoxo*: reconhecimento da tradição. Há a luta pela manutenção da norma prescritiva, baseada nos textos clássicos, “período de maior esplendor e beleza da língua”, a ser preservada das “influências nefastas”; - o *purismo nacionalista*: afirmação da nacionalidade brasileira. Vigora a luta contra a norma prescritiva, que não representa a cultura nacional; - o *purismo heterodoxo*: coexistência de um fluxo inovador, atualização da língua padrão adequada ao uso brasileiro, e um refluxo conservador, resistente a alguns desses usos.

É ainda Maingueneau que relaciona *ethos* e código de linguagem: o “código de linguagem só é eficiente associado ao *ethos* que lhe corresponde” (2001, p.143); por isso, também a ele podem ser atribuídos uma corporalidade e um caráter, texto e corpo articulados pelo *ethos*. Pretendemos aqui verificar se a norma culta e, especificamente, o purismo lingüístico, correspondem exatamente a uma corporalidade que se expressa, inclusive, no traje dos operadores da área, possível expressão de respeito às tradições e de formalidade.

O discurso dos manuais selecionados

Apresentação do corpus. Não se pode afirmar com propriedade que as duas obras escolhidas sejam igualmente conhecidas na área jurídica: a de Celso Soares, *Prática de Redação e Estilo Forenses* (1995); e a de Ronaldo Caldeira Xavier, *Português no Direito* (1995). A primeira é de uma editora carioca – Editora Detalhe, de pequeno porte; a segunda edição, revista e ampliada, é de 1995. Já a segunda obra, cuja primeira edição é de 1981, está em sua 15.^a edição, revista e aumentada, e é publicada por uma editora de alcance nacional – a Editora Forense. A escolha dessas obras, no entanto, deve-se ao fato de que propiciam um cotejo interessante em termos do foco de nosso trabalho – a postura lingüística do profissional da área jurídica, exatamente por apresentarem posições conflitantes, como pretendemos demonstrar. Conforme nos ensina Fairclough (2001, p. 276-281), uma estratégia de seleção de *corpus* recomendada consiste em focalizar o ponto crítico (em nosso caso, momento em que há evidência de que os profissionais do Direito têm consciência dos problemas de comunicação na área⁴), e o momento de crise, que “tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas” (ib., id., p.281).

O trabalho analisa as *partes introdutórias* das obras, local privilegiado em que os autores expressam seus propósitos ao escrevê-las; aí, pretende distinguir que posição defendem em relação à linguagem jurídica e como tal posição se expressa em seus próprios textos. A proposta é responder, primeiro, se os discursos de Xavier e Soares apresentam diferenças significativas nos planos da expressão e do conteúdo. Em seguida, discutir também se apresentam indícios de mudança recente no discurso do operador de direito e, conseqüentemente, na constituição de seu *ethos*: a posição de Celso Soares, apresentada no decorrer do trabalho, representaria uma mudança na *prática social*? Isto é, refletiria possíveis mudanças no modo como as relações hierárquicas de poder são exercidas e impostas?

Os textos são dirigidos a um público específico – os estudantes e/ou operadores do Direito -, e os autores colocam os objetivos que os

³ Tradução do autor.

⁴ Podemos apontar três evidências desse fato: em primeiro lugar, o aumento de publicações que visam à melhoria da comunicação na área jurídica; em segundo, as críticas ao “juridiquês” e às “pérolas” produzidas pelos operadores do Direito encetadas pela imprensa; finalmente, campanha dos próprios profissionais da área, noticiada recentemente em vários órgãos da imprensa e, especificamente, em “O Estado de São Paulo”, de 24/04/2005.

levaram à elaboração e publicação das obras escolhidas logo na introdução. Xavier parte do pressuposto de que “o Direito é, por excelência, entre as que mais o sejam, a ciência da palavra. Mais precisamente: do uso dinâmico da palavra” (1995 p.1). Por isso, se o advogado pede mal e escreve pior, “isso lhe prejudica a credibilidade”. Pretende, com sua obra, “contribuir para que se possa falar e escrever melhor, ao menos entre os que mourejamos, com denodo e amor, na área jurídica” (ib., id., p.5).

Soares, apresentando a obra, afirma que pretendia escrever, a princípio, “um guia prático para a correção de erros ortográficos e gramaticais mais freqüentes em peças judiciais”. No entanto, sentiu a necessidade de acrescentar-lhe

uma contribuição à simplicidade, clareza e objetividade de estilo, desembaraçando a linguagem de advogados, promotores, magistrados e juristas do formalismo ultrapassado e pedante daqueles cultores ‘de primorosos torneios de vozes e locuções do mais extremado classicismo’ - louvados pelo Padre Artur Schwab em suas *Louçanias de Linguagem...*(ib., id.).

Na *Nota à Segunda Edição*, Soares reafirma seus objetivos, porém é mais contundente no ataque ao que chama de *formalismo parnasiano* da linguagem forense, que julgara apenas “residual e de presença esporádica” na primeira edição, subestimando-lhe a força. Repete que ele “resiste como cadáver insepulto que assombra os vivos e passa por demonstração de cultura” (ib., id., p.9). É mais duro e abrangente, também, no ataque aos termos rebuscados e ao caráter servil e bajulatório da linguagem forense. Finaliza a *Nota* afirmando que pretende, com sua obra, abrir

uma fresta e, adiante, escancarar janelas por onde entre o sopro purificador da renovação da linguagem jurídica, contribuindo modestamente para a democratização das relações entre Justiça e povo, somente possível de ser levada às últimas conseqüências mediante a eliminação das condições que determinam o formalismo e a solenidade, elementos fundamentais da dominação (p.10).

O texto de Soares ainda condena fortemente aspectos da prática lingüística jurídica normalmente naturalizados, como a questão da adjetivação encomiástica – *respeitável sentença, venerando acórdão, Douta Procuradoria*, etc.; e a adjetivação abundante, que “deve ser abolida”. Crítica o latim pelo fato de ser utilizado “somente para fingir cultura” e

afirma que “o direito moderno já não se faz de fórmulas. Nada justifica que se continuem a usar expressões latinas, muito menos brocados, a não ser o pedantismo” (SOARES, 1995, p.16).

Em suma: ambos estão de acordo quanto à necessidade de domínio da variedade padrão e preservação do purismo lingüístico. Mas Xavier critica o estilo rebuscado dos advogados de forma mais leve, cala-se em relação ao formalismo e às fórmulas, utiliza citações latinas em sua obra e adjetivação relativamente abundante em seu texto. A ênfase quanto ao estilo é bem maior na obra de Soares, como o próprio título indica. Ele defende uma simplificação, clareza e objetividades maiores no estilo dos operadores de Direito em geral.

Em termos de apresentação, a obra de Soares é uma relação de termos e expressões utilizadas ou mal utilizadas pelos profissionais do Direito, listadas em ordem alfabética, sobre os quais faz reparos quanto ao uso adequado, à correção, e críticas. O livro de Xavier já apresenta uma concepção mais ampla das necessidades lingüísticas do profissional da área jurídica: trata de questões de Vocabulário Jurídico, Código Ortográfico, Vícios de Linguagem, Regência Verbal, Análise Lingüístico-Formal do Código Civil, Analogia e Etimologia Popular, Estilística, Redação Jurídica, Noções Fundamentais de Lógica.

Soares (1995) tem a correta percepção de que a variedade padrão é imposta em contextos de prestígio, provocando prejuízo para usuários de outras variedades e identifica a “linguagem ‘culta’ como a das [classes] que mandam”, afirmando que tal linguagem e o formalismo são impostos no Direito por realizar-se ele em contexto de prestígio; segundo ele, isso provoca prejuízo para a população, afastando usuários de outras variedades. Defende que a simplificação da linguagem jurídica vai ao encontro da democratização das relações entre Justiça e povo. Foi justamente esta última tese de Soares que me levou à escolha de seu texto e, em seguida, ao texto de Xavier, por oferecer um bom contraponto ao primeiro, em sua total ausência desse tipo de preocupação.

O auditório. Embora o leitor implícito dos textos seja o auditório particular composto de especialistas – os profissionais da área jurídica, podemos afirmar que os autores o assimilam ao auditório universal: tanto o texto de Soares como o de Xavier defendem uma posição em relação à linguagem jurídica e fundamentam-na primordialmente em fatos e verdades, acordos de que parte a argumentação voltada àquele auditório, segundo Perelman (1996).

Em relação à tese principal dos textos, a necessidade do domínio da norma culta por parte dos profissionais da área jurídica, a maior

parte dos fatos apresentados são incontrovertidos. Em Xavier: o homem como um ser de linguagem; condicionamento da linguagem pelo meio social; deficiência de nossa educação formal por grande parte da população brasileira que chega às universidades, especialmente no domínio da norma culta; ensino massificado em todos os níveis; má redação dos advogados. Em Soares: a má redação dos advogados; raízes históricas do formalismo; ensino mistificador. Além disso, todos os fatos são citados com exemplificação abundante.

A força argumentativa dos textos vem ainda de um sistema de valores compartilhado entre locutor e destinatário, um consenso quanto à necessidade de melhor conhecimento da norma culta; a exigência de seu conhecimento é maior para determinados setores profissionais, o Direito entre eles. E a autoridade dos autores se estriba, sobretudo, na instituição que os publica, editoras especializadas em obras para o universo jurídico.

Em relação às teses secundárias de Soares, existe o contra-discurso: quanto à eliminação dos latinismos, apresentamos, no decorrer do trabalho, posições de outros autores, argumentos contrários de conceituados representantes da própria área jurídica, questionando a interpretação que ele dá aos fatos. Sem dúvida, essas posições de Soares ferem acordo há muito estabelecido dentro do próprio auditório particular do Direito, hierarquiza valores de forma diferente: segundo ele, o valor maior é a democracia, a serviço da qual está o Direito; portanto, não têm validade para o auditório universal.

Exigência da norma culta. Nos textos em questão, a necessidade do emprego da variedade padrão, da norma lingüística culta, é incontroversa: aliás, é tese defendida nas obras jurídicas que tratam da linguagem e pelos profissionais da área. Historicamente, o que determina o padrão são a sua associação à escrita para veicular informações de ordem política e cultural e seus usos político, jurídico e religioso, principalmente. Isto é, a própria área jurídica é fator de legitimação e reconhecimento da norma culta, vista como algo de central na identidade nacional, “enquanto portadora de uma tradição e de uma cultura” (GNERRE, 1998, p. 9). Assim, a língua funciona não apenas como elemento de identificação entre os pares, mas permite-lhes a comunhão com o auditório especializado. Na antiga retórica já se defendia a “boa linguagem” como o melhor modo de expressão no discurso persuasivo. Cícero pergunta retoricamente *em De Oratore*:

Em que consiste o melhor modo de elocução (pois falarei mais tarde da ação), senão do bom latim, da clareza, do brilho, enfim da conveniência e acordo do estilo com o tema, qualquer que seja ele? (...) Nem sonhamos ensinar a falar em público a um homem que não saiba se expressar, nem podemos esperar que aquele que não fale um latim correto pronuncie alguma vez um discurso brilhante, nem que consiga se fazer admirar, já que nem mesmo sabe se fazer compreender. (1971, Liv. III, p. 37-38) (Grifamos.)

A *Institutio Oratória* (1996), de Quintiliano, também defende o uso do bom latim. Nela, a preocupação com a língua adquirida por meio da educação é mais clara ainda. E isso é particularmente importante pela grande influência que exerceu na posteridade, sobretudo por seu aspecto didático: "...em Quintiliano se buscou, a partir do Renascimento, um modelo na elaboração de programas educacionais (veja-se a própria *Didactica magna* de Comênio, que o cita)" (PEREIRA, 2000, p.18). O retor do século I dedica mais da metade do primeiro volume de sua obra (capítulos IV-IX) à necessidade do futuro orador de aprender Gramática. A valorização da "boa linguagem", do "falar corretamente", para garantir o uso de uma língua aceitável, é a tarefa do gramático (além da explicação dos poetas), afirma. A gramática é o alicerce da cultura do orador, dando-lhe o domínio de seu instrumento privilegiado - o idioma, para que desempenhe bem seu papel. A preocupação pragmática justifica-se pelo fato de que se cobram do orador aquelas qualidades. Quintiliano diz ainda que o orador deve se guiar pelo uso, o mais seguro mestre do falar; mas o uso ao qual se refere não é o da maioria, que pode estar errada, é o "consenso dos instruídos, da mesma forma que o consenso dos bons se chama 'modo de viver'" (1996, Livro VI, p. 45).

Exemplos atuais da mesma valorização da gramática, em outras obras dirigidas ao público jurídico:

O fato de um estudante de Direito ser incipiente no estudo da ciência jurídica não justifica ser ele insipiente no conhecimento vernacular, porque já deve ele, neste passo, fruir de uma linguagem escorreita e não fluir dos bons ensinamentos gramaticais. (1995, p. 47)

Victor Gabriel Garcia Rodrigues, autor de *Manual de Redação Forense* (2000), coloca como argumento a própria competência lingüística, na medida em que contribui para a persuasão. Afirma que é "senso comum que aqueles

que trazem deslizes na linguagem acabam retirando a credibilidade do próprio argumento”:

O argumento de competência lingüística representa o momento em que conteúdo e forma se encontram na hora de persuadir. A linguagem cuidadosa, correta, as palavras bem colocadas, a pontuação bem feita, tudo isso contribui para o convencimento do leitor. Da mesma forma que de nada adianta, no intuito de persuadir, um discurso bem fluente sem fundamentos vários que lhe dêem sustentação, é inócuo o uso de vários argumentos sem a devida expressão, sem a articulação precisa, escritos de modo pouco claro e com atentados à gramática. (p.260-261)⁵

O purismo. Nossos dois autores, no entanto, exigem do profissional da área não apenas o domínio da norma culta, mas o purismo lingüístico. Xavier (1995), no final das *Considerações*, ao criticar a “graforréia desenfreada, filha legítima da desorganização mental e da afetação ingênua de um suposto saber jurídico”, afirma:

Ora, as formosíssimas tradições da Língua Portuguesa, de que todos devemos ser zelosos guardiães, exigem se firme uma atitude de reação contra esse estado de coisas, que tende perigosamente a generalizar-se, a menos que haja um corajoso esforço no sentido de resgatar a dignidade do nosso idioma, hoje tão desleixadamente usado e até, não seria exagero dizer, abastardado e impatrioticamente desnaturado por tantos dos que, quando mais não seja por dever de ofício, tinham o dever de preservar-lhe a vernaculidade, como, por exemplo, os que trabalham nos grandes órgãos de comunicação de massa (p.5).

Soares expressa seu purismo na crítica ao “portinglês” e ao falar sobre os filmes falados em português e o computador [que] despejam enxurradas de inglês, seja sob a forma de barbaridades perpetradas pela tradução literal e pelo aportuguesamento de palavras, seja por jornalistas que julgam mais bonito dizer “estilo *soft*”, “dólar no *black*”, “estar numa *nice*”... e assim por diante. A maior ameaça [à língua portuguesa] vem dessas pragas hodiernas, de inspiração tecnocrática e norte-americana, mais perigosas porque produtos do nosso tempo (1995, p.8).

⁵ Embora afirme ser o momento em que “conteúdo e forma se encontram”, questiona: “A defesa do argumento de competência lingüística pode parecer, por assim dizer, hipócrita, de alguma impostura. A argumentação deveria valer por seu conteúdo e não por sua forma, o que não é essencial no deslinde de uma demanda. Deveria, e assim ocorre, mas ignorar-se que a forma, o modo de expressão e o meio pelo qual as idéias são encaminhadas influenciam com valia na persuasão do interlocutor seria cegar-se para um fato”. (p.260)

Soares e Xavier atestam basicamente dois tipos de purismo: o de Xavier está mais próximo de um purismo ortodoxo, baseado nos textos clássicos, de “formosíssimas tradições”; já o de Soares, aproxima-se do purismo nacionalista, o que se depreende não apenas da citação acima, mas também da leitura de verbetes como:

Acessar. Manifestação de desprezo pela língua ou de ignorância, tida como “moderna”, própria de quem lida com computadores, essas máquinas cuja disseminação pelo mundo vem contribuindo para o domínio do inglês sobre os outros idiomas. Aperta-se o botão do caixa automático de um banco e lá vem: “*Acessando o sistema central*”. Esse verbo não existe; o que se diz, em português, é *ter acesso a*. (ib., id., p.31)

Internalizar. Depois que o Brasil, em termos de idioma, deu as costas a Lisboa para se voltar para Nova Iorque, cedendo de vez à sedução dos americanismos, vem crescendo o número de verbos formados com o sufixo izar. Essa formação não é estranha à língua portuguesa, podendo-se mencionar inúmeros exemplos: *avalizar, ajuizar, contemporizar, modernizar, realizar, polemizar, etc.* O que se condena é seu uso indiscriminado, que facilita a penetração de palavras estrangeiras no português. Internalizar está relacionada ao adjetivo *internal*, que em inglês quer dizer “*interno, interior, íntimo, subjetivo, espiritual, de uso interno*”; foi só pespegar-lhe o sufixo *e*, pronto, eis mais um verbo esdrúxulo. Em português não se “*internaliza*” coisa alguma; pode-se, isto sim, guardar no íntimo, levar para o plano subjetivo, etc. (ib., id., p.101)

É importante lembrar que Soares condena, além disso, o formalismo clássico. Sua posição lembra a dos modernistas que estigmatizaram a imitação do uso lingüístico dos clássicos, pedante e complicado. Xavier também critica e condena a linguagem rebuscada e empolada de alguns profissionais da área, mas seu texto é excessivamente adjetivado e de construção formal, distante de um estilo mais enxuto, de uso contemporâneo. Outro aspecto a destacar no manual de Soares é que seu purismo amplia-se na defesa do uso de termos e expressões exclusivas do Direito, condenando empréstimos de palavras de outras áreas. Por exemplo:

Otimização, otimizar. Deve-se evitar o uso dessas palavras, são termos específicos de Estatística. (1995, p.121)

Equalização, equalizar. Em português, equalização é termo específico de Eletrônica, não tem outro significado senão o de designar a eliminação da distorção de um sinal por meio de circuitos que compensem as deformações. Todavia generalizou-se o emprego dessa palavra para designar o ato ou efeito de igualar, nivelar, bem como se vem usando o verbo *equalizar*, que nem existe na nossa língua no sentido de “tornar igual, igualar, nivelar”. Trata-se de modismo por influência do inglês *equalization*. É errado, por exemplo, falar em *equalização de níveis salariais* ou em *equalizar a incidência de alíquota do imposto de renda*. (ib., id., p.80)

A posição heterodoxa, mais condizente com os estudos lingüísticos atuais, não se encontra nesses manuais. O peso da tradição na construção do ethos jurídico é grande; além disso, a linguagem jurídica, revelando o que o orador aparenta ser, também é o meio pelo qual o receptor da própria área ou o leigo o vê: se o advogado deve “falar e escrever bem”, naturalmente também é responsável pelo “bom uso” da língua, deve atuar na preservação das normas lingüísticas tradicionais.

Em princípio, entretanto, a expectativa seria que autores como Soares, que defendem uma aproximação maior entre a Justiça e o povo, em nome da democracia, devessem apresentar um grau maior de aceitação da variedade lingüística, e não exatamente uma defesa ferrenha da gramática normativa e do purismo nacionalista. As posições de Soares e Xavier, contudo, estão conformes ao que afirmam Gnerre e Maurais em relação a uma contradição entre ideologia democrática e norma lingüística. De modo geral, afirma Maurais (apud LEITE, 1996, p. 310), “os princípios democráticos são aceitos para todas as outras áreas do comportamento humano, exceto para a língua, que parece estar imune a todo tipo de variação”. E ainda:

Talvez exista uma contradição de base entre ideologia democrática e a ideologia que é implícita na existência de uma norma lingüística. Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação (GNERRE, 1998, p. 25).

A adjetivação elogiosa. Soares defende mudança no discurso jurídico,

em consonância com a democracia e, mais ainda, com o momento atual e suas teses do “politicamente correto”. Seria mudança na prática discursiva, com influência na prática social. Tal inovação refere-se, principalmente, às questões relativas ao tratamento devido aos membros do Poder Judiciário e a seus atos – a adjetivação encomiástica. Sabe que é inovação, lança-a como uma bandeira na luta em prol da democratização da Justiça. Para ilustrar bem sua posição, transcrevo dois verbetes representativos:

Colendo, egrégio (v. Meritíssimo). O adjetivo *colendo* é derivado do gerundivo do verbo latino *collere*, cuja tradução literal é “o que deve ser cultuado”. Em português, passou a significar respeitável, venerando, sendo de largo uso nos meios forenses, onde se aplica aos tribunais, em clara demonstração de que a linguagem jurídica parte do pressuposto de deverem os órgãos judicantes ser objeto de culto. *Egrégio*, adjetivo também usado em relação a tribunais ou turmas destes, vem do latim *egregius*, *a*, *um* e quer dizer distinto, insigne, nobre, ilustre, admirável, notável. Seu emprego decorre daquele mesmo pressuposto de *colendo*; ambos são inadmissíveis numa sociedade democrática, na qual a relação do cidadão com o Estado não deve ser subalterna. (1995, p. 54)

Douta Procuradoria. Nos processos trabalhistas, a Procuradoria do trabalho, seja Regional ou Geral, é sempre chamada, principalmente em acórdão, de *Douta Procuradoria*. Os procuradores, aliás, podiam protestar: afinal, por que seu órgão é apenas “douto” (sábio, instruído) e só os tribunais e suas turmas são “colendos, egrégios e excelsos” (respeitáveis, venerandos, insignes, nobres, notáveis, altos, elevados, sublimes)? Mas o certo é que não se deve continuar a usar essa adjetivação meramente ornamental; o respeito ao Ministério Público não será menor se dissermos simplesmente *Procuradoria*, sem esse terrível *Douta*, com inicial maiúscula. (1995, p.74)

Posição de aceitação desses adjetivos e não questionamento de seu uso corrente encontramos no *Manual* de Rodrigues (2000):

Existem adjetivos que, devido à formalidade do discurso jurídico, encontram-se impregnados na redação de peças enviadas ao Poder Judiciário. Esses adjetivos podem ser entendidos como forma de referência, e devem ser utilizados para que, no mínimo, se demonstre conhecimento da linguagem usual no foro. São os principais: respeitável sentença, venerando acórdão, Egrégio Tribunal, Colenda Câmara... (p. 61) (Grifamos.)

Segue um quadro explicativo com os substantivos e adjetivos adequados para se referir a cada um deles. Segundo ele, seu conhecimento e uso correspondem ao conhecimento dos usos da área jurídica; ou, no dizer de Perelman, propiciam a comunhão com os pares. No entanto, Rodrigues discute a questão da ausência de subordinação entre Ministério Público, magistrados e advogados, citando dispositivo legal – LEI 8.906 de 04/07/1994, e afirmando que, portanto, o tratamento feito entre essas personagens deveria ser equivalente. Também adverte quanto à padronização de tal adjetivação hermética e sua perda de sentido. Propõe que, em alguns casos, se variem os adjetivos intencionalmente, pois, constituindo eles “uma prática da linguagem forense, podem funcionar como elemento retórico, com força argumentativa, dependendo da utilização que dele faz o autor do texto” (1998, p.64).

Quer dizer, Rodrigues admite-a, mas está ciente de parte das implicações do uso da adjetivação elogiosa, apontando-lhe a banalização dos sentidos, completamente retórica. No entanto, diríamos que, mais que isso, esses usos apontam para resquícios da prática retórica da *captatio benevolentiae*, parte do exórdio: o orador deveria conciliar o espírito dos ouvintes, seduzi-los, ganhar-lhes a simpatia, a fim de melhor poder convencê-los. É a capacidade de Soares de distanciar-se da adjetivação elogiosa que lhe permite ver nela o clichê que se congelou no interior de uma sociedade hierárquica, em que as fórmulas se tornaram rituais e são escutadas dentro de um espírito de comunhão e de submissão total. Por não ouvi-las no mesmo espírito de comunhão, consegue fazer a dissociação fundo e forma, passando à rejeição dos valores expressos por meio dos adjetivos encomiásticos (PERELMAN; OLBRE

CHTS-TYTECA, 1997, p. 185-189), pois, segundo ele, nas fórmulas reverenciais estão em jogo os próprios valores democráticos igualitários.

A questão dos latinismos. Ao lado da condenação da adjetivação abundante e da adjetivação elogiosa, Soares condena fortemente o uso do latim, frequentemente empregado, segundo ele, para dar mais credibilidade e força à argumentação:

Chegamos finalmente ao problema das palavras, locuções e fórmulas em latim, os brocardos. A palavra brocardo vem do latim medieval e significa axioma jurídico; é do tempo das fórmulas, dos glosadores e da adaptação do direito romano, de que falamos

antes. De modo que tudo que vemos nas petições, sentenças e acórdãos como demonstração de conhecimento da língua latina não passa de herança medieval: *ab intestato, in casu, ad argumentandum...*

Nossa posição a esse respeito nada tem com o desprezo dos ignorantes e incultos pela língua latina (o autor foi professor de latim durante seis anos). Acharmos uma sandice abolir seu ensino, sem o qual não se pode compreender a gramática histórica, a formação da nossa língua. Porém o latim não pode continuar freqüentando escritos forenses, como Rebeca, somente para fingir cultura. O direito moderno já não se faz de fórmulas. Nada justifica que se continuem a usar expressões latinas, muito menos brocardos, a não ser o pedantismo (1995, p.16).

É a Retórica que nos ajuda a compreender a utilização do latim na linguagem jurídica, pois poderiam dar ao discurso, talvez, aquele “ar estrangeiro” que causa admiração, conforme Aristóteles escreve no Livro III de sua *Arte Retórica* (s/d). A nosso ver, porém, também os latinismos são percebidos como expressão do *ethos* do profissional da área. Além disso, a posição de Soares é controversa, pois juristas da atualidade reconhecem-lhe a importância. Limongi França (1977, p. 21-22) esclarece que os brocardos, de modo conciso e elegante, fixam-se facilmente em nossa memória e encerram muito de verdade jurídica em suas palavras. Originários, em sua maioria, do Código de Justiniano (século VI), são tidos como fonte e princípio de Direito, desde que não aceitos incondicionalmente: alguns apresentam uma “lucidez alarmante”, vários deles representam “cristalizações históricas de princípios gerais”⁶. ; por outro lado, outros “há os que são a fossilização do erro”⁷ (REALE, 1995, p. 315). O relativo descrédito de que gozam atualmente decorre, inclusive, de se encontrar, freqüentemente, adágios para a defesa de idéias opostas.

No entanto, são argumentativos, cumprindo o papel persuasivo que designa a Retórica às máximas (s/d, Livro II, cap. XXI). Os brocardos funcionam como argumentos de autoridade, não apenas na medida em que remetem ao direito romano, origem mítica da prática jurídica, como na medida

⁶ *Ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositio* (onde a razão da lei é a mesma, igual deve ser a disposição); *permittitur quod non prohibetur* (tudo o que não é proibido, presume-se permitido); *Excepciones sunt strictissimae interpretationis* (as exceções são de interpretação estrita).

em que sustentam sua autoridade no latim, língua morta, imune, portanto, à polissemia, e permitem a identificação entre os pares e com os predecessores, com os “fundadores” do direito. (FAGUNDES, 1995, p. 59-67).

A outra questão colocada por Soares em relação aos latinismos é que “o direito moderno já não se faz por fórmulas”. Há uma corrente atual, entretanto, que vai de encontro a essa afirmação, porquanto afirma que o raciocínio jurídico funciona exatamente dessa forma: é o raciocínio tópico, originário da antiga Retórica. Theodor Viehweg (1979), na Alemanha, e Tércio Sampaio Ferraz Jr. (1994), no Brasil, são importantes representantes dela, assumindo uma posição também encontrada em Perelman (1998): é sempre a apresentação de um problema a pedir uma solução. A partir dele procuram-se argumentos, como “se um caso (qualquer) fosse o ponto de partida de toda a ciência, que a partir daí deveria ser inventada”. (SAVIGNI, apud VIEHWEG, 1979, p. 50). O raciocínio tópico, isto é, o raciocínio a partir de um problema proposto, é uma argumentação que visa ao encontro de soluções razoáveis, equitativas, justas e aceitas pela sociedade. Isso permite a evolução do direito contemporâneo nas sociedades democráticas; aí ele não é admitido simplesmente porque parte da autoridade, imposto pelo legislador, mas porque aceitável e razoável (PERELMAN, 1998; PISTORI, 2001, p.144-155).

Considerações finais

Como vimos, há uma tese comum nos discursos de Xavier e Soares, especificamente na defesa do uso da norma culta e do purismo lingüístico. As diferenças significativas em relação às teses secundárias de Soares encontram-se, contudo, tanto no plano da expressão como no do conteúdo. Esse autor arroga-se o papel de abridor de novos (futuros) caminhos na expressão jurídica. Se a fixidez é temporária, parcial e contraditória, sua posição deve refletir aspectos da prática discursiva que, muito lentamente, podem se modificar.

Como podemos observar no dia-a-dia, a tendência atual para relações mais espontâneas, menos solenes, mais naturais, embora influencie todas as áreas de conhecimento de forma desigual, sempre exerce algum poder sobre cada uma. Pensamos que é deste modo que se pode compreender a posição de Soares: a um tempo reflexo de tendência contemporânea e resultado de uma consciência crítica questionadora da língua e da realidade jurídica.

Não podemos esquecer, no entanto, que aspectos como o latinismo, a adjetivação encomiástica e o purismo, mas não apenas esses, parecem ser percebidos pelos próprios profissionais do Direito como constituintes de sua identidade, modos pelos quais se diferenciam do outro – seu *ethos* ; portanto, de transformação mais difícil. Fazem parte da construção jurídica das representações sociais, conseguida através de vários recursos lingüísticos e também de fórmulas lapidares e formas fixas. Assim, a mudança desses aspectos discursivos contribuiria para processos de mudança cultural e social e envolveria redefinição e reconstituição dos “eus” e das instituições a que estão ligados. Justamente o que advoga Celso Soares.

Concluindo, gostaríamos de destacar que a preocupação com o poder persuasivo do *ethos* do operador do direito é relevante em vários sentidos, mas, em primeiro lugar, no ensino de uma postura lingüística que se revela argumentativa, persuasiva. E acrescentaríamos que o desvelamento dessa postura, mediante sua análise, deve servir para reflexão e questionamento dos modos como a persuasão é obtida, num campo social em que ela é ponto-chave das decisões, e ajudar-nos também a compreender melhor a relação entre o homem e seus valores, expressos e sistematizados por meio do discurso.

The constitution of law professional in its linguistics and discursive aspects

■ **ABSTRACT:** *Investigation of Law professional ethos, in its linguistics and discursive aspects. The ultimate proposal is a reflection about renewing and conservative style and the relation between discourse and social change.*

■ **KEYWORDS:** *Juridical Discourse. Rhetoric. Ethos. Style. Standard Language.*

Referências

ARISTOTELES. *Rhétorique*. Livre I e II. Texte établi et traduit par Méderic Dufour. 3. triage. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

¹ *Interpretatio cessat in claris* (Dispensa-se a interpretação quando o texto é claro); *Testis unus, testis nullus* (Uma testemunha não faz prova)

_____ **Arte retórica.** Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

BARTHES, R. A retórica antiga. In: **Pesquisas de retórica.** Seleção de ensaios da revista **Communications** n.º 10. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, P. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: **O poder simbólico.** Trad. Fernando Thomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CÍCERO. De l'orateur. Texte établi par Henri Bornecque et traduit par Edmond Courbaud et Henri Bornecque. Paris: Belles Lettres, 1971.

DISCINI, N. O estilo nos textos. São Paulo: Contexto, 2003.

FAGUNDES, V. O. A espada de Dâmocles da Justiça: o discurso no júri. 1995. 260f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, UNICAMP, 1995.

FERRAZ Jr., T. S. Introdução ao estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FRANÇA, R. L. Brocardos jurídicos: as regras de Justiniano. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

GNERRE, M. Linguagem, poder e discriminação. In: **Linguagem, escrita e poder.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, M. Q. O purismo lingüístico. 1996. 402f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1996.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. 3. ed. Campinas: Pontes/EDUNICAMP, 1997.

_____ **O contexto da obra literária.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOSCA, L. do L. S. (org.) Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago S. (org.) **Retóricas de ontem e de hoje**. 2. ed., São Paulo: Humanitas, 2001.

PEREIRA, M. A. **Quintiliano gramático**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, C. **Lógica jurídica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PISTORI, M. H. C. **Argumentação jurídica**. Da antiga retórica a nossos dias. São Paulo: LTR, 2001.

QUINTILIANO. **Institutio oratoria**. Translated by H. E. Butler. Loeb Classical Library. London, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

VIEHWEG, T. **Tópica e jurisprudência**. Trad. de Tércio Sampaio Ferraz Jr. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

Manuais de redação jurídica analisados

SOARES, C. **Prática de redação e estilo forenses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1995.

XAVIER, R. C. **Português no direito**. 14. ed. São Paulo: Forense, 1995.

Manuais de redação jurídica citados

DAMIÃO, R. T. & HENRIQUES, A.. **Curso de Português Jurídico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

RODRIGUES, V. G. O. **Manual de Redação Forense**. Campinas:

REI DAVI: O DISCURSO PASSIONAL NA BÍBLIA E NO CINEMA

Mariza Bianconcini Teixeira MENDES¹

... as indagações tentariam, se não deslindar, pelo menos lançar algumas balizas nesse campo bastante complexo, mas fascinante, que é a relação homem-linguagem-mito-mundo; queria chamar a atenção para a “uis mythica” que faz com que o homem leia o mundo não de maneira objetiva, inerte, neutra, como um sujeito em grau zero, mas também não como um sujeito pleno, oceânico, barthesiano, e, sim, como um sujeito que desliza entre esses polos.

Ignácio Assis Silva, 1995

■ **RESUMO:** Considerando os manuscritos do Antigo Testamento como a mídia impressa da Antigüidade, este trabalho pretende comparar o uso das estratégias enunciativas no discurso bíblico sobre o rei Davi e no filme *Rei Davi* (EUA, 1985), com o objetivo de identificar os recursos discursivos da linguagem verbal e da linguagem sincrética. Nessa análise serão ressaltadas as marcas do discurso passional, na Bíblia e no cinema norte-americano.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Enunciação. Discurso verbal. Discurso sincrético. Contrato de veridicção. Discurso passional. Adesão emocional do enunciatário.

¹ Pesquisadora/doutora do Grupo CASA – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – CEP 14800-901 – Araraquara-SP, Brasil. E-mail: marbitem@terra.com.br.

O mito de Davi foi criado na antiga Palestina, por volta de 1000 a. C., pelo povo de Israel. Desde então tem sido revisitado e reconstituído no mundo ocidental pelas mais diferentes formas de expressão, preservando-se sempre seu objetivo primeiro: as aventuras heróicas do rei Davi mostram as glórias do povo hebreu.

Podemos considerar os manuscritos da Antigüidade como a mídia impressa da época, ao lado das comunicações orais e visuais/icônicas, e reconhecer no discurso bíblico as mesmas paixões que ainda hoje conduzem nossos atos enunciativos nos diversos tipos de comunicação. Entre o texto verbal do Antigo Testamento, na época da invasão e posse da Terra Prometida, e o texto sincrético do cinema, na moderna indústria cinematográfica, há muitos pontos em comum nos objetivos ideológicos e nos envoltimentos emocionais de enunciadores e enunciatários do discurso. Mas há também pontos discordantes entre os livros *Samuel I e II* e o filme *Rei Davi*, produção norte-americana de 1985, quanto aos percursos narrativo, figurativo e passional dos atores discursivos.

O objetivo principal dos antigos hebreus estava claro e bem definido no tema global do Antigo Testamento: a invasão e posse das terras vizinhas ao rio Jordão; no Oriente Médio, prometidas por Javé ao *povo escolhido*, para realizar o programa divino no mundo criado. O objetivo dos principais donos da indústria cinematográfica norte-americana – na maioria, descendentes do povo escolhido – é divulgar o discurso bíblico, para um público cada vez maior, glorificando os supostos feitos heróicos dos israelitas na era pré-cristã.

Para tanto, ao fazerem a transposição do texto verbal para o texto filmico, exacerbam as paixões do enunciador, criando um texto mais hiperbólico que o original, graças aos recursos emocionais do sincretismo no discurso cinematográfico: palavras, imagens, músicas e ruídos constroem um mundo de paixões contraditórias em que o povo de Javé é o *dono da verdade revelada*. Essa posição de pretensos detentores da palavra divina – posição disputada com cristãos e muçulmanos – permite a eterna recorrência a uma mesma isotopia figurativa: Javé Deus escolheu um povo, os descendentes de Abraão, para cumprir o programa de realização do projeto divino para a humanidade.

O objetivo desta análise é comparar os percursos figurativos e passionais do discurso bíblico e do discurso cinematográfico na narrativa das aventuras do rei Davi, destacando as vantagens do sincretismo (recursos verbais/sonoros e plásticos) na busca da adesão emocional do

enunciatório.

A narrativa verbal e a narrativa sincrética

Na narrativa verbal do Antigo Testamento – nos livros *Êxodo* e *Números* – a debreagem actorial, espacial e temporal do discurso cria os efeitos de sentido de um mundo em que o deus único Javé, divindade protetora de Abraão, Isaac, Jacó e seus descendentes, conduz o povo de Israel, após a libertação do cativo do Egito, pelos desertos da Palestina, em busca de Canaã, a terra prometida. Tanto o Destinador Javé, quanto o povo hebreu, sujeito do programa narrativo, sabiam que a terra tinha dono: era habitada pelos cananeus, nome genérico para vários povos sedentarizados e organizados politicamente em suas cidades, o que significava ter de guerrear pela posse da terra.

O percurso narrativo de Davi (1Sm 16-31 e 2Sm 1-24) tem início quando os hebreus já estão instalados em Canaã, de modo precário, sempre em guerra, e Javé Deus escolhe Saul para ser o rei que o povo tanto pedia. Mas Saul não segue os desígnios divinos e Davi deve ser ungido pelo profeta Samuel como seu sucessor. O profeta hesita diante da nova ordem:

Javé disse a Samuel: Até quando você vai ficar lamentando Saul? Fui eu mesmo que o rejeitei como rei de Israel. Encha a vasilha de óleo. Ordeno que você vá ter com a família de Jessé, o belemita, porque eu escolhi um rei entre os filhos dele. (1Sm 16, 1).

Não era comum que o sucessor de um rei fosse escolhido fora de sua família e antes de sua morte. Esse fato provocou uma disputa entre o rei Saul e o jovem Davi – tema concretizado no discurso verbal da Bíblia Pastoral pelo subtítulo da terceira parte do *Primeiro Livro de Samuel*: “Saul e Davi: competição pela supremacia” (1990, p.318). O objetivo do enunciador, nessa parte do discurso, é conquistar o enunciatório para a adesão às razões do jovem Davi.

O filme, em princípio, é um discurso mais passional que o manifestado no texto verbal, pois seus recursos sonoros e visuais são emocionalmente mais poderosos e mais envolventes que a palavra escrita. A primeira estratégia, para esse fim, é usar, no plano da expressão, um ator adolescente para o Davi jovem e outro, de maior

prestígio, para o Davi rei (Richard Gere).

Logo após a unção, o Davi pastor de ovelhas e tocador de harpa enfrenta o gigante Golias, quando vai visitar os irmãos mais velhos no campo da batalha contra os filisteus, os mais terríveis inimigos na guerra pelas terras palestinas. Temos então a concretização visual de Golias, com sua armadura e suas armas, diante de um frágil rapazote que dispõe apenas de sua funda (atiradeira de pedras). A pedra certa que atinge a testa do gigantesco inimigo – *com quase três metros de altura* (1Sm 17, 4) – atinge também o coração do espectador do filme: a debreagem actorial, espacial e temporal, pelas figuras do discurso cinematográfico, cria um texto verbo-sonoro-visual, cuja enunciação passional vamos analisar. A enunciação passional, na teoria semiótica,

tem como característica essencial a projeção e a operacionalização dos simulacros. Por uma espécie de desdobramento imaginário, o sujeito da enunciação passional transforma as qualidades ou os valores investidos no objeto focalizado em objetos ou em parceiros de seu próprio discurso. (Bertrand 2003, p. 397).

Essa característica do discurso passional esclarece seu próprio funcionamento sintáxico e as formas de comunicação que ele engendra: há uma *troca fusional*, quando os simulacros são compartilhados, ou um mal-entendido, quando eles estão *irrevogavelmente disjuntos* (id. *ibid.*). O primeiro caso acontece, no discurso mítico, quando os enunciatários compartilham a crença religiosa do enunciador e o segundo, quando não existe esse compartilhamento. Estamos considerando, nesta análise, que o texto cinematográfico dispõe, muito mais que o texto verbal, de estratégias que envolvem e convencem os enunciatários, ao recorrer ao efeito passional das imagens visuais e sonoras, que aumentam consideravelmente o poder persuasivo das palavras.

Para explorar o poder original das palavras bíblicas, o filme cria um narrador *in off*, uma voz sem corpo, que explica os fatos em suas relações de causa e efeito, o que ajuda o espectador do filme (principalmente aquele que não conhece ou já esqueceu o texto bíblico) a entender melhor a seqüência narrativa. Um exemplo do discurso hiperbólico e passional do filme é o fato de apresentar os guerreiros hebreus com armas sofisticadas, cavalos e carros de guerra, aspectos inexistentes na narrativa bíblica, que mostra apenas os egípcios e alguns povos palestinos como forjadores de armas e artefatos de guerra.

A imagem de Davi se constrói pelas hipérboles, figuras do discurso que funcionam como conectores da isotopia do heroísmo mítico: um herói escolhido por uma divindade, para conduzir o povo de Israel em seu

programa narrativo, cujo Destinator era a própria divindade. As qualidades de Davi rei, homem atraente, guerreiro valente e administrador perspicaz – concretizadas no filme pelas características físicas e desempenho do ator cinematográfico – são dádivas recebidas de Javé.

Mas Saul se transformou em anti-sujeito, fazendo planos para tirar Davi de seu caminho, pois desde a vitória contra Golias, ele era idolatrado pelo povo, representando uma ameaça ao poder do rei. No filme, o ator Richard Gere assume nesse momento o papel de Davi, e seu belo e atlético porte físico funciona como figura discursiva, envolvendo emocionalmente o espectador, que se transforma num torcedor fanático de seu programa: derrotar Saul e ser coroado rei, sem parecer ambicioso e sem ferir o adversário.

Como programa secundário, logo se desenvolve uma grande amizade entre Davi e o filho de Saul, Jônatas, tornando-se este seu defensor e protetor e fazendo o papel de espião, ao revelar a Davi cada plano do rei para eliminá-lo como concorrente. Por essa razão, Davi teve que fugir para as montanhas, fuga programada por Jônatas e auxiliada pelos sacerdotes de Israel, que foram depois executados por Saul.

Todos esses acontecimentos, no filme, desenvolvem-se com grande pompa, com um percurso figurativo altamente elaborado, que vai construindo a imagem do herói perseguido e vítima de uma grande injustiça. Entre a amizade e carinho de Jônatas e o ciúme e ódio de Saul, Davi acaba se transformando em um típico fugitivo, bandoleiro das montanhas, cercado de muitos companheiros que o admiravam e também o viam como um líder dos humilhados e ofendidos. Essa situação ia durando enquanto Saul continuava vivo:

“O que foi que eu fiz? Que crime ou erro cometi contra seu pai, para que ele queira me matar?” Jônatas respondeu: “Não se preocupe com isso. Você não vai morrer. Meu pai não faz nada que seja importante ou menos importante, sem antes me informar.” (1Sm 20, 1-2).

Cada programa narrativo secundário, na longa e cruel perseguição que Saul faz a Davi, vai enriquecendo, com os recursos visuais e sonoros do filme, a construção discursiva do herói: por duas vezes Davi tem o rei em suas mãos mas não o mata, dizendo a seus companheiros: “Não o mate! Ninguém pode levantar a mão contra o ungido de Javé, e ficar sem castigo!” (1Sm 26, 9). Tanto no discurso verbal como no

cinematográfico, está concretizado o tema da disputa entre dois *ungidos de Javé*, mas é Davi que age segundo os desígnios divinos, pois é a ele que Javé protege, ele é que será o grande rei que construirá a cidade sagrada de Jerusalém. Entre sujeito e anti-sujeito, o Destinador já fez sua escolha: ambos eram homens bonitos e valentes guerreiros, mas somente um será o vencedor final da disputa.

O texto fílmico, assim como o texto bíblico, não se preocupa com a veridicção do discurso sobre uma divindade que transforma seus dois protegidos em inimigos. O que o enunciador apresenta ao enunciatário é apenas o discurso passional da construção do herói mítico: perseguido injustamente, mas com a certeza de que a proteção divina o defenderá sempre, em qualquer situação de confronto.

Em meio às disputas entre Saul e Davi, continuavam os ataques dos filisteus, e a vontade divina se cumpre, quando Saul e seu filho Jônatas morrem no campo de batalha. Davi lamenta a morte do rei e de seu querido amigo, mas está finalmente livre para ser rei, primeiramente do reino de Judá, ao sul, depois do reino de Israel, ao norte, unindo assim todas as tribos de Israel.

Segue-se um período de grandes vitórias, Jerusalém é conquistada e se torna a cidade de Davi. O filme não pode evidentemente, pelas coerções do tempo reduzido do discurso, mostrar todos as seqüências narrativas contidas no texto verbal, mas as escolhas e seleções que o enunciador deve fazer contribuem para que se exacerbem as paixões dos atores discursivos. Na figurativização dessas paixões – amor, ódio, inveja, ciúme, vingança, disputa pelo poder – é que podemos verificar as vantagens do texto sincrético sobre o texto verbal.

Tomemos como exemplo o episódio de Davi levando a arca da aliança para Jerusalém. Diz o texto bíblico: “Cada seis passos que os carregadores da arca davam, Davi sacrificava um boi e um bezerro gordo. Davi dançava com todo o entusiasmo diante de Javé e vestia um efod [manto sacerdotal] de linho.” (2Sm 6, 13-14). Essa cena está representada no filme de maneira bem diferente. Os sacrifícios de animais não existem, por razões óbvias: o filme, sendo um discurso de grande aceitação popular, omite a violência e o primitivismo dos rituais de sacrifício de animais, em tudo semelhantes aos rituais pagãos da Antigüidade.

O filme mostra apenas Davi dançando, de maneira espantosamente ridícula, com uma espécie de *fraldão* branco, o torso nu, em movimentos desajeitados de uma dança grosseira. Nesse caso, em vez de concretizar o ritual em honra de Javé, a cena cinematográfica mostra uma situação embaraçosa para o rei. No texto bíblico o embaraço só é percebido pela

filha de Saul, a esposa abandonada por Davi. Micol lhe diz ironicamente: "Hoje o rei de Israel se honrou muito, desnudando-se diante das servas de seus servos, como se fosse um homem qualquer!" (2Sm 6, 20).

No filme é impossível que os espectadores deixem de perceber o ridículo da cena, comprovando o poder das imagens no envolvimento emocional do enunciatário do discurso, nesse caso contribuindo para que o espectador perceba a ambigüidade do papel temático representado pelo ator discursivo Davi. Nas demais seqüências narrativas selecionadas pelo filme, repetem-se os aspectos aqui analisados, principalmente nas cenas em que destinadores, sujeitos e anti-sujeitos estão visualmente modalizados pela paixão, nas expressões faciais e corporais, o que mostra que o discurso sincrético do texto filmico tem grande vantagem sobre a palavra escrita na concretização dos temas focalizados.

Vamos analisar a seguir, sob um outro aspecto, as cenas em que Davi peca por concupiscência, roubando a mulher de um soldado de seu exército, e enfrenta a vingança de Javé, que leva o filho desse pecado à morte e faz Absalão liderar uma revolta política contra o pai. Essas seqüências serão analisadas segundo a manipulação ideológica do enunciatário, quando o enunciador constrói o discurso do herói castigado.

A manipulação ideológica no discurso passional

Como interpretar esse fenômeno do *crer ambíguo*, que se apresenta como a coincidência dos contrários, como o termo complexo que reúne certeza e improbabilidade, senão pelo fato de que pertence a dois contextos ideológicos incompatíveis e, em última análise, a duas epistemes coexistentes? (Greimas 1983, p. 112-113, tradução nossa).

Ao estudar o *contrato de veridicção* entre enunciador e enunciatário do discurso, Greimas chegou à conclusão de que a veridicção é o ato de produzir o discurso veridictório, isto é, construído de modo a parecer verdadeiro. Esse conceito vale, hoje se sabe, para todos os tipos de discurso e não apenas para os textos da ficção artística, como se pensava anteriormente.

A partir dessa constatação, nos últimos vinte anos, os semioticistas foram descobrindo que, segundo esse acordo tácito entre produtor e receptor do texto, nenhum discurso é realmente verdadeiro, mas tão somente veridictório, a ponto de Bertrand abrir a introdução de seu

livro *Caminhos da semiótica literária* dizendo que se o objeto da semiótica é o *sentido*, uma restrição se impõe: “a semiótica se interessa pelo ‘parecer do sentido’” (2003, p.11).

Considerando a crença religiosa como sanção positiva do discurso bíblico, podemos pensar na figuratividade do percurso narrativo de Davi no texto bíblico e no cinema como uma forma de manifestação do *crer ambíguo*, pois os caminhos do herói são pontilhados por atitudes incompatíveis, que se apresentam como a *coincidência dos contrários*. Davi é o mais contraditório dos atores do discurso bíblico: é bom e mau, amigo e inimigo, humilde e ambicioso, honesto e desonesto, protetor e explorador, amado e odiado, tanto nas suas relações familiares como nos atos políticos e administrativos, mas sempre fiel a Javé.

O mito religioso, para a semiótica, pertence à classe dos discursos de conotação social (filosóficos, literários e etnoliterários), o que nos permite dizer que é o modo como nossa cultura interpreta e valoriza o discurso bíblico que faz com que a chamemos de *cultura judaico-cristã*. Por essa razão, nascidos, criados e educados nessa cultura, os frequentadores de cinema, quando vão assistir a um filme bíblico, já se dispõem a recebê-lo como *verdadeiro*, ou seja, como objeto de crença. Basta lembrar que o grande sucesso do filme *A paixão de Cristo* (EUA, 2003) tem como fundamento o fato de ser considerado o *mais verdadeiro* e o *mais fiel aos evangelhos*, entre todos os que foram feitos sobre o mesmo tema. A paixão de ser fiel aos evangelhos levou o enunciador a usar o latim e o aramaico nos diálogos do filme, esse sim um fato inédito na história do cinema.

Voltando ao nosso rei Davi e lembrando que, entre os semioticistas, a noção de verdade foi substituída pela noção de *efeito de sentido de verdade* – um procedimento discursivo que o sujeito da enunciação manipula para que seu discurso pareça verdadeiro – devemos analisar, finalmente, como o texto bíblico e o filme *Rei Davi* manipulam os enunciatários do discurso para que o recebam como *manifestação divina*.

Foucault fala de certos textos que se repetem indefinidamente numa sociedade, muitas vezes em cerimônias ritualizadas, porque neles “se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (1996, p. 22). Entre esses textos, que ele chama de *discursos fundamentais ou criadores*, aponta em primeiro lugar os discursos religiosos, depois os jurídicos, os literários e, em certa medida, os científicos.

Ao refletir sobre a ordem reinante no universo do discurso, o filósofo diz que há tantas regras e leis a serem seguidas, que se pode falar de “uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de

nossos discursos” (idem, p. 35). Mas no meio dessa *ordem*, há também uma espécie de *desordem*. Ao lado de uma logofilia, responsável pelo respeito diante dos discursos, há também em nossa sociedade uma profunda logofobia:

uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (idem, p. 50).

O texto bíblico, como um dos discursos fundadores de nossa cultura, e um dos mais polêmicos, é exatamente um daqueles que se impõem pela sua *desordem*: por sua força e sua fragilidade, por sua coerência e sua incoerência, enfim, pelo seu direito e pelo seu avesso. E a narrativa das aventuras do rei Davi é um exemplo típico de tudo isso. Depois de, dominado pela paixão do poder, fazer muitas guerras, derrotando e escravizando os povos vizinhos, para ampliar e enriquecer o reino de Israel, o rei resolve descansar e não mais acompanha seus exércitos nas batalhas. Fica desfrutando do conforto de seu palácio e, mesmo já tendo muitas mulheres e filhos, toma a mulher de Urias, um de seus soldados, e a engravida. Depois de algumas peripécias para se livrar do problema, pede ao comandante do exército que coloque Urias no ponto mais perigoso do combate para que ele morra.

Assim acontece, mas o profeta Natã lhe comunica que será castigado pelo seu pecado de luxúria e concupiscência: “Assim diz Javé: ‘Eu farei com que a desgraça surja contra você de dentro de sua própria casa. Pegarei suas mulheres e as darei a outro diante de seus olhos, e ele dormirá com suas mulheres debaixo da luz deste sol’” (2Sm 12, 11). Só não foi dito que esse *outro* seria seu próprio filho, Absalão. Todo o percurso narrativo de Davi, como sujeito, e de Absalão, como anti-sujeito, está muito bem figurativizado no discurso bíblico, ressaltando as paixões que dominam pai e filho, e é nesse ponto que vemos Davi amar e odiar ao mesmo tempo, fugindo e lutando contra Absalão, para depois chorar e lamentar a morte do filho.

Mas no filme, a beleza dos atores, dos vestuários, dos móveis e das festas, ao lado da crueldade das guerras, das traições e das falsidades, tudo leva o espectador a sentir-se dentro da história, vivendo as angústias e as esperanças, as alegrias e as tristezas dos atores. No cinema é o corpo físico do enunciatário que sofre a cada golpe de espada, a cada corpo que cai, a cada cabeça decepada. A morte de Absalão é uma das

cenas mais violentas da história e, mesmo tentando amenizá-la, o filme mostra seu corpo balançando entre os galhos do carvalho, causando grande impacto na platéia. O castigo não era para o rei Davi? Mas é o filho que paga o pecado do pai, como acontecera antes, com o fruto do amor adúltero. Davi é o protegido, e nasce Salomão, filho de Betsabéia (viúva de Urias), que vai herdar o trono do pai, tornando-se *o querido de Javé*.

Começam, entre os filhos das mulheres de Davi, as disputas pela sucessão no poder. Como vemos, a ambigüidade não é um atributo apenas do sujeito Davi, o Destinador Javé também se perde em contradições. Davi é castigado por desejar a mulher do próximo, mas não por atacar e pilhar os reinos vizinhos: os despojos de guerra eram consagrados e oferecidos à divindade. “E Javé fazia Davi sair vitorioso em qualquer lugar por onde ele ia.” (2Sm 8, 6). A violência das guerras era uma *paixão positiva*, isto é, sancionada positivamente pelo Destinador Javé.

Evidentemente o filme, como objeto de comunicação de massas, cuja circulação foge ao controle dos exegetas e dos clérigos, não pode mostrar essas contradições divinas. As estratégias do enunciador, para manipular ideologicamente os enunciatários, têm como objetivo maior disfarçar, nos percursos figurativos, a ambigüidade das atitudes dos sujeitos e do Destinador. Terminada a exibição do filme, os espectadores se sentem *em estado de graça*, como se tivessem sido tocados pelo sobrenatural.

As figuras do discurso cinematográfico são manipuladas de forma a exacerbar as paixões consideradas *positivas* (fé e fidelidade a Javé, coragem e heroísmo na guerra), disfarçar as *negativas* (dúvida, infidelidade, covardia) e evitar as ambigüidades da narrativa, de forma que a ideologia judaica seja reforçada, assim como faziam os desenhos de Walt Disney com os contos de fada, que reforçavam a ideologia cristã-burguesa em meados do século XX (MENDES 2000, p. 89-90). Os contos de fada tornaram-se, após a invenção da imprensa, um dos meios de comunicação de massas no final do século XVII, quando a ideologia familista burguesa preparava-se para dominar o sistema educacional no Ocidente, com a mesma estratégia usada hoje pelo cinema norte-americano.

KING DAVID: the passionate discourse in the bible and in the cinema

■ **ABSTRACT:** *Considering the manuscripts of the Old Testament as the printed media at the ancient times, this study intends to compare the use of enunciating strategies, both in the biblical discourse about the king David and in the film intitled King David (USA, 1985), with the aim of identifying the discourse features of the verbal and the syncretic language. Particularly, the markings of the passionate discourse found in the Bible and in the North-American film will be pointed out in this analysis.*

■ **KEYWORDS:** *Enunciation. Verbal discourse. Syncretic discourse. Contract of veridiction. Passionate discourse. Emotional adhesion of the enunciate.*

Referências

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária.** Tradução do Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e outros. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica e Paulus, 1990.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GREIMAS, A. **Du sens II. Essais sémiotiques.** Paris: Seuil, 1983.

MENDES, M. B. T. **Em busca dos contos perdidos. O significados das funções femininas nos contos de Perrault.** São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial, 2000.

REI DAVI. Filme da Paramount, Hollywood, EUA, 1985.

GRAMÁTICA E HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: REFLEXÕES ACERCA DE ALGUNS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Maurício SILVA¹

■ **RESUMO:** O presente artigo procura analisar as diversas possibilidades de conceituar a gramática, refletindo acerca das variantes de sentido que esse conceito pode acarretar. Além disso, procura analisar alguns aspectos metodológicos provenientes da Historiografia Lingüística, particularmente voltados para a análise da gramaticografia.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Gramática; Língua Portuguesa; Historiografia Lingüística; Lingüística.

Todo estudo lingüístico preocupado com a constituição de suportes teóricos e metodológicos com vistas à aplicabilidade de seus conceitos fundamentais requer uma explanação prévia, a fim de estabelecer os limites dentro dos quais o pesquisador deverá atuar em seu empreendimento analítico. Esse mesmo princípio, portanto, deve reger os estudos de gramaticografia, cujo sentido pode variar de acordo com as perspectivas analíticas adotadas já na definição do que possa ser considerado o discurso gramatical.

¹ Departamento de Educação – Faculdade de Letras – Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE) e Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU) – 05027-000, São Paulo–SP, Brasil. E-mail: maurisil@gmail.com.

Conceitualmente, a gramática pode ser definida como uma “ciencia que estudia el sistema de una lengua” (CARRETER, 1974, p. 213); ou, em termos mais específicos, um “system by wich the words and morphemes of a language are organized into larger units, particulary into sentences, perceived as existing independently of any attempt at discribing it” (TRASK, 1993, p. 121). Tal descrição parece, no entanto, dos limites da própria funcionalidade da gramática, já que, do ponto de vista pragmático, a gramática adquire sentidos, muitas vezes, diversos daqueles aqui expostos.

Historicamente, a gramática conheceu uma gama bastante variada de proposições definitórias: confundindo-se, a princípio, com a lógica, dela se desvinculou num esforço independentista de marcar território no campo dos conhecimentos humanos, para, em seguida, adquirir estatuto de “ciência” autônoma, passando então a englobar as três vertentes fundamentais da lingüística estruturalista: a fonético-fonológica, a morfossintática e a semântica (AUROUX, 1990: 08).

Unindo as perspectivas conceitual e histórica, alcançamos uma definição da gramática mais adequada aos nossos propósitos e, pragmaticamente falando, mais operatória. Assim, do ponto de vista cronológico, a gramática pode ser diacrônica ou sincrônica, segundo os limites dentro dos quais se situem seu cabedal de preocupações lingüísticas e a perspectiva adotada para a exposição dos fenômenos da linguagem verbal. É, portanto, no âmbito da diacronia que se inserem tanto a *gramática histórica* quanto a *gramática comparativa*, dois conceitos que adquiriram maior visibilidade a partir de meados do século XIX. A rigor, portanto, pode-se dizer que a gramática histórica é a “apresentação metódica da história interna de uma língua”, enquanto a gramática comparativa seria a aplicação metódica “do comparatismo a uma família lingüística” (CÂMARA JÚNIOR, 1988, p. 130).

Do ponto de vista teórico e buscando inserir a gramática nos limites da sincronia, podemos dizer que existem a *gramática geral* e a *gramática específica*, a primeira destinada aos estudos dos princípios lingüísticos gerais, entendendo-se por esse conceito o que Dubois definiu como “description complète de la langue, c’est-à-dire des principes d’organisation de la langue” (DUBOIS, 1994, p. 226); ou o que Bussman considerou como “systematic description of the formal regularities of a natural language” (BUSSMANN, 1996, p. 194). Já a definição da gramática específica refere-se principalmente a um sistema organizado de fatos lingüísticos de um determinado idioma, procurando expor tudo o que, *especificamente*, lhe diga respeito. Neste sentido, poder-se-ia

difini-la a partir do mesmo conceito que Greimas e Courtés utilizaram para a gramática genericamente falando, em seu intuito de diferenciá-la do que chamaram de gramática semiótica: “description des modes d’existence et de fonctionnement d’une langue naturelle” (GREIMAS, COURTÉS, 1979, p. 127).

É nos limites do que aqui denominamos gramática específica que podemos, do ponto de vista metodológico, depreender mais duas vertentes de gramática, a *gramática descritiva* e a *gramática normativa*, dicotomia já presente na Antigüidade Clássica, que levaria à consideração da gramática como uma *ars recte loquendi* (STEFANINI, 1994; PEREIRA, 2000; SILVA, 2000), evidentemente considerando *arte* no entendimento clássico de *técnica*. Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, representada por Donato, e uma gramática essencialmente normativa, representada por Prisciano, mas é a partir da Era Moderna, em particular com o advento do Renascimento, que se pôde falar em termos de uma consistente e massiva gramatização, o que redundaria numa distinção mais funcional dos conceitos de normativismo e descritivismo (AUROUX, 1992; SILVA, 1997).

Finalmente, como complemento dessa última exposição, pode-se afirmar que, sobretudo no que concerne ao conceito de gramática normativa, é possível ainda arriscar um desdobramento que resulte na ocorrência de dois outros tipos de gramática: a *normativa pedagógica*, que não são senão os famigerados manuais didáticos, isto é, livros “preparados com a clara intenção de adoção em sala de aula, por isso mesmo com apresentação de exercícios após a lição teórica” (NEVES, 1994, p. 22); e a *normativa teórica*, aquela que, sem uma explícita intenção didática, procura registrar regras e preceitos voltados para o uso supostamente correto de um determinado idioma, a partir de uma variante culta que se constitui, assim, na norma padrão da língua.

Evidentemente, na prática, os fatos não se apresentam tão simples, nem tão esquemáticos, podendo haver divergências de concepção e fatura, intersecções profundas e contatos superficiais entre o que aqui consideramos descritivismo, por um lado, e normativismo, por outro. A bem da verdade, parece ponto pacífico entre os pesquisadores do assunto ou para o observador mais atento o fato de que toda gramática normativa apresenta certo grau de descrição da língua, da mesma maneira que qualquer gramática descritiva, ainda que não seja esse seu propósito final, traz subentendidos modos exemplares

de atualização lingüística (NEVES, 2002). Semelhante ocorrência talvez se deva ao fato de que, a rigor, as gramáticas que aqui denominamos normativas são, na verdade, aquelas que procuram *descrever* um determinado padrão lingüístico, motivo pelo qual, mesmo adquirindo certo viés descritivista, a gramática não deixar nunca de ser, até certo ponto, normativa (PETTER, 2002).

Desse modo, se numa perspectiva histórica a gramática pode ser compreendida, como assinalamos, a partir de um enquadramento conceitual matizado, resultando, em última instância, na distinção entre o normativismo e o descritivismo, numa perspectiva cultural a dicotomia entre a gramática normativa e descritiva possibilitaria o aparecimento de diversos estudos a que podemos chamar provisoriamente, por falta de denominação mais precisa, de *paragramaticais*: escritos que, a rigor, procuram problematizar tanto alguns pressupostos fundamentais da gramática, sobretudo a normativa, quanto sua aplicabilidade no âmbito da educação lingüística ou sua inserção na sociedade letrada, resultando, por exemplo, em estudos que buscam questionar não apenas as combalidas *regras* gramaticais, mas também a pertinência de sua prescrição.

*

Para se entender cabalmente o complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação da gramática é necessário estudá-lo a partir de uma perspectiva, a um só tempo, extensiva e intensiva, a qual requer – de um ponto de vista *historiográfico* – a reconfiguração do contexto geral da época na qual o fazer gramatical se inscreve; o resgate do ideário lingüístico que deu sustentação à construção do conhecimento gramatical; a comparação entre referências conceituais e taxionômicas presentes na obra em análise e a terminologia técnica utilizada pelo pesquisador. Todo esse procedimento analítico diz respeito à delicada questão da *metalinguagem*, que de acordo com Konrad Koerner seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”, obedecendo, para tanto, a três princípios fundamentais: a) o estabelecimento do clima de opinião, já que “as idéias lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (*princípio de contextualização*); b) a definição interna do quadro geral de investigação e da terminologia

utilizada no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto lingüístico em questão” (*princípio da imanência*); c) as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho apresentado no trabalho em questão” (*princípio de adequação*) (KOERNER, 1996, p. 95 et ss.).

Daí a necessidade, como salientamos acima, de um estudo ao mesmo tempo extensivo e intensivo, o qual se traduz, num contorno mais prático, no que Pierre Swiggers define como sendo uma análise particularizante, a qual “focusses on the specific way in which a particular linguistic insight was brought about and formulated”, e uma análise generalizante, na qual “we study the types of models which carry linguistic knowledge”, ambas imprescindíveis à eficácia da abordagem historiográfica da gramática e correspondentes à conjunção de uma descrição *content-oriented*, isto é, que se volta para as particularidades internas da linguagem, e uma descrição *context-oriented*, ou seja, que envolve a linguagem em seu contexto social e cultural (SWIGGERS, 1989, p. 21 et ss.).

Com efeito, a metalinguagem, conceito que está na base das atitudes metodológicas acima observadas, é a dimensão mais evidente da gramaticografia, estando a reflexão sobre a linguagem, ainda na opinião de Swiggers, diretamente ligada às estruturas mesmas da metalinguagem (SWIGGERS, 1997).

Por isso, para nós, o estudo da gramática – do ponto de vista historiográfico – reconhece pelo menos três esferas de atuação: a esfera intratextual, em que a metalinguagem atua como discurso elucidador das ocorrências lingüísticas presentes no discurso gramatical; a esfera intertextual, na qual a metalinguagem elucida possíveis relações discursivas entre enunciados de natureza diversa, a fim de dar ao estudo da gramática maior sustentação teórica; e a esfera contextual, por meio da qual a metalinguagem mobiliza um arcabouço histórico necessário a uma mais larga compreensão da gramática, operando a partir de conceitos provenientes do próprio discurso historiográfico.

Dessas três esferas aludidas, ressalta, na atividade historiográfica, a intratextual, na medida em que permite entender a metalinguagem também como uma função comunicativa que pressupõe a circularidade de informação e comunicação, manifestando-se como uma linguagem que fala da própria linguagem. Com esse sentido em particular a metalinguagem

o próprio discurso gramatical, passando da condição de uma *prática metodológica* para a de um *objeto de estudo*. Desse modo, poder-se-ia dizer que, diferentemente da Lingüística Histórica, o objeto de estudo da Historiografia Lingüística não é a linguagem, mas a metalinguagem, a qual é deslindada pelo pesquisador a partir de princípios metodológicos e fundamentos teóricos específicos. Portanto, da Lingüística Histórica para a Historiografia Lingüística ocorre uma mudança de paradigma que consiste precisamente na constituição de um novo dispositivo epistemológico para apreensão, análise, interpretação e julgamento do fenômeno metalingüístico, o que permite, de modo definitivo, a consideração da gramática como um complexo sistema de *instâncias de enunciação* interagentes.

Da mesma maneira que a Historiografia – diferentemente da História – não está preocupada com o *fato* propriamente dito, mas com os discursos e representações que sobre ele se fazem, a Historiografia Lingüística não se ocupa da linguagem verbal em si mesma, mas dos registros discursivos e das representações ideológicas que dela se constroem, os quais representam linhas de pensamento múltiplas, cabendo ao historiógrafo decidir, entre as muitas existentes, aquela que deve constituir o foco de atenção em determinada época.² Levada ao limite da gramaticografia, tal reflexão aponta para a existência de sintomáticas diferenças entre uma concepção da escritura gramatical sob a perspectiva da Lingüística Histórica e a da Historiografia Lingüística, já que enquanto aquela apóia-se teórica e metodologicamente na análise de *fatos* do passado do sistema lingüístico para avaliar ocorrências diacrônicas que possibilitaram e induziram as variações e mudanças lingüísticas, esta promove uma reflexão acerca do *ideário* lingüístico que fundamenta a gramaticografia e instaura um discurso metalingüístico, ultrapassando o significado imanente do texto gramatical. Por essa razão, a Historiografia Lingüística preocupa-se antes com o sistema lingüístico inserido em uma complexa conjuntura social, por meio da qual constrói-se um imaginário lingüístico permeável a épocas distintas e que surge a partir de condições contextuais igualmente variáveis: processos de recepção e de institucionalização, acessibilidade do público leitor, códigos de uso e práticas de leitura, condições de legibilidade etc.

Passa-se, assim, na consideração ampla da linguagem e no plano estrito da escritura gramatical, do âmbito *histórico* para o *metahistórico*.

² Sobre a diversidade e escolha da linha de pensamento pelo historiógrafo, consultar KOERNER, Konrad. "Models in Linguistic Historiography". *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays. Studies in the History of the Language Sciences. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, v. 50:47-59, 1989.*

Grammar and Linguistic Historiography: taking some methodological principles into considerations

■ **ABSTRACT:** *The present article analyzes the concepts of grammar, and point out some aspects of the grammatical practice, in its writing perspective. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography.*

■ **KEYWORDS:** *Grammar. Portuguese. Linguistics. Linguistic Historiography. Linguistic.*

Referências

AUROUX, S. De la 'technê' au calcul: la question de la scientificité de la grammaire. In: NIEDEREHE, H.-J. and KOERNER, K. *History and Historiography of Linguistics. Studies in the History of the Language Sciences.* John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, v. 51, 1990, p. 3-17.

_____. *A Revolução Tecnológica da Gramatização.* Campinas: Unicamp, 1992.

BUSSMANN, H. *Routledge Dictionary of Language and Linguistics.* London/New York: Routledge, 1996.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática Referente à Língua Portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1988.

CARRETER, F. L. *Diccionario de Términos Filológicos.* Madrid: Gredos, 1974.

DUBOIS, J. *et al.* *Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage.* Paris: Larousse, 1994.

GREIMAS, A. J. et COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire Raisoné de la Théorie du Langage.* Paris: Hachette, 1979.

KOERNER, K. O Problema da Metalinguagem em Historiografia da Lingüística. *Delta. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. Unicamp, Campinas, v. 12, n. 01, 1996, p. 95-124.

NEVES, M. H. de M. *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *A Gramática. História, Teoria e Análise, Ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático. O Papel do Mestre na Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PETTER, M. Linguagem, Língua, Lingüística. In: FIORIN, J. Luiz (org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-24.

SILVA, R. V. M. e. *Contradições no Ensino de Português: A Língua que se Fala X a Língua que se Ensina*. São Paulo; Bahia: Contexto/ UFB, 1997.

_____. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

STEFANINI, J. *Histoire de la Grammaire*. Paris: CNRS, 1994.

SWIGGERS, P. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (ed.). *Understanding the Historiography of Linguistics Problems and Projects*. Nodus, Münster, s.d., p. 21-34 (Symposium at Essen, 23 – 25 November 1989).

_____. *Histoire de la Pensée Linguistique. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIXe. Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

TRASK, R. L. *A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics*. London; New York: Routledge, 1993.

TRAÇOS FORMAIS E SEMÂNTICO-DISCURSIVOS NO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE 'VOSSA MERCÊ' > 'VOCÊ'

Márcia Cristina de Brito RUMEU¹

■ **RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir os traços formais e semântico-discursivos resguardados e perdidos no processo de gramaticalização de *Vossa Mercê* > *Você* no português. Parte-se da análise de Lopes (1999, 2003) que elabora, com base em Rooryck (1994), um sistema de traços para a identificação das propriedades formais e semânticas perdidas e adquiridas pelo substantivo *gente* até originar a forma pronominal *a gente* na língua portuguesa. A autora considera os traços primitivos de *gênero*, de *número* e de *pessoa*, discutindo a aparente incompatibilidade entre as propriedades formais e semânticas. Considerando tal proposta, pretende-se detectar os traços morfo-semânticos e discursivos no processo de gramaticalização de *Vossa Mercê* > *Você* na língua portuguesa. Os *corpora* utilizados nesta análise são compostos, em princípio, por cartas produzidas no Rio de Janeiro durante a 2ª metade do século XVIII e ao longo do século XIX, editadas de forma fac-similar diplomático-interpretativa por Rumeu (2004).

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticalização de *Vossa Mercê* no Português. Sistema de Traços Morfo-Semânticos e Discursivos de *Vossa Mercê* e de *Você*.

¹ Departamento de Pós-graduação em Letras Vernáculas – Faculdade de Letras-UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Email: rumeu@bol.com.br.

Traços Primitivos de *Gênero*, de *Número* e de *Pessoa*. Pronomes Pessoais do Português.

Para a análise da Gramaticalização de *Vossa Mercê* > *Você* no português: a discussão dos traços formais e semântico-discursivos.

Lopes (1999, 2003), ao adaptar a proposta de Rooryck (1994)², elabora um sistema de traços que permite detectar propriedades *formais* e *semânticas* do substantivo *gente*, conservadas e perdidas no seu processo evolutivo, até originar a forma pronominal *a gente* em português. Ao ajustar os pressupostos formalistas, levando em conta o princípio chomskyano de que o léxico deve ser minimamente especificado, a autora considera os traços primitivos de *gênero*, de *número* e de *pessoa* relevantes à formalização dos traços intrínsecos ao substantivo *gente* e ao pronome *a gente* na língua portuguesa.

Adotando a configuração de traços de Rooryck (1994), Lopes (1999, 2003) optou por representar o *gênero feminino* como [+ fem] e o *masculino* como [- fem]. Com relação ao *número formal* tem-se [+ pl] para o *plural* e [- pl] para o *singular*. A representação do traço *pessoa* dá-se a partir do atributo [eu], que pode ser marcado [+ eu], para a 1ª pessoa, [- eu] para a 2ª pessoa e [∅ eu] para a 3ª pessoa. Considerando o fato de nem sempre existir uma correspondência biunívoca entre *forma* e *sentido*, a autora optou por admitir que cada atributo seja desmembrado em *traços formais* – [fem], [pl] e [eu] – e em *traços semânticos* para os quais foram estabelecidas notações em letras maiúsculas – [FEM], [PL], [EU] – com a possibilidade de atribuição de valores distribuídos entre *valores variáveis* – (+), (-) ou (∞) – e os *valores não-variáveis* – (∅).

Aplicação do sistema de traços às formas pronominais em português

Antes de caracterizar, formal e semanticamente, as formas *Mercê*,

² O autor estabelece uma diferença entre os traços subespecificados variáveis (*traços-a*) e os traços subespecificados não-variáveis (*traços-∅*). Enquanto estes traços não apresentam um valor específico, aqueles podem ter os seus valores *capturados* ou *resgatados* pela análise sintática. Ao traço subespecificado variável – *traço-μ* – é possível atribuir um valor *positivo* – [+x] – ou *negativo* – [-x] –, ao passo que ao traço subespecificado não-variável – *traço-∅* – não é possível estipular valor específico ao atributo.

Vossa Mercê e *Você*, tentar-se-á aplicar o sistema de traços proposto por Lopes (1999, 2003) ao quadro pronominal do português.

Com relação ao traço de *gênero formal*, os pronomes de 1ª pessoa – *Eu*, *Nós*, *A gente* – e de 2ª pessoa – *Tu* e *Vós* – poderiam ser interpretados como [ø fem]. Isso quer dizer que tais formas pronominais não carregam um valor específico a ser atribuído ao *gênero formal*, ou seja, não são nem positiva – [+ fem] –, nem negativamente – [- fem] – marcados. Semanticamente, no entanto, tais pronomes acionam uma interpretação subespecificada variável – [α FEM] –, uma vez que a depender da combinação estabelecida com os adjetivos flexionados no *masculino* ou *feminino* em estruturas predicativas, ativa-se a interpretação do *gênero semântico*, como se observa nas seguintes sentenças:

Eu me sinto cansado (referente masculino);

Eu me sinto cansada (referente feminino);

Tu estás animado (referente masculino);

Tu estás animada (referente feminino);

Nós estamos exaustos (referente masculino);

Nós estamos exaustas (referente feminino);

Vós estais conservados (referente masculino);

Vós estais conservadas (referente feminino);

A gente está perplexo (referente masculino);

A gente está perplexa (referente feminino).

As únicas formas pronominais que assumiriam subespecificação variável no que se refere aos traços de *gênero formal* – [a fem] – e *gênero semântico* – [α FEM] seriam os pronomes de 3ª pessoa *ele/ela* (P6):

Ele (s) está/estão faminto(s) – (referente masculino) – [- fem, -FEM];

Ela(s) está/estão faminta(s) – (referente feminino) – [+ fem, + FEM].

No que diz respeito ao traço de *número*, os pronomes – *Eu* – e – *Tu*

– são negativamente marcados tanto formal – [- pl] – quanto semanticamente – [- PL] –, visto que representam uma única pessoa: a que fala e a pessoa com quem se fala, respectivamente. Ambas as formas pronominais apresentam-se, pois, em sua expressão no singular – *Eu me sinto feliz, Tu fizeste o trabalho*. Em contrapartida, as formas pronominais *Nós* e *Vós* seriam positivamente marcadas em relação ao traço de *número formal e semântico* – [+ pl], [+ PL] – *Nós estamos felizes, Vós permaneceis saudáveis*. Os pronomes de 3ª pessoa do discurso – *ele (s)/ela (s)* – seriam, por sua vez, subespecificadas, formal e semanticamente, – [α pl] e [α PL] –, pois admitem, diferente dos pronomes anteriores, flexão de número – “*Ele(s)/Ela(s) são inteligente(s)*”.

No tocante à noção de *pessoa*, Lopes (1999, 2003) propõe que os pronomes de 1ª pessoa do singular *Eu/Nós* seriam formal e semanticamente marcados para o atributo [eu] – [+ eu, + EU]. Os pronomes de 2ª pessoa (“não-eu”) seriam negativamente marcados – [- eu, - EU]: *Tu estás muito bem, Vós fizestes bons trabalhos*. Em conformidade com a concepção de Benveniste (1988), a forma pronominal de 3ª pessoa do discurso evidencia a referência à *não-pessoa*, já que se apresenta sempre fora do eixo dialógico falante – receptor. Dessa forma, atribuiu-se valor neutro à 3ª pessoa do discurso – [∅ eu, ∅ EU]. Na sentença *Ele/Ela sobreviveu ao naufrágio*, verifica-se a referência a um ser que está fora do eixo dialógico (*Eu versus Tu* – legítimas formas pronominais), o que leva à interpretação semântica do pronome de 3ª pessoa como a *não-pessoa* do discurso.

A forma pronominal *A gente* resguardou do substantivo que lhe deu origem – *gente* – o *traço formal de pessoa* – [∅ eu] – visto que tal forma mantém a relação de concordância com verbos em P3 – *A gente tem as melhores opções de financiamento*. Por outro lado, tal forma pronominal apresenta-se positivamente marcada no que se refere ao traço de *pessoa semântica* – [+ EU]. O fato de a forma *A gente* incluir o próprio falante legítima que a sua interpretação semântica contemple a referência à pessoa que fala – [+ EU]. Quando se afirma *A gente acredita no ensino de qualidade que tal universidade pública oferece*, pressupõe-se a noção do *eu-ampliado*, ou seja, a pessoa que fala e outras pessoas (*alia*) – *eu + você, eu + os estudantes, eu + você + os estudantes + os professores, eu + toda a sociedade*.

Os traços de gênero de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você* em português: a legitimidade de *Você*.

Consoante a concepção de Lyons (1979, p. 299)

o termo *gênero* (...) deriva de uma palavra extremamente geral que significa 'classe' ou 'tipo' (lat. *genus*): os três gêneros do grego e do latim eram as três grandes classes nominais que a gramática reconhecia. Do ponto de vista gramatical, os substantivos gregos e latinos eram classificados em três gêneros para dar conta de dois fenômenos distintos: 1) a referência pronominal; 2) a concordância do adjetivo.

Considerando que Lyons (op. cit.) aponta para a referência pronominal e para a relação de concordância dos substantivos com o adjetivo como duas informações gramaticais detectadas a partir do *gênero* dos substantivos, discute-se, a partir dos dados a seguir apresentados, o comportamento de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você* em relação ao atributo *gênero* em português.

O item lexical *Mercê* é positivamente marcado quanto ao traço de *gênero formal* – [+ fem] –, uma vez que só pode ser especificado por determinantes cujo *gênero formal* é feminino. Semanticamente, no entanto, a forma nominal *Mercê* com o sentido original de *favor*, *graça* não aciona um valor específico de *gênero*, pois não faz referência a pessoas do sexo feminino – [Ø FEM]. O vocábulo *Mercê* se constitui como um substantivo abstrato [- animado, - humano] como *beleza*, *graça*, diferenciando-se do substantivo *gente*, que por si só já evoca a noção de um '*conjunto de pessoas*'. Os exemplos (1) e (2) mostram que o mecanismo morfossintático da concordância com o feminino não aciona interpretação quanto ao *gênero semântico* do nome *mercê*.

(1) "(...) A outra cartinha he para a Cunhada do Bonifacio em Respeito a que me escreveo, e como mefallava em Vossa Senhoria e não sei outro modo de lha fazer Receber, e Vossa Senhoria sabera onde ella mora, ou ella apparecera, por isso vou a pedir-lhe a mercê de lhe fazer ir amão a Carta. (...)”

(Carta não-oficial (08). Inocência A. das Neves. RJ, 08.05.1816.)

(2) “(...) Apezar doque, eu lhefiz ver as razoens emque estava demerecer esta graça, que [[tinha]] lugar, não era contraria adisciplina cannonica ávista do consentimento epostulação do Vigário Collado e Postulação do meu bispo aSua Magestade eque havião muitos exemplos de [il]guaes mercês. (...)”

(Carta não-oficial (09). João Crysostomo de Oliveira Salgado Brandão. RJ, 06.03.1820.)

O pronome de tratamento *Vossa Mercê* conserva o traço de *gênero* [+ fem] peculiar ao item lexical que lhe originou – *Mercê* – dada a presença do determinante, o pronome possessivo *Vossa*, no feminino. Em termos semânticos, entretanto, passa a assumir uma interpretação subespecificada – [αFEM] –, uma vez que, nesse caso, é possível a ocorrência de estruturas predicativas no *masculino* ou *feminino*, resgatando o *gênero* do referente, conforme se verifica em (3), (4) e (5).

(3) “(...) Este bonito Navio afazer-se com elle mais interessante Comercio em que vossa mercê está contemplado cujas vantagens não só aos Proprietarios como a vossa mercê eu muito lhe dezejo (...)”

(Carta não-oficial (06). José Luiz Alves. RJ, 06.07.1811.)

(4) “(...) e no S. Thiago que chegou no 1o doCorrente heide remeter-lhe o resto da sua Conta nodito genero no que vossa mercê pode ficar certo (...)”

(Carta não-oficial (06). José Luiz Alves. RJ, 06.07.1811.)

(5) “(...) Dezejarei queVossamercê esteja mais convalecido, eque tenha todas aquellaz felicidades, queeu muito verdadeiramente lhedezejo. (...)”

(Carta não-oficial (05). Marquês do Lavradio. RJ, 12.12.1772.)

Divergindo de *Mercê* e de *Vossa Mercê*, a forma pronominal *Você* deixa de ter *gênero formal* intrínseco, assumindo a especificação *default* – [ø fem] – como ocorre com as formas pronominais *legítimas* – *Eu, Tu, Nós, Vós* – em português. Em relação ao *gênero semântico*, a forma pronominal *Você* conserva a interpretação subespecificada da forma de tratamento *Vossa Mercê*, visto que o predicativo que cerca *Vossa Mercê*, assim como o que circunda o pronome *Você*, é capaz de resgatar a interpretação do *gênero* do referente. É possível analisar de (6) a (7) que a concordância predicativa com o masculino licencia a interpretação do destinatário como uma pessoa do sexo masculino.

(6) “(...) dando por prova disto as suas mesmas cautelas na remessa do dito dizendo que se você não tivesse insiumado o contrario do que dezia os seus officios (...)”

(Carta não-oficial (12). J. F. da C. Miranda. RJ, 30.07.1835.)

(7) “(...) Você tem sido batido na Camera pelos Hollandezes, e na sessão de 13 deste o Padre Pinto estudou hum sermão acusatorio (...)”

(Carta não-oficial (12). J. F. da C. Miranda. RJ, 30.07.1835.)

Ao relacionar a evolução da forma de tratamento *Vossa Mercê* para o pronome *Você* com os traços atribuídos aos *pronomes pessoais* em português, constata-se que, o pronome *Você* assume comportamento semelhante à legítima forma pronominal da 2ª pessoa do discurso – *Tu* –, pois perde a especificação de *gênero* formal, mas mantém-se semanticamente subespecificada – de [+ fem, ∞ FEM] a [∅ fem, ∞ FEM] – como se verifica nas seguintes sentenças: *Tu estás enciumado/ enciumada* – *Você está enciumado/enciumada*.

Os traços de número de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você* em português: a ilegitimidade de *Você*.

Segundo a concepção de Lyons (1979, p. 297),

o número é, portanto, uma categoria do substantivo (...) que se combina, de uma maneira especial, com a categoria de pessoa para formar os ‘pronomes pessoais’, que podem ser considerados como sintaticamente equivalentes aos substantivos.” O traço de número pode ser entendido a partir da diferenciação que há entre ‘um elemento’ e ‘mais de um elemento’ (Câmara Jr., 1970 apud Lopes 1999, p. 24)

o que resultará na diferenciação existente entre *singular* e *plural* em português.

Do ponto de vista formal, o substantivo *Mercê* (*s*) apresenta-se *subespecificado* com relação ao atributo número – [∞ pl]. O pronome de tratamento *Vossa(s) Mercê(s)* assumiu esse valor *subespecificado*, que, por sua vez, foi transferido à forma pronominal *Você(s)*. Formalmente, tem-se um quadro de estabilidade com relação ao atributo *número*, uma vez que a mudança categorial de *nome* para *pronome* não acarretou transformações com relação ao atributo em questão, como já foi apontado por Menon (1996). Quando analisado

independentemente do traço de pessoa, atribui-se um valor neutro – [ø PL] – ao traço de *número semântico* do item lexical *Mercê*, em virtude de a pluralização da forma nominal não acionar um valor específico à sua interpretação. O item lexical *Mercê*, flexionado em número ou não – *Mercê* (s) – possui uma interpretação genérica – como se observa em (8) e em (9) –, não estabelecendo, pois, oposição entre *uma* ou *mais de uma graça*.

(8) “(...) Na occazião presente não posso deixar de considerar a Vossa Excelência occupado do maior jubilo, e alegria pelas *Mercez* das novas patentes, com que Sua Magestade foi servido premiar os serviços dos Officiaes, que se distinguirão nas occazioens de honra (...)”

(Carta oficial (09). J. B°. do Rio de Janeiro. RJ, 22.10.1776.)

(9) “(...) A proporção eu me encho de prazer, e consolação; e congratulandome com Vossa Excelência lhe dou mil parabens pela grande parte que lhe toca; pois que estas mesmas *Mercez* são evidentes demonstraçoens que Sua Magestade dá do merecimento de quem dirigio toda a acção (...)”

(Carta oficial (09). J. B°. do Rio de Janeiro. RJ, 22.10.1776.)

A forma nominal de tratamento *Vossa Mercê* apresenta-se com uma interpretação subespecificada em relação ao atributo *número* – [α PL] –, pois a forma de tratamento pode assumir ou não uma interpretação pluralizada, conforme a presença ou a ausência do traço de *número formal*, como é possível observar em (10), ocorrência em que se interpreta que a forma *Vossas Mercês* evoque mais de um sujeito de 2ª pessoa do discurso em consequência da presença do traço formal de pluralidade em tal forma de tratamento.

(10) “(...) eque adita entrega deveria ser por huma escriptura em que eu o izentasse de todas as circunstancias comerciaes ejuros que *vossas mercês* lhe quizessem acumular (...)”

(Carta não-oficial (06). José Luiz Alves. RJ, 06.07.1811.)

A forma *Você* conserva a subespecificação – [α PL] – atribuída ao *número* da forma de tratamento que a motivou, o que pode ser observado nas ocorrências de (11) a (13). O pronome *Você*, assim como a forma nominal de tratamento *Vossa mercê*, mostraram-se *isomórficos* com relação ao atributo *número* nas suas especificidades *formal* e *semântica*, uma vez que a existência ou não do morfe flexional *-s* será o fator a determinar a sua interpretação pluralizada ou

singularizada. Pode-se considerar que essa *isomorfia* entre *Vossa Mercê* e *Você*, no que se refere ao atributo *número*, deve ter sido motivada pelo fato de *Vossa Mercê* ter surgido em substituição à forma pronominal de 2ª pessoa do plural – *Vós*.

(11) “(...) Meo quirido Filho, meo Senhor domeo Coração, são passados ja muitos mezez, em que estamos na sensoria de não termos navio de Lixboa faltandome por esta cauza o gosto denovaz de Voce, edemas dar taobem do bom suceso de Francisca ahum Pay que os ama a Vocez tão cheyo deternura, considere Você quam Tormentuozza meterá sido essa demora: (...)”
(Carta não-oficial (09). Marquês do Lavradio. RJ, 11.06.1773.)

(12) “(...) Novaz do Pays, que eu possa dar não há por hora nenhuma, e quando Vossez as não achão em Lisboa não podera fazer admiração, que haja muito menoz na América: a donde Você terá Sempre aminha Vontade com o mayor gosto para em tudo lhe servir. (...)”
(Carta não-oficial (09). Marquês do Lavradio. RJ, 11.06.1773.)

(13) *‘Delle poderão Vocês alcançar todas as miudaz novaz que quizerem minhas, que excepto no que disserem em abono meo, em tudo o mais as poderão Vocês ter cheyaz da mayor verdade. (...)’*
(Carta não-oficial (12). Marquês do Lavradio. RJ, 02.03.1774.)

Ao comparar a matriz de traços da forma pronominal *Você* – [∞ pl, ∞ PL] – com a matriz de traços dos *pronomes pessoais*, percebe-se que o pronome *Você* apresenta, em relação ao atributo *número* nas suas bifurcações *formal* e *semântica*, os mesmos traços que o pronome de 3ª pessoa – *ele(s)*, *ela(s)*. Aparentemente, ao se pronominalizar, o item lexical perdeu algumas características nominais – a interpretação genérica atribuída ao substantivo *Mercê* no plural [ø PL] – e assumiu a subespecificação de número plural – [∞ PL] – atribuída à forma de tratamento *Vossa Mercê* e ao pronome *Você*.

Os traços de pessoa de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você* em português: a dupla face do pronome *Você*.

O enunciado lingüístico é construído a partir da relação dialógica travada entre interlocutores no discurso, figurando, necessariamente, no eixo

dialógico, o *eu* e o *tu*, 1ª e 2ª pessoas do discurso. Há, ainda, a possibilidade de fazer referência à *pessoa* ou *coisa* que, por sua vez, não evocam nem o falante, nem o ouvinte. Trata-se da referência a alguém ou algo que está fora do contexto comunicativo – 3ª pessoa – a *não-pessoa* do discurso, segundo Benveniste (1988, p. 250)

‘Eu’ designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo ‘eu’, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por ‘eu’ e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, ‘eu’ enuncia algo como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’.”

‘Eu’ designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo ‘eu’, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, ‘tu’ é necessariamente designado por ‘eu’ e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, ‘eu’ enuncia algo como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’.”

Discute-se, pois, o comportamento de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você* em relação ao atributo *pessoa* a partir da configuração dos traços adotada por Lopes (1999). A autora contrapõe o *eu* (falante) – [+eu] – ao *não-eu* (ouvinte) – [- eu]. A chamada terceira pessoa, por ser a *não-pessoa* por excelência e estar fora da relação dialógica falante-ouvinte, seria não-marcada [ø eu] como os nomes em geral.

O item lexical *Mercê* não apresenta um valor específico que possa determiná-lo *formal* e *semanticamente* quanto à noção de *pessoa* – [ø eu, ø EU] –, o que permite considerá-lo *neutro* em oposição às duas outras pessoas – [+ eu] *eu/nós* e [- eu] *tu/vós* – como se verifica em (14).

(14) “(...) A outra cartinha he para a Cinhada do Bonifacio em Respeito a que me escreveo, e como mefallava em Vossa Senhoria e não sei outro modo de lha Receber, e Vossa Senhoria sabera onde ella mora, ou ella apparecera, por isso vou a pedir-lhe a mercê de lhe fazer ir amão a Carta. (...)”

(Carta não-oficial (08). Inocência A. das Neves. RJ, 08.05.1816.)

Ao ser utilizado no composto sintagmático *Vossa Mercê* como expressão de tratamento, observa-se que esta conserva, com relação à noção de *pessoa formal e semântica*, a ausência de valor específico para esse atributo – [ø eu, ø EU] –, como pode ser evidenciado em (15) e (16).

(15) “(...) Domesmo Continente medará Vossa mercê Conta daquillo que for enCarregado, doqueSetiver posto empratica a este Respeito, edetudo que tiver aContecido naz partez emque Vossa mercê seachar: esta Conta bastará, queseja por hum Diario muito simplez a fim denão estar embaraçando aVossa mercê Comescriptaz, que lhetomem otempo, esejão inuteiz(...)”

(Carta oficial (07). Marquês do Lavradio. RJ, 15.02.1774.)

(16) “(...) Entendo que convém que Vossa mercê se entenda com o Senhor Ministro do Império para que não se consinta na importação d’esses colonos assim enfermos, pois já temos no pais lazarus de sobra, e precisamos de colonos sadios e não de morpheticos; (...)”

(Carta oficial (14). Marquês do Paraná. RJ, 17.06.1855.)

Entende-se que não há *traço formal* que permita identificar a pessoa do discurso em questão, ao evocar-se o sujeito de 2ª pessoa do discurso a partir da forma nominal de tratamento *Vossa Mercê*, uma vez que o verbo se mantém na 3ª pessoa. No que diz respeito à sua contraparte gramaticalizada, observa-se que *Você* conserva, formalmente, o atributo pessoa – [ø eu] –, advindo da forma de tratamento, como se verifica em (17) e (18).

(17) “(...) As novidades que aqui há euasdou na Carta daminha Maria, epormenão fazer importuno aVocê por hiço lhenão repito. Você desculpe opouco extenço que sou, porem otrabalho, comque meacho, eograndissimo defluxo, comque fico menão permite demorar mecomodezejava. Você aseite arielamizade, comque sempre metem prompto para emtudo lhedar gozto. Eu lhedeito aminha benção, ea Deus peço oGuarde muitos anos como muito dezejo eheymister(...)”

(Carta não-oficial. Marquês do Lavradio (14). RJ, 06.05.1774)

(18) “(...) Estimo muito que você e tudo quanto lhe pertence goze saude e todas as venturas que para mim apeteço. Na carta, que

ultimamente lhe escrevi participei o arbitrio que tomei de exceder as suas ordens na encomenda da bomba, que você me havia encomendado para colocar nhum Poço Publico, que mandara construir, e de presente asseguro-lhe que esta obra está quasi concluida a medida do meo dezejo (...)"

(Carta não-oficial (14). J. C. da Miranda. RJ, 28.03.1837.)

Com relação à noção de *pessoa semântica*, observa-se que a forma *Você* mantém a sua especificação [- EU], peculiar também à forma nominal de tratamento que a originou (*Vossa Mercê*), o que evidencia que a forma resultante do processo de gramaticalização (*Você*) resguarda o caráter de estratégia de referência à 2ª pessoa do discurso.

Em suma, ter-se-iam os seguintes quadros:

TRAÇOS	Relação Forma/Conteúdo	FORMAS PRONOMINAIS PESSOAIS					
		EU	TU	ELE/ELA ELES/ ELAS	NÓS	A GENTE	VÓS
GÊNERO	FORMAL	[Ø fem]	[Ø fem]	[α fem]	[Ø fem]	[Ø fem]	[Ø fem]
	SEMÂNTICO	[α FEM]	[α FEM]	[α FEM]	[α FEM]	[α FEM]	[α FEM]
NÚMERO	FORMAL	[- pl]	[- pl]	[α pl]	[+ pl]	[- pl]	[+ pl]
	SEMÂNTICO	[- PL]	[- PL]	[α PL]	[+ PL]	[+ PL] ³	[+ PL]
PESSOA	FORMAL	[+ eu]	[- eu]	[Ø eu]	[+ eu]	[Ø eu]	[- eu]
	SEMÂNTICO	[+EU]	[- EU]	[Ø EU]	[+EU]	[+ EU]	[- EU]

Quadro 1: *Matriz morfo-semântica dos pronomes pessoais do português* com base em Lopes (1999, 2003).

³ A forma *a gente* pode ser positivamente marcada em relação ao traço de *número semântico*, uma vez que evoca a noção de *eu + alguém* (plural). Lopes (1999) considerou como [Ø PL] levando em conta o caráter indeterminado de *a gente*.

TRAÇOS	RELAÇÃO FORMA/CONTEÚDO	FORMA NOMINAL	FORMA NOMINAL DE TRATAMENTO	FORMA PRONOMINAL
		MERCÊ	VOSSA MERCÊ	VOCÊ/VOCÊS
GÊNERO	FORMAL	[+ fem]	[+ fem]	[Ø fem]
	SEMÂNTICO	[Ø FEM]	[α FEM]	[α FEM]
NÚMERO	FORMAL	[α pl]	[α pl]	[α pl]
	SEMÂNTICO	[Ø PL]	[α PL]	[α PL]
PESSOA	FORMAL	[Ø eu]	[Ø eu]	[Ø eu]
	SEMÂNTICO	[Ø EU]	[- EU]	[- EU]

Quadro 2: Proposta de aplicação do sistema de traços na confecção de matriz morfo-semântica de *Mercê*, de *Vossa Mercê* e de *Você*.

Na passagem de *Mercê* para *Vossa Mercê* e para *Você*, observa-se, a partir do sistema de traços intrínsecos ao *item lexical* e ao *pronome*, algumas perdas e ganhos consideráveis. A análise dos quadros 1 e 2 permite evidenciar que houve a perda da valorização *positiva* atribuída ao traço de *gênero formal* do substantivo *Mercê* e da forma nominal *Vossa Mercê*. A adoção de subespecificação não-variável à forma pronominal *Você* – [Ø fem] –, a ausência de *gênero formal* ou o seu valor neutro é também observado nos pronomes pessoais *legítimos* – *Eu, Tu, Nós e Vós* –, o que já assinala, formalmente, a pronominalização de *Você* em português. Em termos semânticos, a interpretação neutra do gênero – [Ø FEM] – em *Mercê* transformou-se em subespecificada variável – [α FEM] – na forma de tratamento *Vossa Mercê*. Ao se pronominalizar, *Você* herdou de *Vossa Mercê* essa subespecificação atribuída ao *gênero semântico* – [α FEM], o que evidencia um indício do processo de pronominalização, visto que os legítimos pronomes pessoais – *eu, tu, nós e vós* – assumem uma interpretação subespecificada com relação ao atributo *gênero semântico*. Interessante comentar que *Vossa Mercê* mantém o *traço formal* de *mercê* – [+ fem] –, mas adquire um *traço semântico* inexistente em *mercê* – [α FEM].

Considerando ainda a análise dos quadros 1 e 2, verifica-se que houve manutenção da subespecificação *formal* de *número* – [α pl]. Semanticamente, o item lexical *Mercê* perdeu o valor *neutro* atribuído

à noção de número semântico, passando a ser subespecificado – [αPL]: *Vossa Mercê* – referência ao ouvinte – e *Vossas Mercês* – referência a mais de um ouvinte. Tal subespecificação variável de *Vossa Mercê* é conservada pelo pronome *Você* em português – [α PL]. Comparando a matriz de traços dos pronomes pessoais e a de *Você*, percebe-se que a forma apresenta as mesmas propriedades de *número* identificadas nos pronomes de 3ª pessoa. Em outras palavras, o pronome *Você* se identifica, *formal* e *semanticamente*, no que toca ao traço *número*, com a *não-pessoa* do discurso, segundo Benveniste (1988), – as formas pronominais de 3ª pessoa – *ele(s)*, *ela(s)*.

Também em relação aos traços de *pessoa* do produto final da *gramaticalização* – *Você* [ø eu] –, são identificadas semelhanças formais com o pronome de 3ª pessoa do discurso. Lopes (1993, p. 19), ao analisar o uso de *nós* e de *a gente* no *português falado culto* a partir de *corpus* do Projeto NURC, já anuncia que a impessoalidade da 3ª pessoa pode estar influenciando as demais – a 2ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural. Essa hipótese da autora é confirmada com a aplicação do sistema de traços ao quadro pronominal do português, visto que se constatou a identidade formal existente entre a forma pronominal *Você* e a 3ª pessoa do discurso – *ele(s)*, *ela(s)* – em relação ao traço *pessoa* – [ø eu] – e de *número*. Em termos semânticos, a forma *Você* faz referência, com relação ao atributo *pessoa*, à 2ª pessoa do discurso – *tu*, *vós* – [-EU]. Trata-se de um *pronome* um tanto quanto “camaleônico” no que diz respeito ao atributo *pessoa*, o que pode senão justificar, estar refletido no fato de o pronome *Você* fazer referência à 2ª pessoa do discurso (ganho de uma propriedade pronominal), embora estabeleça concordância com a 3ª pessoa gramatical (manutenção de um traço original).

Considerações Finais

Em síntese, quais *traços morfo-semânticos* devem ser levados em conta para distinguir a forma nominal de tratamento *Vossa Mercê* da forma pronominal pessoal *Você*? Constata-se que *Vossa Mercê* e *Você* se distinguem concretamente em relação às noções de *gênero formal* e de *pessoa semântica*. Enquanto a forma nominal de tratamento *Vossa Mercê* é marcada positivamente em relação ao seu *gênero formal* [+ fem], a forma pronominal pessoal *Você* assume representação neutra – [ø fem]. É interessante constatar que a interpretação neutra assumida pela forma pronominal *Você* no que se refere ao seu *gênero formal* a aproxima das

legítimas formas pronominais de 1ª pessoa – *Eu, Nós, A gente* – e de 2ª pessoa – *Tu e Vós*.

No que diz respeito ao traço de *pessoa semântica*, observa-se que a forma nominal de tratamento *Vossa Mercê* admite a especificação [-EU], o que a assemelha a forma pronominal *Você* que, por sua vez, faz referência ao ouvinte – [-EU] –, assim como evocam as legítimas formas pronominais de referência à 2ª pessoa do discurso – *Tu e Vós*.

Morpho-semantic and discursive features in the process of grammaticalization of *Vossa Mercê* > *Você*.

■ **ABSTRACT:** *The objective of this article is to discuss morpho-semantic and discursive features maintained or lost in the process of grammaticalization of 'Vossa Mercê > Você (You)' in Portuguese. The starting-point of this work is the study of Lopes (1999, 2003) that created, based in Rooryck (1994), a system of features so as to identify some properties of the "origin class" (the noun 'gente' = people) that were kept and some features of the "destination-class" that were acquired by the grammaticalization form a 'gente'. Lopes considers the primitive features of gender, 'number' and 'person', admitting the seeming incompatibility between the morpho-semantic features. The 'corpora' of this work were organized by Rumeu (2004), which composed a diplomatic-interpretative fac-simile edition of hand-written letters from the eighteenth and nineteenth centuries, in Rio de Janeiro.*

■ **KEYWORDS:** *Grammaticalization Of 'Vossa Mercê' > 'Você' In The Portuguese. System of the Morpho-Semantic and Discursive Features of Vossa Mercê and Você. Primitive Features of Gender, Number and Person; Personal Pronouns of the Portuguese.*

Referências

BENVENISTE. E. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo; Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1988.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 31. ed., Petrópolis: Vozes, 1970.

LOPES, C. R. dos S. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português**. 1. ed. Frankfurt; Madri: Vervuert; Iberoamericana, v 18, 2003.

_____. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: seu percurso histórico**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional; Edusp, 1979.

MENON, O. P. da S. **Sistema Pronominal do Português do Brasil**. *Revista Letras*. Curitiba, n. 44, 1995, p. 91-106.

ROORYCK, J. **On two types of underspecification: Towards a feature theory shared by syntax and phonology**. *Probus*, 6, Berlin/New York, 1994, p. 207-233.

RUMEU, M. C. de B. (2004). **Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominiais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Obras Consultadas

CHOMSKY, N. **Minimalist Program for Linguistic Theory**. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1993.

KERSTENS, J. **The syntax of number, person and gender: a theory of phi-features**. HOEKSTRA, T.; HULST, H. van der (eds.) *Linguistic Models*. Berlin; New York, n. 18, 1993, p. 43-70.

TODOS JUNTOS: UM ESTUDO DO PAPEL DA FLUTUAÇÃO DE TODOS NAS RELAÇÕES INFORMACIONAIS DA SENTENÇA

Ana Paula Quadros GOMES¹

■ **RESUMO:** Este artigo analisa a flutuação de *todos* como marcação de foco informacional, contrastando a cumulatividade de *todos* com a de *juntos*, para delimitar o domínio sintático de *todos* como aquilo que será distribuído sobre o DP a que *todos* se liga. O domínio de *todos* varia conforme sua posição na sintaxe aberta, modificando a estrutura informacional da sentença.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Quantificação. Todos. Distributividade. Foco. Cumulatividade. Sintaxe. Semântica

Introdução

O item *todo(s)* em PB pode formar um constituinte com um sintagma nominal plural de determinante, como em *Todas as minhas amigas vieram*, e flutuar: *As minhas amigas vieram todas*. (Nesta configuração, a pronúncia de *todas* é carregada). Puskas (2002) propôs que quantificadores como o *tout* (francês), que se associam a DPs plurais, marcam foco informacional — e não tópico — na sentença. Propomos que a flutuação de *todos* também marca foco informacional. Segundo Negrão (2000), o PB é uma língua voltada para o discurso, isto é, o PB

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - USP - 05508-900 - São Paulo, Brasil. E-mail: anapaulaqq@globocom

marca na sintaxe aberta a função informacional dos constituintes da sentença, tais como tópico do discurso ou foco. Propomos, a partir do exame de dados de predicação (primária ou secundária), que a flutuação altera a estrutura informacional da sentença em PB. Utilizamos *juntos* como diagnóstico de modificação nominal ou sobre eventos, seguindo a linha da análise proposta por Moltmann (2002) para *together*.

Flutuação e domínios de quantificação

Há duas análises seminais para os *floating quantifiers*: numa, o quantificador flutuante é adnominal e permanece na posição em que foi gerado, enquanto o sintagma nominal é movido (SPORTICHE, 1988); na outra, o quantificador é um advérbio orientado para o sujeito (JACKENDOFF, 1972; BOBALJIK, 1995). Os dados do PB não se encaixam exatamente em nenhuma das duas propostas, pois o flutuante *todo(s)* alterna um comportamento de modificador nominal com um comportamento de marcador da duração de eventos ou de intensificador. Essa condição mista encontra respaldo na teoria de Doetjes (1997). Doetjes propôs que um certo quantificador, o *Degree Quantifier* (DegQ), em vez de selecionar o seu domínio de quantificação por um critério categorial, opera por theta-seleção, selecionando uma posição estrutural escalar (a qual é a codificação sintática de uma propriedade quantificacional, a cumulatividade). Essas posições estruturais escalares são encontradas nas projeções de várias categorias, o que permite a um DegQ modificar um VP, um NP ou um AP. Doetjes dá exemplos de DegQs no francês (*beaucoup*), no inglês (*more*) e no português (*muito*). Incluímos *todo(s)* na lista de DegQs e defendemos que, mesmo estando sempre ligado a um DP, *todo(s)* também pode modificar adjetivos e advérbios. A flutuação de *todos* reflete essa flexibilidade: conforme o contexto sintático, *todo(s)* modifica categorias diferentes.

Por que examinar *todos juntos*

Segundo Moltmann (2002), *together* tanto pode ser um modificador operando sobre a categoria N (*John and Mary sat together*) como um modificador de VP (*John and Mary together weigh 200 pounds*). Tradicionalmente, *together* modificador nominal foi visto como um marcador de antidistributividade; e *together* modificador de VP foi visto

como um especificador de leitura coletiva para o predicado, ou de ação cooperativa, ou de proximidade espacial ou temporal. A autora, porém, defende uma análise unificada de *together*, pois...“*even though together (...) could potentially modify either the VP or the NP, there is evidence that together in that [VP internal] position always relates to the subject, rather than the VP*”. Moltmann (2004) argumenta que a contribuição de *together* em posição adnominal não é a de prevenir a leitura distributiva do predicado, e sim a de introduzir uma medição numérica cumulativa. Ou seja, *together* é um quantificador que reforça a leitura (cumulativa) de medição do predicado.

A interpretação cumulativa num contexto de medição é a disparada por sentenças que apresentam uma transformação, que narram a mudança de estado de uma entidade. A configuração de QAD, ou quantificação à distância (vide ex. 1.1), que, na análise de Doetjes (1997), é um ambiente propício a DegQs, e sentenças com argumento afetado, com o *incremental theme*, de Dowty (1991) e Krifka (1992) (vide ex. 2.1), constituem contextos que tipicamente disparam leituras de medição. Por exemplo:

(1.1a) — Como o prédio ficou sem água?

(1.1b) — A água saiu toda pelo ladrão da caixa.

Em (1.1.b), o resultado da fuga da água é a caixa vazia. A fuga levou a caixa do estado de cheia ao de vazia. À distância (em VP), *toda* quantifica o DP *a água*. *Toda* marca tanto o volume da água em seu estado final quanto a conclusão do processo de esgotamento da caixa (*vazio* é um grau absoluto). Sem *toda*, não se infere da sentença variante, a (1.2.b), que a água se esgotou, nem que a caixa ficou completamente vazia:

(1.2a) — Como o chão ficou molhado?

(1.2b) — A água saiu pelo ladrão da caixa.

Em (1.2.b), a quantidade de água perdida é indefinida; pode ter restado alguma (ou muita) água na caixa; e o vazamento pode continuar, mesmo após a constatação de o chão estar molhado. Em (1.1.b), considera-se que o quantificador *toda*, relacionando-se com o DP *a água*,

apesar de separado desse DP pelo verbo, mede a quantidade de água, (*toda* é a quantidade máxima) e, ao medir a água, mede também a duração do evento de vazão (quando toda a água acabou, completou-se o evento de saída de água pelo ladrão). Outro contexto de medição é o de *argumento afetado*:

(2a) O navio afundou.

(2b) As cargas, juntas, afundaram o navio.

Para Krifka (1992), há um mapeamento, uma mútua dependência entre a progressão do evento de submersão e a aumento da porção do navio engolida pela água, explicada pelo fato de se tratar de uma eventualidade que expressa exatamente a mudança de estado de uma entidade, a qual chamamos de *argumento afetado*. O estado final do navio desaparecido sob as águas é o resultado da soma dos pesos das cargas. A contribuição de *juntos* é marcar que cada uma das cargas, sozinha, poderia não bastar para provocar o naufrágio; *juntos* nos obriga a interpretar o resultado como fruto da soma das contribuições das entidades reunidas no DP sujeito.

Um argumento afetado mede a extensão do evento, ou o delimita quantitativamente. Em (1.1.b), o argumento afetado é o DP *toda a água*, em função de sujeito; em (2.b), é o DP *o navio*, em posição de complemento. Sentenças em que há um argumento afetado são contextos de medição, pois a extensão do evento é correlata à da entidade denotada pelo argumento.

Moltmann vê *together* adnominal como um marcador de leituras de medição, pois, ao modificar o sujeito plural, o causador ou agente da transformação, marca que a junção dos indivíduos transformou o argumento afetado. Em (2.b), vemos que a análise de Moltmann se aplica a *juntos*. Vejamos se *juntos* em contextos de medição é regular:

(3a) João e Maria compraram um veleiro juntos.

Interpretamos que houve a compra de um só veleiro, em sociedade.

(3b) João e Maria trabalham juntos.

Eles trabalham na mesma empresa, ou em companhia um do outro.

(3c) João e Maria comeram uma pizza juntos.

A sentença é ambígua. Ou cada um comeu parte da pizza (e só juntando os consumos individuais teremos uma pizza), ou eles foram à pizzaria no mesmo dia e na mesma hora e jantaram em companhia um do outro.

(3d) João e Maria gastaram, juntos, R\$1.000,00 (na balada de ontem).

A soma dos gastos individuais totaliza R\$1.000,00. Cada um pode ter gastado a sua parcela longe do outro, em ocasiões diferentes.

(3e) Juntos, João e Maria gastaram R\$1.000,00 (na balada de ontem).

É como (3d).

As sentenças (3a), (3d) e (3e) são contextos de medição, conforme nossa definição: há uma entidade que surge (o veleiro) ou desaparece (uma quantia em dinheiro) no decorrer de um processo de transformação. A sentença (3b) não é de medição, pois não há um produto, uma entidade em um estado final diferente do inicial. A sentença (3c) é ambígua: se *uma pizza* tiver escopo largo e for presa pelo operador existencial(\$), então há uma transformação (existia a pizza que desapareceu no jantar); se, por outro lado, *uma pizza* tiver escopo estreito, não existiu uma entidade em diferentes estados, e a sentença perde a leitura de medição. Nesse caso, *uma pizza* não é um indivíduo quantificado, mas um tipo ou sabor.

Os exemplos mostram uma regularidade: nos contextos de medição, *juntos* modifica um N; nos demais, modifica o evento. Em contextos de medição, ao marcar o DP plural sujeito, o agente da mudança, *juntos* totaliza as contribuições individuais, de modo a que a soma obtida redunde num resultado. Se o contexto não é *resultativo*, se a eventualidade não marca uma mudança de estado, então *juntos*, embora concorde em número e gênero com o DP sujeito, marca as circunstâncias do evento, ao indicar que os indivíduos do grupo sujeito fizeram, cada um, o que o predicado descreve, na mesma hora, no mesmo local, ou em

presença um do outro.

Todos, juntos e todos juntos em contextos de medição

Postulamos que, em contextos de medição, a capacidade de modificar o evento, embora mantendo ligações com o sujeito, é comum a *junt(o)s* (cf 2.b) e a *todo(s)* (cf. 1.1.b). Mas *junt(o)s* se liga exclusivamente ao DP com o papel-è de agente ou causador da transformação, e *todo(s)* pode estar ligado tanto ao DP com papel-è de agente como ao DP com papel-è de tema. Exemplificando:

(4a) Os garotos comeram aquelas três pizzas.

Na sentença (4a), durante o evento, *comer*, a entidade *aquelas três pizzas* mudou de estado: de inteira que estava, passou a inexistente. *A pizza* é o *argumento afetado* (DP, tema) e *os garotos* são a causa da transformação (DP, agente). O fim da comilança coincide com a extinção das pizzas: há medição do evento.

(4b) Os garotos comeram todas aquelas três pizzas.

Comparando (4a) e (4b), vemos que a inserção de *todas* no DP com o papel de objeto afetado acentua a leitura de medição; ao marcar a integralidade inicial das pizzas, *todas* associa também seu desaparecimento com a completude do evento de *comer*. A sentença pode expressar surpresa pelo grande apetite dos garotos.

(4c) Os garotos, juntos, comeram aquelas três pizzas./ Juntos, os garotos comeram aquelas três pizzas.

Cada um comeu menos que três pizzas. *Juntos* enfatiza que o desaparecimento das três pizzas é o resultado cumulativo das contribuições dos garotos.

(4d) Todos os garotos comeram aquelas três pizzas.

Com *todo(s)* modificando o sujeito (o agente da transformação), o efeito é o contrário ao causado por *junt(o)s* em (4c): a leitura de medição

enfraquece. Em vez de enfatizar o sumiço das pizzas ou a responsabilidade por esse resultado, esta sentença foca o fato de cada membro do grupo de meninos ter comido pizza. A integralização do grupo (sujeito) se sobrepõe à integralização do objeto afetado (as três pizzas), ou à do evento (a extinção das três pizzas). A sentença (4d) é uma resposta ruim à pergunta *o que aconteceu com as três pizzas?*, não é muito boa para a pergunta *quem comeu as três pizzas?*, mas é excelente resposta para a pergunta *o que os garotos fizeram?*. Logo, o acréscimo de *todos* ao sujeito torna a sentença uma afirmação sobre a entidade *os garotos*, e não sobre o evento de comer ou sobre as pizzas consumidas. A sentença (4c) pende para um juízo categórico (uma predicação a respeito de *os garotos*); contrariamente, a versão sem presença de *todos* (4a) no sujeito tende a um juízo tético (à narração de um acontecimento). Com *todo* no sujeito sentencial, é criada uma estrutura de predicação primária dividida em dois grandes constituintes: o tema (*todos os garotos*), ou tópico, e o rema ou comentário (*comeram aquelas três pizzas*), aquilo que é dito a respeito do tema. Sentenças com leitura de medição (vide 4a ou 4c) salientam o resultado, privilegiando o argumento afetado (*aquelas três pizzas*); em (4d), essa saliência informacional é neutralizada pela presença de *todos* no sujeito. *Todo(s)* sempre marca proeminência informacional, e, em contextos de medição, no DP sujeito com papel-è de agente, *todo(s)* marca tópico.

(4e) Todos os garotos comeram aquelas três pizzas juntos.

Com *todos* e *juntos* nessas posições, a sentença é ambígua quanto à sua estrutura informacional. Na leitura de *em companhia um do outro*, *juntos* modifica o evento, marcando a forma como o sujeito participou dele: a atividade de *comer* foi um encontro social. Quando *todos* opera sobre o N tópico da predicação e agente, o que aconteceu às pizzas perde relevância. A sentença, com *todos* modificando o N (sujeito) e *juntos* modificando o evento, diz que cada membro do grupo no DP *os garotos* se reuniu aos demais para comer as pizzas. A sentença é verdadeira tanto se houver um encontro único quanto se houver mais encontros, e, em cada um, der-se cabo de três pizzas (isto é, admite-se um consumo geral superior a três pizzas, desde que cada garoto tenha contribuído e que estado em companhia dos outros). Se *juntos* tem escopo largo, ele sai do VP e também modifica o N sujeito. Nessa leitura, em que tanto

juntos quanto *todos* são modificadores nominais, entendemos que o resultado da reunião de tantas bocas foi o consumo de três pizzas; *juntos* marca a leitura de medição e *aquelas três pizzas* é o auge do consumo de todos os garotos reunidos.

(4f) Todos os garotos, juntos, comeram aquelas três pizzas. / Juntos, todos os garotos comeram aquelas três pizzas.

Junt(o)s modifica o N (o DP sujeito): há uma só configuração informacional. *juntos* adnominal ao N sujeito marca leitura de medição, privilegiando o resultado da mudança de estado do DP tema. A leitura saliente é a de que, como um grupo, coletivamente, os garotos deram cabo de três pizzas inteiras. As sentenças em (4f) seriam excelente resposta para a pergunta *cadê as três pizzas?, o que houve com as pizzas?* ou *o que aconteceu?*, mas não uma resposta tão adequada para a pergunta *o que você me diz dos garotos?* Malgrado *todo(s)* modificar o DP sujeito, *juntos* neutraliza a topicalização, e o sabor de leitura categórica desaparece. Com o DP sujeito modificado por *todos* e por *juntos*, nem o sujeito agentivo nem o DP com papel de tema são marcados como a informação mais saliente na sentença. Há um escopo intersectivo, que recai sobre o processo da transformação: entendemos que o resultado do evento é alcançado com a soma das atuações individuais, contribuição de *juntos*, e que houve um único evento coletivo (apenas um encontro social), no qual os indivíduos do grupo sujeito tiveram participação individual; a distributividade é a contribuição de *todos*. A configuração de um evento coletivo único, de resultado definido, e com a participação individual de cada membro do sujeito é obtida pelo escopo intermediário entre *todos* e *juntos*; para a verdade da sentença (4f) não era necessário fixar a cardinalidade do evento em um encontro único, pois o escopo de *juntos* poderia ser largo ou estreito.

(4g) Os garotos todos comeram aquelas três pizzas. (entonação forte de *todos*)

Todo(s) reforça a distributividade, salientando a participação dos membros do grupo no evento; a sentença não predica simplesmente dos garotos (não responde apropriadamente à pergunta *E os garotos? O que você me diz deles?*), mas reforça o modo da participação no evento: sem exceção. Ela parece ser a resposta a perguntas sobre o quanto os meninos

já estão alimentados (*Será que os meninos querem jantar?*, no sentido de definir se é o caso de lhes servir outra refeição ou de considerá-los saciados: se eles eram 15 e dividiram as 3 pizzas, talvez ainda estejam com fome); ou, ainda, (4g) serve de resposta a uma pergunta sobre a integralidade com que o grupo foi alimentado: *Será que algum menino ainda não jantou?*; ou sobre a isenção de culpa de um ou outro indivíduo (se as pizzas estavam reservadas para outras bocas, e foram *furtadas* e comidas pelos meninos, alguém interessado em ser justo, para saber a quem dirigir ou não o sermão, pode perguntar *Quais dos garotos fizeram isso?* e obter como resposta a sentença (4g), ou a resposta mínima *Os garotos todos*). *Todos*, à direita do sujeito agente, dá ênfase à integralidade relativa do grupo no DP quanto à participação no evento.

(4h) Os garotos comeram todos aquelas três pizzas. (entoação forte de *todos*)

Sem uma pronúncia mais forte em *todos*, a sentença não seria boa. Ao contrário de (4g), (4h) não é uma resposta perfeita à pergunta *Será que algum menino ainda quer jantar?* nem à pergunta *Os meninos já comeram?*. Há uma ligação entre o evento e o DP *os garotos* que *todos* reforça em (4h), mas com ênfase no evento. A sentença (4h) seria uma excelente resposta a *O que houve?* ou *O que os garotos fizeram [para terem ficado de castigo]?*, e não seria, como (4g), uma resposta à checagem da integralidade do grupo (Não se pode responder *Quais dos garotos fizeram isso?* com *Os garotos comeram todos*). Aliás, a sentença (4h) parece não permitir nenhum apagamento que propicie uma resposta mais curta (#Os garotos.#Os garotos comeram./ *Os garotos comeram todos.) A supressão de *todos* modifica a proeminência da informação e, com *todos* dentro de VP, não é possível o apagamento do DP complemento, sob pena de a sentença ficar agramatical. O foco parece marcar o VP inteiro. A flutuação reforça a responsabilidade dos indivíduos membros do grupo sujeito no resultado do evento: a sentença informa que: (i) três pizzas foram consumidas; (ii) o grupo de meninos, como um todo, foi o causador desse resultado. A interpretação de (4h) é semelhante à de (4c): entendemos o resultado como obtido pela soma das (participa)ções individuais de cada garoto no evento. *Todos* pós-verbal e pré-complemento faz ver o resultado como uma somatória de parcelas, ou seja, salienta a leitura do evento (de *comer as três pizzas*) como uma seqüência de subeventos (João comeu parte do conjunto de pizzas, Pedro comeu outra parte etc., até as três pizzas desaparecerem). *Todos*, nessa posição, tal como *juntos* modificador nominal, marca leitura

de medição: leva a ler o evento como um *degree achievement*, um processo com etapas que, integralizadas, atingem um resultado específico. Nessa posição, *todos* quantifica sobre a forma da obtenção do resultado, ou seja, sobre o modo de transformação do DP complemento, totalizando as etapas do evento que resultarão no estado final desse DP, quando o evento for concluído. A informação privilegiada diz respeito a como o resultado foi obtido.

(4i) *Os garotos comeram aquelas três pizzas todos.

Com *todo(s)* vindo depois do complemento verbal, a sentença é péssima, não importa quão forte seja a sua pronúncia. Parece haver um efeito de minimalidade: *Tbdos* parece não poder modificar o sujeito de dentro do predicado. Se existe uma categoria vazia, na posição de onde o DP sujeito sentencial se moveu (numa análise à moda de Sportiche), o traço não pode ser apropriadamente regido nessa posição, por não ser theta-regido e haver barreiras ao governo. Este dado favorece a análise de *todo(s)* flutuante como adnominal. Para a análise de *todo(s)* flutuante como um advérbio (à moda de Bobaljik), outra história precisa ser contada para dar conta da impossibilidade de *todo(s)* aparecer nessa posição sintática.

(4j) Os garotos comeram aquelas três pizzas todos juntos.

Se adotarmos a análise pela qual *todo(s)* flutuante é um advérbio, este dado não oferece problemas — mas então ficamos com o ônus de explicar o que impede a configuração em (4i). Optando pela análise de Sportiche, é preciso dar conta de como o problema da regência apropriada desapareceu. Nem há necessidade de pronúncia diferenciada para *todos*: se, ao lado de *todos*, tivermos *juntos*, ambos dentro do predicado, a sentença é perfeita na entoação normal. Tudo aponta para a formação do constituinte *todos juntos*, em que *todo(s)* faz o papel de modificador de *juntos*. Um argumento sintático é o fato de podermos clivar *todos juntos* (Todos juntos, os garotos comeram a pizza é o.k.) mas não *juntos*, em separado (*Juntos, os garotos comeram a pizza todos). Um argumento semântico é a interpretação de *todos juntos* como equivalente a *completamente reunidos*: a idéia é de um encontro entre os garotos. A sentença significa que: (i) o grupo consumiu as tais pizzas (leitura coletiva); (ii) os garotos estavam todos reunidos, isto é, em companhia um do outro, durante o ato de comer. Esta sentença não seria

verdadeira se parte dos garotos comesse meia pizza agora e alguns outros, mais tarde, traçassem as sobras. É necessário que eles comam as pizzas em presença uns dos outros. Tanto *todos* quanto *juntos* concordam com *os garotos*, mas *todos* não está apenas totalizando os membros do grupo e acentuando a distribuição do predicado pelas partes mínimas do conjunto de meninos; *todos juntos* significa: (i) *muito juntos* e (ii) *sem faltar nenhum*. Ou seja: *todo(s)* intensifica (amplia a força e o significado de) *juntos*, modificador do evento. A informação privilegiada dessa sentença é a reunião, o consórcio dos meninos a propósito de comer as pizzas. A diferença entre (4h) e (4j) é que nesta última sentença existe um evento único (coletivo) de *comer pizza*, e, na outra, pode haver diferentes eventos. Ou seja, num contexto em que três meninos do grupo comeram algumas fatias da pizza no jantar e os demais mataram o resto das três pizzas no almoço do dia seguinte, (4h) é verdadeira, mas (4j) é falsa. As condições de verdade de (4j) exigem mais que um resultado equivalente à somatória de (participa)ções individuais: exigem que haja um evento apenas, de que todos participem. Essa diferença decorre do fato de *todos* modificar o adjunto *juntos* do tipo adverbial, em (4h), intensificando a demanda desse item por marcar *ao mesmo tempo, no mesmo local, em presença uns dos outros*. O que *juntos* adverbial faz é marcar como único (coletivo) o evento de comer as três pizzas; o que *todos* faz é acentuar a distributividade do predicado (cada um comeu) e a convivência de ambos na sentença (4i) (ou em *Todos os garotos comeram aquelas três pizzas juntos*). É um *degree achievement*: o desaparecimento das três pizzas é o resultado de cada um dos garotos ter concluído sua parte no evento. Os subeventos (cada um comendo sua parte), acumulados, revertem-se num evento maior (o de comer as três pizzas).

Análise e predições: *todos* e a estrutura informacional da sentença

Essa bateria de exemplos (4) mostra que a posição de *todo(s)* marca a proeminência informacional da sentença. Como *juntos*, *todos*, mesmo dentro de VP, concorda em número e gênero com o DP sujeito (a menos que quantifique o DP complemento), mas pode salientar informações diferentes na mesma sentença, conforme sua posição na sintaxe aberta. Resumindo, *todos*:

(A) Adjacente ao DP sujeito, e anterior a ele (ex. 4d): modifica o nome

que precede (integraliza o grupo) e marca a sentença como predicando sobre o DP sujeito.

(B) Adjacente ao DP sujeito, e posterior a ele (ex.4g): modifica enfaticamente o nome a que sucede (integraliza o grupo); a sentença responde a um questionamento sobre o predicado poder deixar de se aplicar a um dos componentes do grupo no DP sujeito.

(C) Separado do DP sujeito, dentro de VP, posterior ao verbo e anterior ao complemento (ex. 4h): modifica o evento (integraliza os subeventos), marcando o modo gradual como o resultado (o estado final do DP complemento) foi atingido pelo conjunto de agentes.

(D) Separado do DP sujeito, dentro de VP, posterior ao complemento (ex.4j) e anterior a um adjunto (*juntos* adverbial) que, independentemente de *todos*, exiba concordância com o sujeito: modifica o adjunto (intensifica *juntos*), ampliando o modo como ele se aplica ao evento e reforçando sua ligação com o DP sujeito.

Com *todos* dentro de VP, há duas posições possíveis: entre o verbo e o complemento (4h) e entre o complemento e um adjunto (4i). A posição à direita do complemento, sem adjunto (4j), é agramatical. A estrutura informacional da sentença é diferente com *todos* dentro de VP; além de ser necessária uma pronúncia marcada. Isso nos conduz à análise de que *todos*, dentro de VP, não modifica estritamente o sujeito (há barreiras) mas o evento ou um adjunto (advérbio ou adjetivo/particípio), formando um constituinte com ele. Esse adjunto precisa modificar a duração do evento e também precisa exibir concordância ou relação de indexação com o DP sujeito (como é o caso de *juntos*); é por meio da ligação entre o resultado do evento ser a somatória das particip(ações) dos indivíduos que *todos* marca a integralização dos subeventos num evento que culmina no resultado. O constituinte formado com um adjunto em VP (*todos juntos*, em (4j)) modifica o evento ligado ao sujeito, num efeito de medição. *Todos* é, em termos de categoria, um modificador nominal, como *juntos*; mas, como *juntos*, seleciona cumulatividade; e pode marcá-la também no evento ou no adjetivo, em contextos de medição, pois, neles, sem a contribuição de cada indivíduo no DP sujeito, o resultado da sentença não seria atingido. Predizemos que *todos* (indexado ao sujeito) formará um só constituinte com predicados secundários voltados para o sujeito (adjetivos e participios) que marquem a duração do evento; e adjuntos (advérbios e modificadores) que marquem a acumulação de subeventos, mas mantenham relação (concordância ou indexação) com o sujeito.

Todos dentro de VP, com predicados secundários

Verificaremos se a função intensificadora de *todos* é confirmada em contextos de predicação secundária orientada para o sujeito. Adaptamos, em (5.2), (6), (7), e (8), exemplos de Maria José Foltran:

- (5.1) Primeiramente, sem o segundo predicado, observamos:
 - (5.1a) Os bárbaros destruíram a cidade.
 - (5.1b) Todos os bárbaros destruíram a cidade.
 - (5.1c) Os bárbaros *todos* destruíram a cidade. (pronúncia enfática)
 - (5.1d) Os bárbaros destruíram *todos* a cidade. (pronúncia muito enfática)
 - (5.1e) *Os bárbaros destruíram a cidade *todos*.

Vemos que em (5.1.b) e (5.1.c) *todos* integraliza o grupo de bárbaros, acentuando a distributividade. *A destruição da cidade* é um predicado coletivo, mas há um contraste entre (5.1.a), que não exige a participação de cada bárbaro no evento para que a sentença seja verdadeira, e as duas sentenças seguintes, para a verdade das quais é necessário, que, individualmente, cada bárbaro tenha tomado parte na destruição. *Todo (s)* acentua a distributividade ao totalizar, modificando-o, o argumento com o papel de agente da transformação. A sentença (5.1.d) só é boa se *todos* tiver pronúncia acentuada. Sem esse foco, a sentença é muito degradada. Isso porque *todos*, dentro de VP, não pode modificar o DP sujeito com a mesma facilidade com que o faz fora de VP. Quanto mais profundamente dentro de VP, pior, como mostra (5.1.e), agramatical mesmo com uma leitura que enfatize *todos*; não há foco que salve essa sentença. Embora a eventualidade seja uma transformação que envolve o desaparecimento da cidade, as sentenças boas com *todos* não favorecem a leitura de medição: não se mede a duração do evento, nem se fala a respeito da cidade; antes, nas sentenças (5.1.b), (5.1.c) e (5.1.d), o tema é *os bárbaros*, ou *todos os bárbaros*, e o restante das sentenças comenta sobre eles.

- (5.2) Agora, vejamos o que acontece com a introdução de um predicado secundário:
 - (5.2a) Os bárbaros destruíram a cidade enfurecidos.
 - (5.2b) Todos os bárbaros destruíram a cidade enfurecidos.
 - (5.2c) Os bárbaros *todos* destruíram a cidade enfurecidos.

(5.2d) *?Os bárbaros destruíram todos a cidade enfurecidos.

(5.2e) Os bárbaros destruíram a cidade todos enfurecidos.

Primeiramente, é gritante que, com o predicado secundário, a sentença com *todos* pós-verbal se torna boa (5.2.e). Nessa sentença, *todos* intensifica *enfurecidos*: a sentença diz que: (i) a cidade foi destruída pelos bárbaros; e (ii) todos eles estavam enfurecidos enquanto a destruíam. Isto é, com o predicado secundário, *todos* dentro de VP se refere ao DP sujeito mas modifica o adjetivo (significa algo como *muito enfurecidos*). O predicado secundário é um estado relacionado com a duração do evento (Quando estavam enfurecidos os bárbaros? Durante a destruição da cidade.). *Todos(s)*, em (5.2.b) e (5.2.c), reforça que cada um dos membros do conjunto do DP sujeito estava no estado descrito pelo predicado secundário. A verdade das duas sentenças requerer algo além do que cada indivíduo do conjunto dos bárbaros ter tido participação na destruição da cidade: requer que cada bárbaro participando da destruição da cidade esteja furioso. Elas parecem excelentes respostas à pergunta *como os bárbaros destruíram a cidade?*, ou, mais explicitamente, *em que estado de ânimo estavam os bárbaros que destruíram a cidade?* Se o duplo predicado for dividido em *estar furioso* e *destruir a cidade*, a totalização do grupo denotado pelo DP sujeito sentencial parece valer preferencialmente para o estado (*todos os bárbaros estavam enfurecidos quando destruíram a cidade*), em detrimento da totalização do sujeito em relação à agentividade, ou causação da transformação (*todos os bárbaros partiram para a destruição da cidade porque sentiram fúria* não parece uma boa interpretação para essas sentenças).

A sentença (5.2.a) é ambígua entre uma leitura causativa (algo enfureceu os bárbaros a ponto de eles decidirem arrasar a cidade), em que o pico mais alto do estado de fúria coincide com o início da destruição da cidade, que, assim, é consequência do sentimento de fúria cuja experimentação a precede; e uma leitura durativa, segundo a qual o estado de fúria e a ação de destruir a cidade ocupam o mesmo intervalo de tempo, e estão *juntas*, sem que uma anteceda a outra e sem relação de causa e efeito. Na leitura causativa, *os bárbaros* é restringido por *furiosos*: pode haver muito mais bárbaros, desde que, entre eles todos, apenas os enfurecidos ataquem a cidade, e os não enfurecidos só fiquem olhado. Na leitura de simultaneidade, *enfurecidos* não restringe *os*

bárbaros, e sim qualifica o conjunto inteiro. O ingresso de *todos* na sentença ressalta a leitura durativa: (5.2.b) não é ambígua como (5.2.a): a sentença só pode significar que todos os membros do conjunto sentiam fúria durante a destruição que promoveram (no evento, existem apenas bárbaros enfurecidos; não há, além desses, outros não enfurecidos). Isso ocorre porque *todos* em VP mede a duração do evento.

Como visto em (5.2.c), *todos* entre o verbo e seu complemento, com predicação secundária orientada para o sujeito, cria uma sentença degradada. Parece haver necessidade de marcar uma pausa na leitura, entre *a cidade* e *enfurecidos*, o que nos leva a pensar que *enfurecidos* seja uma encaixada: uma sentença completa, reduzida de particípio, com um sujeito próprio. Nessa posição, *todos*, sem a predicação secundária, precisa de leitura enfática e privilegia a informação de que cada membro do grupo sujeito foi agente ou causador do evento/transformação. A predicação secundária colide com essa interpretação, ao favorecer a duratividade, descrevendo um estado concomitante com (ou mais extenso que) o processo de destruição. De qualquer modo, na fronteira da predicação secundária, *todos* não consegue totalizar o sujeito tão bem quanto na predicação única. Em (5.2.e), uma sentença perfeita, *todos* intensifica *enfurecidos*: entendemos que o grau de fúria dos bárbaros era muito alto. E com essa fúria aguda eles perpetraram suas ações destrutivas. Há duas informações coordenadas em (5.2.e): (i) os bárbaros destruíram a cidade; e (ii) ao fazê-lo, ou enquanto o faziam, os bárbaros estavam muito enfurecidos.

O efeito de *juntos*, e o de predicados secundários orientados para o sujeito, em sentenças com *todos* dentro de VP indica que, nessa posição, *todos* não é mais somente um quantificador que totaliza a entidade denotada pelo sujeito, mas atua como um modificador que intensifica adjuntos (advérbios ou adjetivos), embora sempre esteja ligado, pela concordância de número e gênero, ao DP.

Se, como hipotetizamos, *todos*, na flutuação, está sujeito a efeitos de minimalidade, de localidade, no caso de uma sentença com um complemento verbal do mesmo número e gênero do sujeito, a interpretação possível deve ser apenas aquela em que *todos*, dentro de VP, está modificando o DP mais próximo. Poderemos verificar essa hipótese com estes exemplos:

- (6a) [Os bárbaros]_i, [[destruíram [todos os portos]]_j]# [enfurecidos]_k]
(6b) [Os bárbaros]_i, destruíram [os portos todos]_j] # [enfurecidos]_k]

- (6c) [Os bárbaros]_i [[destruíram [os portos]_j] [TODOS enfurecidos]_i]
 (6d) [Os bárbaros]_i [[destruíram [todos os inimigos]_j] [enfurecidos]_i].
 (6e) [Os bárbaros]_i [[destruíram [os inimigos todos]_j] [enfurecidos]_i].
 (6f) [Os bárbaros]_i [[destruíram [os inimigos]_j] [TODOS enfurecidos]_i].
 (6g) *[Os bárbaros]_i [destruíram [todos]_i [os portos]_j] [enfurecidos]_i.
 (6h) *[Os bárbaros]_i [destruíram [todos]_i [os inimigos]_j] [enfurecidos]_i].

As sentenças (6c) e (6f) só parecem possíveis com uma leitura muito forte de *todos* e com uma pausa marcada entre *os inimigos* e *todos enfurecidos*, entender *todos*, aí, como ligado ao sujeito não é a interpretação mais natural. Na leitura normal, sem marcação entonacional, a estrutura óbvia é a de (6b) ou (6e). A impossibilidade de (6g) e a de (6h), com *todos* referindo-se ao DP sujeito, com foco, entre o verbo e seu complemento e precedendo o predicado secundário, mostra que há localidade na modificação de um DP por *todo*. A diferença entre um objeto animado (*inimigos*) e um inanimado (*portos*) faz com que não seja possível achar que, em (6b) ou (6c), *todos os portos enfurecidos* ou *os portos todos enfurecidos* formem um só constituinte; já em (6d) e (6e) é possível entender, respectivamente, *todos os inimigos enfurecidos* e *os inimigos todos enfurecidos* como constituintes, isto é, *enfurecidos* pode modificar *inimigos*; mas, quando *todos* está entre *inimigos* e *enfurecidos*, essa leitura é barrada, como vemos abaixo:

- (7a) [Os bárbaros]_i [destruíram [[todos]_j [os inimigos enfurecidos]_j].
 (7b) ?[Os bárbaros]_i [destruíram [os inimigos todos]_j]# [enfurecidos]_i.
 (7c) *[Os bárbaros]_i [[destruíram [os inimigos todos enfurecidos]_j].
 (7d) [Os bárbaros]_i [destruíram [[os inimigos enfurecidos]_j todos]_j].
 (7e) [Os bárbaros]_i [[destruíram [os inimigos]_j] [todos enfurecidos]_i].

Modificando o DP complemento verbal, *todos* tem de ficar à direita ou à esquerda do constituinte modificado; *todos* não pode se posicionar no meio de dois termos do sintagma que modifica. *Todos* é um adjunto ao núcleo. Por isso (7c) é agramatical: porque *todos* está entre partes do núcleo que modifica. E, por isso, a única forma de interpretar (7b) é com *enfurecidos* se referindo ao DP sujeito. Mas em (7b), sem uma leitura com destaque em *todos* e uma pausa entre ele e *enfurecidos*, a sentença não é boa. É preferível (7e), com *todos enfurecidos* referindo-se ao DP sujeito e o complemento verbal sendo *os inimigos*. Uma evidência de que *todos* modifica o DP

posicionando-se como adjunto à sua direita ou à sua esquerda. Num caso de flutuação, como em (7e), apesar de ainda estar indexado com o DP sujeito, *todos* não é um quantificador deslocado, que opera sobre o DP com que concorda, mas é um modificador que opera (se não exclusivamente, ao menos também) sobre o predicado secundário, intensificando, aumentando o grau em que essa qualidade se aplica ao sujeito (vide a agramaticalidade da sentença com *todo* ocupando a mesma posição de (7e) sem o item *enfurecidos*; é o predicado secundário que licencia *todos* nessa posição). Essa análise está de acordo com a visão de *todo* como um DegQ, capaz de modificar (e se adjungir a) mais de uma categoria: sintagmas nominais nos exemplos (5.1a) e (5.2a). O predicado secundário salva a sentença (vide o contraste entre (5.1.e) e (5.2.e)) em que *todo* está à direita do complemento verbal exatamente porque fornece um núcleo a ser modificado por *todos*, já que, nessa posição, e a essa distância, não é tranqüila a quantificação do DP sujeito. O contraste entre (5.1.d) e (5.2d) mostra que a posição pós-verbal de *todos* é marcada, e precisa de uma acentuação especial; como ocorre nesses casos, há um efeito de sentido. Em (5.1.d) a flutuação de *todos* enfatiza a participação de cada membro do grupo no evento, que é coletivo. A sentença tem um sabor de polemização, de foco polêmico. *Os bárbaros todos destruíram a cidade* seria uma excelente resposta à pergunta *Muitos ou poucos bárbaros destruíram a cidade?*. Esse sentido especial reforça a distributividade como uma participação individual na ação coletiva: não existem bárbaros que não tenham participado da destruição, é o que se garante. Por isso a predicação secundária não cabe aí: O tema da predicação é *os bárbaros*, e o resto da sentença é o rema ou comentário. Um advérbio seria uma continuidade, mas a predicação secundária é barrada porque, com ela, a sentença deixaria de integralizar a participação do grupo na ação. *Todos* pós-verbal, sem um adjetivo ou advérbio dentro de VP, maximiza a agentividade do sujeito. A predicação secundária, ao contrário, enfatiza um estado. O mesmo fenômeno se verifica em exemplos de predicação secundária voltada para o objeto:

- (8a) João comeu as verduras todas cruas.
- (8b) As crianças deixaram os tios todos nervosos.
- (8c) Os tios deixaram as crianças todos nervosos.
- (8d) Os tios deixaram os sobrinhos todos nervosos.
- (8e) As crianças deixaram o tio nervoso todas juntas.

As cinco sentenças são contextos de medição, se *deixar* for

entendido como causar uma mudança de estado; nas cinco, *todo(s)* está no VP e é um intensificador do adjunto (adjetivo ou advérbio) à sua direita, formando um constituinte com ele. As duas primeiras trazem predicação secundária voltada para o objeto; a terceira traz predicação secundária voltada para o sujeito; o quarto exemplo é ambíguo (como resultativa, a sentença traz predicado secundário voltado para o objeto; se *deixar* for sinônimo de *ir embora*, *todos nervosos* é predicado secundário voltado para o sujeito, e a sentença não é mais um contexto de medição); e o quinto e último traz uma predicação secundária voltada para o sujeito, com modificação de evento. Em (8a), *todo(s)* modifica ao adjetivo *cruas*, com leitura intensional explícita: *todas cruas* = *completamente cruas*. Sem a predicação secundária, a sentença *João comeu as verduras todas* implica que, após a refeição de João, não sobrou verdura alguma do conjunto referido por *a verduras*. Com a predicação secundária, a sentença é verdadeira ainda que João tenha deixado de comer uma parte das verduras disponíveis, desde que toda a porção de verduras por ele consumida nesse evento tenha exibido o estado de *crua*; ou seja, a verdade de (8a) exige que João não tenha comido verduras cozidas, mas permite que restem verduras cruas. Tal mudança nas condições de verdade decorre de *todas* ter se associado ao predicado secundário e, em (8a), quantificar sobre o conjunto de *verduras cruas* consumido durante o evento, e não mais apenas sobre *as verduras* consumidas durante o evento. Em (8b), podemos entender *tios nervosos* como um constituinte, e *todos* como um intensificador, tal como em (8a); então, *todos nervosos* = *maximamente nervosos*. Ou o complemento de *deixar* pode ser o constituinte *os tios todos*; então *nervosos* é uma mini-oração. Nas duas análises, *nervosos* e *todos* estão indexados a *os tios* (a concordância de número e gênero o atesta) e *todos* forma um constituinte dentro de VP, ou com o complemento (N) ou o adjunto (A). Se (8d) tiver leitura de medição, em que um grau de nervosismo é produzido, as duas análises apresentadas para (8c) se aplicam, e *todos* continua ligado dentro de VP e formando um constituinte interno a VP. Há ainda uma terceira possibilidade de análise, em que *nervosos* está indexado com o sujeito de (8d). Nesse caso, há uma pausa antes de *nervosos*. Então *os sobrinhos todos* é o complemento do verbo *deixar* (= *sair da presença de x*) e *nervosos* é o estado dos tios, ao se afastarem dos sobrinhos. Ainda nessa terceira análise, com *nervosos* predicando do sujeito, *todos* se liga a um A e forma com ele um constituinte internamente ao VP. Uma última e quarta alternativa de análise para (8d) é aquela em que o complemento

de *deixar* (ainda significando *afastar-se de x*) é somente *os sobrinhos*, e *todos nervosos* é um predicado secundário voltado para o sujeito (refere-se ao modo como os tios saíram de perto dos sobrinhos) e *todos nervosos* = *extremamente nervosos*. Nessa análise, *todos* é intensificador. O que nos interessa é que, para qualquer análise dada a (8d), quer *todos* seja modificador nominal ou intensificador, ele sempre forma um constituinte maior, interno a VP, seja com um argumento (N) ou com um adjunto (A). Isso também vale para a sentença (8e), em que *todas juntas* é um constituinte: *juntas* modifica o evento e *todas* intensifica *juntas* (*todas juntas* = *completamente reunidas*). *Todos* é consistente quanto à localidade em sua ligação com outros constituintes menores para formar um maior, o que reforça a idéia de que a posição que *todo(s)* ocupa, na sintaxe aberta, ou seja, a sua flutuação, necessariamente altera a semântica da sentença.

A cumulatividade de *todos* e a de *juntos*

Um dado interessante é o comportamento de *todos*, *juntos* e *todos juntos* em predicados coletivos de cardinalidade (que se aplicam exclusivamente ao grupo fechado, e não a cada indivíduo formador do grupo). Os exemplos são variações sobre os de Moltmann:

- (9a) João e Maria, juntos, formam um belo casal.
- (9b) *João e Maria, todos, formam um belo casal.
- (9c) *João e Maria, todos juntos, formam um belo casal.

Nessa bateria, a posição de *todos/ juntos* entre o sujeito e o verbo foi escolhida (em detrimento da posição que antecede o DP sujeito) para permitir uma leitura de escopo intermediário, com modificação ou nominal ou de evento. *Um belo casal* é o resultado da combinação das contribuições (atributos individuais) dos indivíduos em separado: (9a) é uma sentença perfeita. Mas cada um dos dois indivíduos não é, por si só, um casal: *todos* exige que o predicado seja verdadeiro das partes mínimas do sujeito, e é a frustração dessa exigência que torna (9b) uma sentença ruim. A sentença (9c) mostra que o significado isolado desses itens se mantém quando são usados em conjunto, e ambos os

requerimentos precisam ser atendidos: (i) o de que o predicado dê o resultado de algo obtido com a união dos indivíduos sujeitos; (ii) e o de que cada indivíduo tenha participado do evento. Ao contrário de *junt(o)s*, *todo(s)* não exige indivíduos distintos, como vemos nestes exemplos, adaptados de Moltmann:

(10a) *A gravura, junta, é bonita.

(10b) A gravura toda é bonita. (cada pedaço dela é bonito)

(10c) As gravuras, juntas, são bonitas. (a justaposição é bonita, o conjunto é bonito; em separado, elas até podem ser feias)

(10d) As gravuras todas são bonitas. (cada uma é bonita)

Em suma, a cumulatividade de *junt(o)s* consiste em aplicar coletivamente o predicado a uma pluralidade (o predicado corresponde ao grupo fechado, e não a suas partes). Já a cumulatividade de *todo(s)* distribui a predicação pelas partes mínimas internas ao sujeito.

Conclusões

Moltmann (2004) comenta: “The denotation of adnominal together [when modifying the subject] can be taken to be an operation mapping an individual [the denotation of the NP without together] onto a generalized quantifier [the denotation of NP with together]”. Isso é exemplificado em (4f) (*Juntos, todos os garotos comeram aquelas três pizzas*): *juntos* modificando o sujeito já quantificado por *todos* aponta para o resultado coletivo (a contabilização, a somatória) de uma ação individual que cada membro do grupo fez. *Junt(o)s* soma o que cada menino fez para traduzir a somatória no resultado; e *todo(s)* atribui a predicação aos indivíduos do grupo. Essa dupla cumulatividade gera a interpretação em que há um evento coletivo do qual cada parte mínima do sujeito participou, com um resultado para o qual cada indivíduo em *os garotos* contribuiu. *Todo(s)* exige que o predicado seja verdadeiro para cada parte mínima do sujeito: a verdade da sentença exige que cada menino tenha ajudado pessoalmente a dar cabo das três pizzas. E *juntos* exige que, sozinhos, os indivíduos tenham comido menos que as três pizzas, pois o resultado medido é a somatória de suas contribuições.

Os dados reforçam a idéia de localidade: é a posição na sintaxe aberta que faz com que *todos* e/ou *juntos* tenham ora leitura de modificador de evento, ora leitura de modificador nominal. Porém, em contextos de medição, resultativos, *juntos* adjunto ao DP sujeito tem

sempre leitura de modificação de eventos. Daí servir de diagnóstico para leituras de medição. Controlando os contextos de medição, podemos verificar que, nos mesmos contextos, quando modifica o DP com o papel temático de agente ou causador da mudança (o DP em posição de sujeito em (5.1.b) e (5.1.c)), *todo(s)* funciona exclusivamente como um quantificador nominal; entretanto, quando modifica o argumento afetado (o complemento verbal em (7a) e (7d)), indiretamente mede também a duração do evento, articulando uma dupla modificação: a nominal e a do VP, via o mapeamento entre a extensão do evento e a do argumento afetado. Quando está em VP, adjacente a (antecedendo) *junto(s)* (como em (4.j)) ou a um adjetivo (o particípio em (5.2.e)), *todo(s)* forma um constituinte com eles; atua, então, como um intensificador do advérbio ou do adjetivo, tal como os itens *muito* (*Ele está muito abatido* / *Nós fomos muito mal servidos*) ou *bem* (*Ele foi bem orientado* / *Ela acordou bem tarde*). Somente se houver também um DP interno a VP e adjacente a *todos*, este, por sua vez, adjacente a um adjunto (um A, advérbio ou adjetivo) (como em 8d), *todo(s)* pode formar um constituinte com o DP, nesse caso operando como um modificador nominal.

Conclui-se que *todo(s)* tem uma variável (uma categoria vazia) que tanto pode ser presa diretamente pelo N mais próximo ou por um item da categoria A, um advérbio ou particípio ou adjetivo indexado a um N (por concordância nominal). *Todo(s)* um adjunto indexado a um DP, que exige estar no domínio (ser apropriadamente regido) direto de um DP ou indireto de um DP, formando um constituinte com um A (advérbio ou adjetivo) indexado a um DP (por concordância de número e gênero). Ser preso por categorias diferentes é possível para um DegQ, o que propomos que *todo(s)* seja. Isso explica porque, em contextos sintáticos propícios, *todo(s)* pode modificar tanto um N (nome) quanto um evento, ou, ainda, intensificar um adjetivo.

De acordo com a diátese da sentença, conforme a categoria e o papel temático do item pelo qual a variável está presa, *todo(s)* pode operar sobre a duração do evento, sobre a agentividade ou sobre a extensão do objeto afetado. E tanto a flutuação de *todo(s)* indexado ao sujeito, que precisa de regência apropriada, quanto a posição de *todo(s)* na sentença, em geral, é uma forma de privilegiar, marcando com foco, uma das três informações disponíveis numa sentença de medição: (i) o resultado (o estado final do objeto afetado), quando *todo(s)* quantifica o DP complemento; (ii) a causa da transformação (o agente), quando *todo(s)* quantifica o DP sujeito; ou (iii) as circunstâncias do evento, quando todo

modifica o predicado secundário ou *junt(o)s* adverbial. Podemos ler os dados da mudança de interpretação das condições de verdade da sentença, conforme a posição de *todos* muda, como uma marcação de foco. O sujeito sentencial com *todos + descrição definida plural* é o tópico da sentença, que fica dividida em dois constituintes básicos: o sujeito com *todos*, o tema da predicação, e o resto da sentença, aquilo que é dito sobre o tema (rema ou comentário). Nesse caso, o foco da sentença é ela toda, incluindo o DP sujeito. *todos* à direita da descrição definida que é o sujeito sentencial põe uma ênfase mais marcada na totalização dos indivíduos formadores do grupo sujeito em relação à sua participação no evento: o foco passa a ser toda a sentença, menos o DP sujeito. A flutuação de *todos*, referente ao sujeito sentencial, que é o tópico, para o VP, faz a distribuição incidir sobre o evento. *todos* entre o verbo e o complemento enfatiza a acumulação de subeventos (correspondentes à participação de cada indivíduo da descrição definida plural que é o sujeito sentencial) num evento maior, o descrito pelo VP, criando uma leitura de *degree achievement*, ou seja, de alcance gradual, em etapas sucessivas ou simultâneas, de um resultado (a mudança de estado da entidade no DP com papel-è de tema). Com *todos* após o complemento e antes de um adjunto também preso ao sujeito, a distribuição enfatizada é a da qualidade dada pelo adjetivo (predicado secundário) ou a da circunstância ou modo de ação dados pelo advérbio (como *junt(o)s*) sobre os componentes do sujeito. As diferenças sobre a interpretação do que se distribui sobre o sujeito, de acordo com a posição de *todos* na sentença, levam a concluir que o foco da sentença é sempre a porção da sentença que está à direita de *todos*, ou seja, os constituintes que estão no domínio de *todos*, como Jackendoff (1972) propôs para *even*. Portanto, os dados corroboram a análise da flutuação de *todo(s)* como uma estratégia de marcação de foco no PB.

Todos Juntos: the Role of the Flotation of todos in the sentential informational structure

■ **ABSTRACT:** *This article analyses the flotation of the Brazilian Portuguese quantifier todos (± all) as a focus marker. The scrutiny of the cumulativeness of 'todos' versus the cumulativeness of 'juntos' (together) leads us to the conclusion that 'todos' has scope over all the material to its right in each sentence. So the interpretation depends of 'todos'*

position in the open syntax, after flotation.

■ **KEYWORDS:** Quantification. Distributivity. Focus. Cumulativity. Synthax. Semantics.

Referências

BOBALJIK, J. D. *Morphosyntax: the syntax of verbal inflection*. Cambridge, EUA. MIT. Cap. 4: Floating quantifiers are adverbs. Tese de Doutorado. MIT Working Papers in Linguistics. 1995.

DOETJES, J. *Quantifiers and Selection. On the distribution of quantifying expressions in French, Dutch and English*. Leiden, Holanda. 1997. Tese de Doutorado, Leiden University.

DOWTY, D.R. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, 67:619, 1991.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, EUA. Dissertação de Mestrado. MIT Press. 1972.

KRIFKA, M. Thematic Relations as Links between Nominal Reference and Temporal Construction. SAG, I. A. e SZABOLSCI, A. (eds.), *Lexical Matters*, 1992. p. 29–53.

MOLTMANN, F. *The Semantics of Together*. A publicar em *Natural Language Semantics*. 2004. Disponível em <http://opp.weatherson.net/archives/001536.html>

NEGRÃO, E.V. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre-docência. USP, São Paulo. 1999.

PUSKAS, G. Floating quantifiers: what they can tell us about the syntax and semantics of quantifiers. In: DÜRRLEMAN, S. & LAENZLINGER, C. (ed.) *Generative Grammar in Geneva*, vol. 3, 2002. Disponível em http://www.unige.ch/lettres/linge/syntaxe/journal/volume_trois_2002.html

SPORTICHE, D. A Theory of Floating Quantifiers and Its Corrolaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, v.19, 1988. p.425-449

Obras Consultadas

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: FOLTRAN, M.J., MÜLLER, AL. & NEGRÃO, E.V. (orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.

FOLTRAN, M.J. Relações de Predicação. In: FOLTRAN, M.J., MÜLLER, AL. & NEGRÃO, E.V. (orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-60.

KLEIN, S. Foco no Português Brasileiro. In: FOLTRAN, M.J., MÜLLER, AL. & NEGRÃO, E.V. (orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p.125-152.

NEGRÃO, E.V. Forma Lógica e Quantificação. In: FOLTRAN, M.J., MÜLLER, AL. & NEGRÃO, E.V. (orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p173-188.

O JOGO DE INTERDEPENDÊNCIAS ENTRE A SEMÂNTICA DO VERBO E AS ALTERNÂNCIAS DE DIÁTESE

Hélio Roberto de MORAES¹
Bento Carlos DIAS-DA-SILVA²

■ **RESUMO:** O artigo apresenta uma investigação léxico-semântica de uma subclasse de verbos intuitivamente rotulada como Verbos de Movimento. A metodologia empregada toma como critério de análise e classificação os modos alternativos de expressão dos argumentos dos verbos, de acordo com o princípio: verbos que participam dos mesmos tipos de alternâncias de diátese devem compartilhar algum componente de significado e formar classes semânticas coerentes. Depois de apresentar a metodologia, o artigo apresenta: (i) o exercício de montagem do conjunto de verbos a serem analisados a partir de uma base eletrônica de itens lexicais e de dicionários; (ii) a seleção de alternâncias compatíveis com a estrutura de argumentos projetadas por esses verbos; (iii) discussão dos resultados alcançados.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Alternâncias de diátese. Semântica dos verbos. Verbos de movimento.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Araraquara – SP – Brasil. CNPq. E-mail: helio_de_moraes@ig.com.br.

² Departamento de Letras Modernas - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Caixa Postal 174, 14.800-901, Araraquara-SP, Brasil. E-mail: bento@fclar.unesp.br.

Introdução

A interface entre a semântica lexical e a sintaxe, especialmente a relação entre os argumentos semânticos dos verbos e a sua projeção sintática em termos de relações gramaticais, é uma área de estudos complexa, visto que o relacionamento entre esses dois domínios é do tipo “muitos para muitos”: por um lado, um único argumento semântico pode ser expresso por mais de uma relação gramatical, por outro, uma única relação gramatical pode expressar vários argumentos semânticos de tipos diversos. Diante dessa não biunivocidade, no léxico, as entradas lexicais precisam ser especificadas em termos de informações que explicitem a realização canônica entre esses dois domínios. Essas informações incluem: o número e o tipo dos seus argumentos semânticos, o esquema de subcategorização e uma indexação que estabelece a ligação entre os argumentos e os tipos de sintagmas do esquema de subcategorização.

No entanto, a investigação dessa interface tem também mostrado que a projeção sintática dos argumentos semânticos dos verbos parece, em certa medida, depender das suas propriedades semânticas (GRIMSHAW, 1992; VAN VALIN, 1990; LEVIN, 1993). Hopper e Thompson (1980), por exemplo, buscam explicar o fenômeno sintático da Transitividade em termos de propriedades sintáticas e pragmáticas. Na verdade, a idéia de que a estrutura oracional pode ser, em alguma medida, prevista no significado do predicador, conforme avalia Wasow (1985), está presente na maioria dos modelos de gramática desenvolvidos a partir dos anos 80. No contexto do Modelo de Princípios e Parâmetros, Chomsky (1986), por exemplo, sugere que a seleção-c(ategorial) – a seleção categorial responsável pela especificação dos esquemas de subcategorização – pode ser derivada da seleção-s(emântica) de um verbo.

Em função dessa observação, alternâncias diversas no modo de realização dos argumentos e da Transitividade do verbo passaram a ser investigadas por meio de propriedades semânticas como, por exemplo, a abordagem da alternância causativa-transitiva/incoativa-intransitiva de Pustejovsky (1995) e pelas regras de correspondência entre a Estrutura Sintática e a Estrutura Semântico-Conceitual, como, por exemplo, a abordagem da inacusatividade de Levin e Rappaport-Hovav (1996).

Caso essa inter-relação possa ser sistematicamente verificada, é possível proceder a uma considerável compactação das entradas lexicais: a entrada lexical ideal incluiria somente a categoria sintática e a estrutura

de argumentos conceituais do item lexical, já que o esquema de especificação da subcategorização e a projeção sintática dos argumentos correspondente a cada argumento conceitual seriam previstos a partir de princípios gerais. Mesmo que isso não seja fato, é possível reduzir o número de informações de uma entrada lexical identificando-se em que medida e quais propriedades semânticas do verbo condicionam suas propriedades sintáticas e vice-versa (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1991; 1995).

Os aspectos do significado do verbo que se mostrarem sintaticamente relevantes devem operar no modo de expressão de seus argumentos, pois um verbo pode pertencer a uma classe semântica que se caracteriza, por exemplo, por ter uma determinada gama de projeções sintáticas em comum. Uma classificação dessa natureza é explorada por Levin (1993) para o inglês. O resultado mostra a classificação de 3.024 verbos (4.186 significados) em 191 classes (e subclasses), num universo de 79 alternâncias sintáticas inventariadas pela autora. Essas classes sintático-semânticas refletem a representação semântica similar que os membros das classes apresentam e derivam do modo de interação dos componentes de significado, sintaticamente relevantes, presentes em cada verbo e dos princípios de correspondência entre a semântica do verbo a sua projeção sintática. Classificações sintático-semânticas similares foram também propostas para o alemão, o coreano, e o bengalês (JONES et al, 1994).

Neste trabalho, apresenta-se o estudo exploratório de um subgrupo de verbos que, de modo intuitivo, podem, em uma primeira aproximação ser considerados “verbos de deslocamento”. Na seção 1, discute-se a metodologia de classificação; na seção 2, selecionam-se os verbos do português (seção 2.1) e a seleção de alternâncias sintáticas compatíveis com as estruturas de argumentos projetadas por esses verbos (seção 2.2); na seção 3, re-elaboram-se a classificação intuitiva em função da identificação de correlações entre o significado dos verbos e os padrões de realização sintática; na seção 4, avaliam-se os resultados do trabalho.

Metodologia

A classificação de Levin (1993) evidencia um fenômeno do léxico de verbos que decorre em função de aspectos semânticos compartilhados entre os verbos. Esses aspectos comuns, chamados componentes de significado (TALMY, 1985; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995, 1996), devem compor a representação léxico-semântica dos verbos, de forma que uma teoria de representação léxico-semântica deve acomodá-los. Uma característica dos

componentes de significado é que eles não exaurem necessariamente o valor semântico dos verbos. Essa propriedade permite que eles componham a representação léxico-semântica de verbos que compartilhem propriedades semânticas e sintáticas, mas que não são sinônimos.

Dessa perspectiva, identificar classes de verbos organizadas em função de suas propriedades sintáticas compartilhadas pode subsidiar a identificação dos componentes de significado a eles subjacentes. Por exemplo, o conhecimento que o falante tem da língua inclui os modos alternativos de expressão dos argumentos dos verbos. Isto é, o conhecimento de um determinado verbo implica o conhecimento de como utilizá-lo e, portanto, implica o conhecimento dos tipos de alternâncias sintáticas de que esse verbo participa. De fato, o falante sabe que (1a-b) são frases bem formadas, mas (2a-b), sem as devidas marcas entonacionais, não o são.

1.
 - a) João construiu uma casa de tijolos para Maria.
 - b) João construiu para Maria uma casa de tijolos.

2.
 - a) *João construiu para Maria de tijolos uma casa.³
 - b) *João construiu de tijolos para Maria uma casa.

Além disso, o falante também sabe quando um verbo pode (3) ou não (4) participar da alternância causativa/incoativa, uma alternância de transitividade.

3.
 - a) João quebrou o copo.
 - b) O copo quebrou.

4.
 - a) João construiu a casa.
 - b) *A casa construiu.

Partindo-se da hipótese de que há interdependências entre o comportamento sintático do verbo e seu significado, a investigação de suas propriedades sintáticas revela-se uma estratégia de análise que auxilia o lingüista na especificação de suas propriedades semânticas. Dessa perspectiva, a identificação de classes de verbos organizadas em

³ O símbolo (*) indica agramaticalidade.

função de suas propriedades sintáticas compartilhadas é usada para subsidiar a identificação dos componentes de significado a eles subjacentes. Dessa perspectiva, acredita-se que o falante é capaz de fazer prognósticos sobre as propriedades sintáticas do verbo porque se estabelecem correlações entre configurações sintáticas e tipos semânticos. Além disso, Pinker (1994) ressalta que a investigação das alternâncias na realização dos argumentos é tarefa instrumental para a investigação de como a criança adquire o significado dos verbos.

Essa metodologia é aplicada, por exemplo, em Levin e Rappaport Hovav (1991), na análise de três verbos intuitivamente classificados como Verbos de Remoção: *remove* (remover), *wipe* (limpar com um pano) e *clean* (limpar). Esses verbos são reclassificados em três classes semânticas com base nas possibilidades alternativas de expressão de seus argumentos. A análise é corroborada pela identificação de outros verbos que também participam dos mesmos conjuntos de alternâncias e, além disso, expressam as mesmas propriedades semânticas.

Outro exemplo é apresentado em Levin (1993), que estuda os verbos *cut* (cortar), *hit* (golpear), *break* (quebrar) e *touch* (tocar). A análise das propriedades sintáticas e semânticas desses verbos permite a associação de componentes de significado específicos a alternâncias sintáticas, como é sintetizado no quadro (1).

Verbos	Correlação entre a sintaxe-semântica	Glosa Classificatória
	Alternâncias (sintaxe) - Componentes de Significado (semântica)	
<i>Cut</i>	alçamento de parte do corpo - CONTATO conativa - MOVIMENTO voz ativa/voz média - MUDANÇA DE ESTADO	"mudança de estado de uma entidade, resultante do movimento de um instrumento que com ela entra em contato"
<i>hit</i>	alçamento de parte do corpo - CONTATO conativa - MOVIMENTO	"contato com uma entidade, resultante do movimento de um instrumento"
<i>break</i>	voz ativa/voz média - MUDANÇA DE ESTADO causativa/incoativa - CAUSA/MUDANÇA DE ESTADO	"mudança de estado de uma entidade"
<i>touch</i>	alçamento de parte do corpo - CONTATO	"apenas contato com uma entidade"

Quadro 1: Caracterização sintático-semântica de *cut*, *hit*, *break* e *touch*.

A alternância conativa, que se verifica com os verbos *cut* e *hit*, não ocorre em português. Nessa alternância o complemento do verbo pode ser realizado como um SN ou como SP, por exemplo: *John cut the bread/ John cut at the bread*. Essa alternância não é semanticamente neutra. Na segunda frase, o evento *cortar o pão* pode ou não ser consumado, isto é, essa frase expressa uma tentativa do Agente de desempenhar a ação expressa pelo verbo (Levin, 1993). As outras alternâncias, *alternância de alçamento de parte do corpo*, *alternância medial* e *alternância causativa/incoativa*, são exemplificadas em português em (5), (6) e (7) respectivamente:

5.

- a) João cortou o braço de Paulo.
- b) João cortou Paulo no braço.

6.

- a) João corta o pão.
- b) O pão corta(-se) facilmente.

7.

- a) João quebrou o vaso.
- b) O vaso quebrou.

Essa metodologia foi aplicada experimentalmente a um subdomínio dos verbos do português intuitivamente classificados como Verbos de Movimento. A próxima seção apresenta as principais etapas dessa aplicação.

Verbos e alternâncias do português

Seleção de verbos

A seleção de verbos para a aplicação da metodologia esboçada na seção 1 partiu da coleção de conjuntos de sinônimos da Base Lexical da Wordnet.BR. Semelhante a rede WordNet de Princeton (FELLBAUM, 1998), essa base eletrônica é constituída de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios organizados em conjuntos de sinônimos, os *synsets*, que, em tese, devem apontar para um conceito lexicalizado. Os *synsets* da base da Wordnet.BR foram montados a partir da análise de verbetes

de dicionários. A base da Wordnet.BR é composta de mais de 4000 *synsets*, que reúnem mais de 11000 verbos ilustrados com frases-exemplo retiradas de *corpus* (DIAS-DA-SILVA, OLIVEIRA, MORAES, 2002; DIAS-DA-SILVA, MORAES, 2003). Dessa forma, os verbos selecionados a partir dos *synsets* devem pertencer a um mesmo campo conceitual.

A seleção de *synsets* partiu de dois verbos intuitivamente classificados como Verbos de Movimento: *fugir* e *escapar*. Verbos de Movimento podem ser subclassificados de acordo com as propriedades dos eventos que expressam. Por exemplo, entre as propriedades semânticas mais importantes desse campo, incluem-se: *deslocamento espacial*, *modo específico do movimento* e *direção do movimento*. Os verbos *fugir* e *escapar*, por exemplo, expressam *deslocamento* e *direção*, mas não expressam necessariamente *modo específico*, já que é possível *fugir* e *escapar* de várias maneiras (por exemplo, caminhando, nadando, correndo, arrastando-se, rapidamente, lentamente, etc.). Nota-se, entretanto, que há Verbos de Movimento que expressam o *modo do movimento*. Esses verbos, quando relacionados a outros elementos que também expressam *modo de movimento*, geram incompatibilidades semânticas como, por exemplo, (!) caminhar nadando, e interpretações restritivas como, por exemplo, (!) correr lentamente.

Os verbos *fugir* e *escapar*, conforme a classificação de Levin (1993, p. 263), pertencem ao campo semântico denominado “verbos de movimento com deslocamento e especificação inerente de direção⁴”. No português, esse subdomínio, é altamente lexicalizado, como pode ser atestado pelas expressões idiomáticas, pelos regionalismos e pelos sinônimos apresentados nos verbetes de *fugir* e *escapar* de dois dicionários (FERREIRA, 1999; HOUAISS, 2001):

10. Abalar, abancar, abrir, abrir no mundo, abrir no pé, abrir nos paus, abrir o arco, abrir o chambre, abrir do chambre, abrir o pala, abrir o pé, abrir os panos, afundar no mundo, aguçar-se, arrancar(-se), arribar no mundo, azular, azular no mundo, bancar veado, bater a bela plumagem, bater a linda plumagem, bater asa, bater asas, bater as asas, bater em retirada, botar o pé no mundo, cair fora, cair na tiguera, cair nas folhas, cair no breido, cair no mato, cair no mundo, cair no oco do mundo, campar,

⁴ *Verbs of Inherently Directed Motion.*

capar o mato, capinar, dar à canela, dar aos calcanhares, dar às de vila-diogo, dar às pernas, dar com o pé no mundo, dar na pista, dar no pé, dar nos cascos, dar nos paus, dar o fora, dar o pira, derreter, derreter na quiçaça, desabalar, desatar o punho da rede, desunhar, enfiar a cara no mundo, ensebar as canelas, entupir no oco do mundo, escamar-se, escapulir(-se), esquipar, fazer chão, fazer a pista, folhar, ganhar o mato, ganhar o mundo, garfiar, jogar no veado, largar terra para favas, levantar vôo, mandar-se, mandar-se dizer na estrada, meter o arco, meter o pé no mundo, mostrar as costas, passar sebo nas canelas, pisar, pisar no mundo, pisar no tempo, pisgar-se, pôr-se ao fresco, pôr sebo nas canelas, raspar-se, riscar chão, unhar, virar alcanfor, virar sorvete e zarpar.

A montagem do conjunto de verbos para a aplicação da metodologia do *jogo de alternâncias*, no quadro (2), partiu da classe de “Verbos de movimento com deslocamento e especificação inerente de direção”, em Levin (1991). Examinando-se a base da Wordnet.BR, foram extraídos os verbos de cinco *synsets* e outros verbos que intuitivamente se encaixam no subdomínio em questão. As informações do quadro (2) são sistematizadas a partir de Borba (1990).

Verbos	Sentidos	Exemplos
Abalar-se	Sair em disparada, partir rapidamente, afastar-se.	Dois milicos da Força Pública se abalaram da rua para o salão.
Abandonar	sair-se, afastar-se de,	O povo, com a notícia, preparava-se para abandonar a vila.
Afastar-se	1) Com complemento de direção, significa: dirigir-se, ir	Almiro afastou-se para o interior da casa.
	2) Com complemento de origem, apagável, significa sair de perto de.	Convém que o senhor não se afaste desta cidade.
Apartar-se	Desviar, afastar	Aparta esse cachorro de mim.
Atingir	Chegar a, alcançar	Depois de atingir a estrada, os caminhoneiros levam um dia e meio para chegar a São Paulo.
Chegar	Vir, atingir	Cheguei em casa ainda sob o domínio dessas idéias.
Deixar	Afastar-se de, apartar-se de, sair de	Alexandre deixou o vale para o resto da vida.
Desertar	1) Fugir, ir-se embora	Cavalcanti desertou.
	2) Afastar-se ou retirar-se à revelia	Meu amigo desertou das fileiras da guarda.
Desguiar-se	1) Afastar-se de, desviar-se de	Desguiou-me dela.
	2) Ir embora, afastar-se	Pernambuco, arisco, foi desguiando deixou o sujeito parolando grandezas.
Desviar-se	Mudar de caminho ou de rumo.	Eles vão se desviando dos buracos.
Entrar	Passar de fora para dentro, ir/vir para dentro	Fizeram-nos entrar no caminhão
Escafeder-se	Fugir apressadamente, safar-se	O que lhe fizemos, Venâncio, para querer de repente escafeder-se desta sala?
Escapar	Fugir, escapulir, safar-se, esquivar-se	Beatriz escapa em direção ao quarto
Escapulir	Fugir, escapar	Eu deixo a janela aberta e você escapole
Esgueirar-se	Retirar-se à socapa, cautelosamente	O rapaz dava boa noite e se esgueirava pelo corredor.
Evadir-se	Fugir	O tarado ainda tentou evadir-se do local
Fugir	Afastar-se, distanciar-se	Tenho que fugir já do Recife
Ir(-se)	Pôr-se na direção de, deslocar-se	Vou à casa do compadre.
	Afastar-se	Bonitão nota que Marii ainda não se foi.

Quadro 2: Verbos do português do subdomínio “movimento com especificação inerente de direção”.

Além dos verbos do quadro (2), os verbos *alcançar* e *safar-se* também compõem o conjunto de verbos para teste. Embora o sentido *movimento com deslocamento e especificação de direção* não seja registrado para esses verbos em Borba (1990), ele o é em outros dicionários. Por exemplo, Weiszflog (1998) registra *chegar a* como acepção do verbete *alcançar* e *escapar*, *esgueirar-se*, *fugir* como acepção do verbete *safar-se*. Ferreira (1999) registra *chegar a: ir até* como acepção de *alcançar* e *esquivar-se*, *escapar*, *escapular-se*, *fugir* como acepção de *safar-se*.

Alternâncias sintáticas e aplicação

Como foi dito na seção (1), Levin (1993) emprega as alternâncias sintáticas de que o verbo participa como critério para a classificação sintático-semântica dos verbos do inglês. O princípio básico da classificação é: verbos que participam dos mesmos tipos de alternâncias devem compartilhar pelo menos um componente de significado e, conseqüentemente, formar classes coerentes do ponto de vista semântico.

As alternâncias empregadas na classificação de Levin são específicas do inglês, mas muitas delas também se verificam em outras línguas como, por exemplo, alemão, bengali e coreano (JONES, et. al, 1994). Desse modo, as alternâncias do inglês que também se verificam no português podem ser empregadas no estudo dos verbos da seção (2) e, posteriormente, ser o ponto de partida para a identificação do conjunto de alternâncias do português. A partir das alternâncias do inglês em Levin (1993), três classes de alternâncias podem ser preliminarmente identificadas (MORAES, 2004):

Alternâncias de transitividade: envolvem uma redução na valência do verbo ou uma alternância entre complemento direto e indireto. Dois processos sintáticos caracterizam essas alternâncias: (a) a supressão do argumento Agente e conseqüente alçamento do Tema de objeto para sujeito; (b) supressão do Tema, realizado como objeto, quando ele pode ser inferido do valor semântico do verbo ou do contexto. Por exemplo: *João quebrou o copo./O copo quebrou.*

Alternâncias dos complementos do verbo: envolvem alternâncias nos modos de realização dos complementos do verbo. Essas alternâncias são subclassificadas com base no tipo semântico do verbo,

nos tipos de argumentos projetados pelo verbo e da preposição que introduz os argumentos. Por exemplo: *João carregou o caminhão com maçãs./ João carregou as maçãs no caminhão.*

Alternâncias de sujeito oblíquo: envolvem alterações no número de sintagmas nominais selecionados pelo verbo, porém o verbo não sofre alteração de transitividade. Em uma das frases alternantes, o verbo projeta, como sujeito, um argumento Agente. Em outra, esse argumento é suprimido e um outro sintagma nominal, que era realizado como sintagma preposicional na primeira variante, o complemento oblíquo, é alçado para a função de sujeito. Por exemplo: *João quebrou a janela com o martelo./O martelo quebrou a janela.*

Essas três grandes classes de alternâncias apresentam muitas subclasses (MORAES, 2004), sendo que nem todas elas verificam-se com os *verbos de movimento com deslocamento e especificação inerente de direção*. Isso ocorre em função da estrutura de argumentos projetada por esses verbos. A maioria dos verbos do quadro (2) projeta apenas um argumento Agente e sua estrutura sintática básica é representada por [SN V]. No entanto, essa estrutura de argumentos pode ser ampliada por um Locativo, realizado como sintagma preposicional com função de complemento, que expressa: (a) Origem, na forma *de* + SN (por exemplo, *João escapou da cadeia*); e/ou (b) Meta, na forma *para* + SN (por exemplo, *João fugiu para São Paulo*).

Dessa forma, foi selecionado um conjunto de seis alternâncias compatíveis com as propriedades sintático-semânticas dos verbos de movimento em questão. As alternâncias, selecionadas do inventário de Levin (1993), são apresentadas a seguir com exemplos de verbos da tabela (2).

Alternância de ação induzida: nesta alternância de transitividade o Agente é interpretado como um *indutor* que leva o argumento *induzido* a realizar a ação expressa pelo verbo. As duas formas da alternância envolvem a realização ou supressão do Agente.

- a) João apartou Maria da cidade.
- b) Maria apartou-se da cidade.

Alternância de implicação do objeto reflexivo: nesta alternância, o pronome reflexivo co-referente ao sujeito pode ou não se realizar.

- a) João afastou-se da cidade.

b) João afastou da cidade.

· *Alternância de implicitação do objeto recíproco*: nesta alternância, a coordenação de dois Agentes na posição de sujeito expressa a propriedade semântica de “reciprocidade”, o que não ocorre na frase com sujeito simples.

a) João afastou-se de Maria.

b) João e Maria se afastaram.

· *Alternância do sujeito instrumental*: nesta alternância, o argumento Agente é suprimido e o argumento Instrumental, que era realizado como adjunto, é alçado para sujeito.

a) João fugiu da cidade com o carro.

b) O carro fugiu da cidade.

· *Alternância do sujeito causa abstrata*: esta alternância, semelhante a anterior, também envolve a supressão do argumento Agente, diferencia-se porque o argumento que é alçado para sujeito é semanticamente descrito como uma *causa abstrata*.

a) João desguiou Maria do caminho com as estórias extraordinárias.

b) As estórias extraordinárias desguiaram Maria do caminho.

· *Alternância das vozes ativa e passiva*: nesta alternância o objeto do verbo na voz ativa (Tema) é alçado para sujeito da voz passiva. O Agente, sujeito na voz ativa, passa a adjunto introduzido por preposição *por*, na voz passiva.

a) João desviou Maria do caminho.

b) Maria foi desviada do caminho por João.

A tabela (1) apresenta os resultados de aplicação das alternâncias selecionadas aos verbos do quadro (2). A próxima seção apresenta a discussão dos resultados.

Tabela 1: Os verbos organizados em função das alternâncias de que participam.⁵

VERBOS	<i>Alternância do sujeito instrumental</i>	<i>Alternância de implicação do objeto reflexivo</i>	<i>Alternância de ação induzida</i>	<i>Alternância das vozes ativa e passiva</i>	<i>Alternância do sujeito causa abstrata</i>	<i>Alternância de implicação do objeto recíproco</i>	Nº DE ALTERNÂNCIAS
	João fugiu da cidade com o carro. O carro fugiu da cidade.	João afastou-se da cidade. João afastou da cidade.	João apartou Maria da cidade. Maria apartou-se da cidade.	João desviou Maria do caminho. Maria foi desviada do caminho por João.	João desguiou Maria do caminho com as estórias extraordinárias. As estórias extraordinárias desguiaram Maria do caminho.	João afastou-se de Maria. João e Maria se afastaram.	
Afastar-se	1	1	1	1	1	0	5
Apartar-se	1	1	1	1	1	0	5
Desguiar-se	1	1	1	1	1	0	5
Desviar-se	1	1	1	1	1	0	5
Abalar-se	1	1					2
Evadir-se	1	1					2
Largar-se	1	0					1
Raspar-se	1	1					2
Atingir	1			1			2
Alcançar	1			1			2
Desertar	1						1
Escafeder-se	1						1
Escapar	1						1
Escapular	1						1
Esgueirar-se	1						1
Fugir	1						1
Ir-se	1						1
Partir	1						1
Sair	1						1
Zarpar	1						1
Abandonar	1						1
Deixar	1						1
Ir	1						1
Retirar-se	1		1				2
Safar-se	1		0				1
Chegar	1						1
Vir	1						1
Entrar	1		1				2
Nº DE VERBOS	28	7	6	6	4	0	

⁵ Na tabela, “1” representa o sucesso na aplicação das alternâncias e “0” os casos em que a aplicação envolve mudança de sentido ou julgamentos de pouca confiança.

Discussão

De acordo com os dados da tabela 1, é possível comprovar que os verbos selecionados, além de pertencerem ao mesmo campo semântico, apresentam propriedades sintáticas compartilhadas: todos participam da alternância do Sujeito Instrumental. Além disso, em função de outras alternâncias compartilhadas, é possível, também, destacar cinco subclasses, indicadas com uma moldura.

Subclasse 1: afastar-se, apartar-se, desguiar-se, desviar-se

Esses verbos compartilham seis alternâncias que sugerem um agrupamento caracterizado pela seguinte glosa: *caminho percorrido por um Agente a partir de um ponto de referência*. Como mostra o exemplo (8), esses verbos projetam um Agente, que se realiza como sujeito, e um argumento que expressa um *ponto de referência do caminho*, que se realiza como complemento preposicionado. Quando expressam *deslocamento espacial*, o complemento preposicionado desses verbos expressa um *lugar*.

8. João desviou-se da cadeia.

Mais especificamente, expressam o *distanciamento do Agente em relação ao ponto de referência*. Esse *ponto de referência* é realizado por um complemento preposicional, na forma *de* + SN.

Três desses verbos - *afastar-se, desguiar-se e desviar-se* - permitem que o complemento locativo seja apagado quando a informação que ele expressa pode ser recuperada no contexto. Além disso, como ilustra a frase (9), esses três verbos podem ocorrer em frases que apresentam um sintagma preposicional, introduzido por *para*, que expressa aproximação de um segundo *ponto de referência*.

9. João afastou-se/desguiou-se/desviou-se para o interior.

Note-se, em (10), que o verbo *apartar-se* não ocorre com complemento que expressa aproximação de um segundo *ponto de referência*.

10. *João apartou-se para o interior.

Subclasse 2: abalar-se, evadir-se, largar-se, raspar-se

Os verbos desta subclasse, conforme exemplos (11), (12) e (13), selecionam complementos de Origem introduzidos pela preposição *de*. Selecionam também, com exceção do verbo *evadir-se*, o complemento de Meta, na forma *para* + SN. Esses verbos podem ser glosados como *deslocar-se rapidamente a partir de um lugar*.

11. João evadiu-se do local./*João evadiu-se para o local.

12. João abalou-se/ largou-se/ raspou-se para a cidade.

13. João abalou-se/ largou-se/ raspou-se da cidade.

Subclasse 3: alcançar, atingir

Esses verbos devem formar uma subclasse semanticamente coerente por, por exemplo, estarem inseridos no campo semântico em estudo, por compartilharem pelo menos duas alternâncias e por especificarem o ponto final do deslocamento. Esses verbos são do tipo *achievement* de acordo com a classificação de Vendler (1967), isto é, expressam um evento télico instantâneo.

Subclasse 4: desertar, escafeder-se, escapular, escapar, esgueirar-se, fugir, ir-se, partir, sair, zarpar, abandonar, deixar, ir, retirar-se, safar-se

Com exceção dos verbos *chegar*, *vir* e *entrar*, cuja força do movimento é centrípeta e podem, portanto constituir uma subclasse (subclasse 5), os demais verbos formam uma quarta subclasse, a mais numerosa, que, naturalmente, pode ser ainda refinada com a descoberta e aplicação de outras alternâncias não identificadas para o português.

Observe-se que os verbos *desertar*, *escafeder-se*, *escapular*, *esgueirar-se*, *fugir*, *ir-se*, *partir*, *sair*, *zarpar* expressam *deslocamento*

de natureza centrífuga. Essa propriedade evidencia-se pelos usos intransitivos desses verbos. Por exemplo, a frase *João partiu* expressa que *João começou a se deslocar a partir de um determinado Locativo*, que, embora não esteja sintaticamente realizado, está logicamente acarretado.

Os verbos *partir* e *ir-se* são os prototípicos e especificam que, em um tempo t1, um *indivíduo* estava em um determinado *lugar* e, em um tempo t2, esse *indivíduo* não está mais nesse *lugar*.

Os demais verbos apresentam subespecificações desse valor semântico. O verbo *sair* expressa uma oposição de *estado de coisas*. Na frase *João saiu da sala*, ressalta-se uma oposição de situações: em t1, João está dentro da sala e, em t2, João está fora dela. O verbo *zarpou*, em seu sentido básico, é glosado por *deslocar-se a partir de um determinado ponto em uma embarcação*. Esse sentido inclui um deslocamento e um tipo de embarcação. No entanto, esse verbo pode expressar também o sentido mais amplo: *partir apressadamente*, sem a especificação de embarcação. (14) e (15), respectivamente, exemplificam a realização desses dois sentidos.

14. O navio zarpou do porto de Santos.

15. João zarpou da festa.

O verbo *desertar* ocorre principalmente em contextos militares, em que expressa *fugir do posto*. Nesse sentido, o verbo seleciona como argumento um Agente, especificado como membro de uma organização militar. A particularidade desse verbo, ilustrada em (16), é expressar ainda uma mudança no argumento sujeito.

16. João desertou da batalha.

João, que passa a ser desertor, desloca-se a partir de um determinado ponto, o local onde a batalha acontece. É importante ressaltar que, como *zarpou*, *desertar* também possui um sentido estendido que possibilita o uso desse verbo em contextos que não envolvem organizações militares. Dessa forma, é possível dizer *desertar do grupo*, *da igreja*, etc.

Esse sentido de *desertar* aproxima-se do sentido de *fugir*, que é perfeitamente substituível em (16).

Os verbos *escafeder-se*, *escapar*, *escapular*, *esgueirar-se* e *fugir* formam um subgrupo, se considerarmos, conforme demonstram os exemplos (17) e (18), que eles podem expressar *deslocamento de um indivíduo para livrar-se de um lugar ou situação*. Em (17), ocorre um deslocamento do indivíduo João e, em função disso, uma mudança na condição desse indivíduo: pressupõe-se que, em t_1 , João estava encarcerado e, em t_2 , João está foragido. Em (18), também ocorre deslocamento do indivíduo João, mas a mudança é de outra natureza: não há a pressuposição de que João estava encarcerado, mas o ocorrido representou perigo para João.

17. João escapou/fugiu/ escapuliu/ escapou/ da cadeia.

18. João escapou/fugiu/escapuliu da confusão.

Os verbos *abandonar* e *deixar*, sinônimos, são antônimos de *chegar*. Os três verbos são do tipo *achievement*. Por exemplo, João está abandonando a cidade não expressa que o evento está em curso, mas que ele é iminente. Esses verbos caracterizam-se também pela expressão da direção do movimento, o que pode ser comprovado pelos tipos de complementos que eles selecionam: *abandonar* e *deixar* selecionam complementos de Origem e *chegar*, complementos de Meta.

O verbo *ir*, antônimo de *vir*, como este é do tipo *accomplishment*, isto é, expressa um evento télico com duração (VENDLER, 1967). João está indo a São Paulo expressa que o evento *ir a São Paulo* está em curso, que parte dele já ocorreu e, ao mesmo tempo, o Locativo expressa o ponto final do evento.

O valor semântico dos verbos *retirar-se* e *safar-se*, como nos exemplos (19) e (20), pode conter um componente de causalidade: João causa o deslocamento do carro:

19. João entrou o carro no poste.

20. O carro entrou no poste.

Note-se que os verbos *retirar-se* e *entrar* são antônimos. *Retirar-se* expressa uma oposição de situações idêntica à oposição expressa por *sair*, acima descrita: deslocamento centrífugo. *Entrar*, por sua vez, expressa o deslocamento centrípeto.

Por fim, *safar-se* é um verbo que não expressa *movimento* necessariamente. Essa propriedade pode ser notada com sua ocorrência com outros verbos que o modificam: *safar-se correndo*, *safar-se deslizando*, *safar-se fugindo*, *safar-se argumentando*.

Conclusão

Este trabalho apresentou um exercício de classificação de verbos. A metodologia empregada utiliza como critério organizador de classes os modos de expressão dos argumentos dos verbos. A partir de um subdomínio dos verbos intuitivamente classificados como *verbos de movimento* foi constatado que esses verbos participam de pelo menos uma alternância comum: alternância do Sujeito Instrumental, o que sugere que a classe *verbos de movimento com deslocamento e especificação de direção* é coerente. Por outro lado, outras propriedades sintáticas permitiram a identificação de cinco subclasses.

As cinco subclasses identificadas indicam que a metodologia de classificação sintático-semântica do verbo baseada nos modos alternativos de expressão de seus argumentos pode ser empregada como estratégia promissora para classificar os verbos do português, semelhante ao trabalho feito para o inglês (LEVIN, 1993). Mais especificamente, aplicada aos *synsets* de verbos da base da Wordnet.BR, a metodologia de classificação pode oferecer uma nova vista para os verbos dessa base.

The interplay between verb semantics and diathesis alternations

■ **ABSTRACT:** *The paper presents a lexical semantic investigation of a subclass of verbs intuitively classified as Motion Verbs. The applied methodology takes as a criterion for analyzing and classifying verbs the alternations in the expression of the arguments of the verbs, following the principle: verbs that participate in the same set of diathesis alternations share at least one meaning component, and form*

semantically coherent classes. After presenting the methodology, the paper presents: (i) the composition exercise of the set of Motion Verbs, extracted from an electronic lexical database and from dictionaries; (ii) the selection of alternations compatible with the verbs argument structure; (iii) results and discussion.

■ **KEYWORDS:** *Diathesis alternations. Verb semantics. Motion verbs.*

Referências

BORBA, F.S.B. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo.** São Paulo: Unesp, 1990.

DIAS-DA-SILVA, B. C.; OLIVEIRA, M. F.; MORAES, H. R. Groundwork for the development of the Brazilian Portuguese Wordnet In: RANCHHOD; MAMEDE (Ed.) **Advances in natural language processing.** Berlin: Springer-Verlag, 2002, p.189-196.

DIAS-DA-SILVA, B.C., MORAES, H.R. A construção de um thesaurus eletrônico para o português do Brasil. *Alfa.* São Paulo: Unesp, v. 47 (2), 2003, p. 101-115.

FELLBAUM, C. (Ed.) **WordNet: an electronic lexical database.** Massachusetts: The MIT Press, 1998.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI (versão 3.0-CD-ROM).** São Paulo: Lexikon Informática Ltda., 1999.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (versão 1.0- CD-ROM).** Rio de Janeiro: Editora objetiva, 2001.

JONES, A. D.; et.al. **Verb classes and alternations in Bangla, German, English and Korean.** Cambridge: MIT, 1994. Disponível em: <http://www.mit.edu/~dajones/>. Acesso em: 27 maio 2004.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations: a preliminary investigation.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. Wiping the slate clean: a lexical semantic exploration. *Cognition.* Amsterdam: Elsevier, v. 41, 1991, p.123-151.

____ **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.

____ **Lexical Semantics and syntactic structure.** In LAPPIN, S. **The handbook of contemporary semantic theory.** Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 487-507.

MORAES, H. R. **O jogo de interdependências entre a semântica do verbo e as alternâncias de diátese.** 2004. 119f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2004.

PINKER, S. **How could a child use verb syntax to learn verb semantics?** *Língua*, v. 92, 1994, p. 377-410.

SANFILIPPO, A; et al. **Linguistic aspect of lexical semantics.** 1998. Disponível em: <http://www.ilc.cnr.it/EAGLES96/rep2/node4.html>. Acesso em: 31 maio 2004.

TALMY, L. **Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms.** In: SHOPEN, T. **Language typology and syntactic description: grammatical categories and the lexicon.** Cambridge: Cambridge University Press, v. 3, 1985, p.57-148.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy.** Ithaca: Cornell University Press, 1967.

Weiszflog, W. (Ed.) **Michaelis português – moderno dicionário da língua portuguesa (versão 1.1- CD-ROM).** São Paulo: DTS Software Brasil Ltda, 1998.

A EQUIVALÊNCIA DE SUBSTANTIVOS POLISSÊMICOS (FRANCÊS E PORTUGUÊS) E O USO DE DICIONÁRIOS BILÍNGÜES

Maria Cristina PARREIRA DA SILVA¹

■ **RESUMO:** A descrição da equivalência dos itens lexicais de duas línguas é bastante complexa, pois não há correspondência biunívoca entre esses itens. Neste artigo, discuto o fenômeno da polissemia por meio de uma amostra de substantivos do português e do francês. A multiplicidade de sentidos de um item lexical se dá no nível da língua e não do discurso, por isso a necessidade de uma descrição adequada para inclusão nos dicionários. Um item polissêmico de uma língua pode equivaler a vários itens distintos em outra, ou a um item também polissêmico, que, por sua vez, apresenta outros correspondentes.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Equivalência. Polissemia. Substantivos do francês e do português. Dicionários bilíngües.

Introdução

É bastante complexa a descrição da equivalência dos itens lexicais de duas línguas. Não há uma correspondência biunívoca entre os

¹ Departamento de Letras Modernas – Instituto BILCE – UNESP – 15054-000, São José do Rio Preto-SP, Brasil. E-mail: parreira@lem.ibilce.unesp.br.

vocábulos de dois idiomas distintos, e, ainda que as duas línguas em confronto sejam de origem latina, como o português e o francês, as disparidades de equivalência não são atenuadas.

Apresento, neste artigo, uma amostra de uma parcela do léxico: os substantivos, que constituem uma categoria lexical carregada de conteúdo semântico. Por ser plena de sentido, essa categoria é susceptível ao fenômeno da polissemia, que, em termos gerais, é a multiplicidade de sentidos de um mesmo item lexical.

Um item lexical pode ser portador de vários significados, sendo assim considerado polissêmico. Mas há outras relações de sentido relacionadas à polissemia, a saber, a monossema, a homonímia e a sinonímia.

Na comparação de duas línguas, é importante verificar como se dá a equivalência de itens lexicais polissêmicos. Mais ainda: é importante verificar como os dicionários de língua tratam esses itens e quando os consideram polissêmicos ou homonímicos. Tal tratamento influenciará na extensão da macro e da microestrutura da obra. Posso adiantar que um item polissêmico de uma língua de partida pode equivaler a vários itens distintos na língua de chegada, ou em um item correspondente que pode ou não recobrir todas as acepções do item da língua de partida.

Neste trabalho, evidencio que as divergências que as línguas apresentam quanto à equivalência de suas unidades são muito mais complexas quando se trata de itens polissêmicos. Apresento, quanto a esse aspecto, uma de minhas reflexões com relação à questão da adequação dos dicionários às necessidades dos consulentes.

Os estudos lingüísticos, principalmente os contrastivos e descritivos, são primordiais como base para uma melhor elaboração de obras lexicográficas, sobretudo as bilíngües. É preciso demonstrar até que ponto as fronteiras de sentido do léxico coincidem ou não entre uma língua e outra. É necessário desmistificar a crença de que certas línguas são bastante semelhantes e, portanto, de fácil aquisição/aprendizagem, não havendo grandes problemas na equivalência de seus itens lexicais.

Procedi a uma comparação dos verbetes de alguns substantivos da língua francesa e de seus correspondentes na língua portuguesa. Primeiramente, busquei saber se os itens são tratados como polissêmicos ou homonímicos nos dicionários monolíngües. Em seguida, observei se os dicionários bilíngües apresentavam o mesmo resultado. Adotei como

corpus três dicionários monolíngües: para o francês, *Le Nouveau Petit Robert*, a partir de agora NPR; para o português, a *Enciclopédia e dicionário ilustrado* de Koogan & Houaiss, designado EDI e o *Dicionário contemporâneo de português* de Biderman, indicado através da sigla DCP. Os dicionários bilíngües analisados foram: o *Dicionário brasileiro* de Signer (DBS) e o *Minidicionário de francês/português e português/francês* de D'Olim Marote (DDM).

Questões em torno da polissemia

A questão da polissemia é complexa. Muito se discute, mas não se chegou ainda a um consenso a respeito de sua definição. As opiniões dos estudiosos divergem e se contrapõem sucessivamente. A discordância maior reside na determinação da fronteira entre a polissemia e a homonímia. A questão dos critérios a serem usados quando ocorre ambigüidade está longe de ser resolvida com unanimidade.

Essa confusão de idéias e/ou de posicionamentos teóricos, reflete-se no dicionário. Há lexicógrafos que dão preferência à homonímia e outros à polissemia; há ainda outros que colocam aleatoriamente os itens sem especificar qual critério teriam adotado ou sem adotar critério algum. Essa questão influi diretamente no modo de apresentação do vocabulário em um dicionário bilíngüe.

Por tratarem de um objeto bastante complexo que é a língua, as obras lexicográficas são passíveis de vários tipos de falhas. Essas falhas evidenciam-se tanto na macroestrutura quanto na microestrutura do dicionário. Ambas constituem a forma dupla de apresentação do texto lexicográfico. A primeira é uma seqüência vertical de elementos, chamados de entradas, dispostos geralmente em ordem alfabética e de todo material em anexo. A segunda é uma seqüência horizontal que forma os verbetes, que contêm informações variadas sobre cada entrada. Na macroestrutura é muito mais fácil de perceber uma falha, como a ausência de itens lexicais na nomenclatura, a má organização e seleção dos itens a serem incluídos. A microestrutura pode apresentar falhas, sobretudo quanto à ausência de acepções, à organização da disposição das acepções e à inclusão de traduções incorretas.

Uma questão principal que se coloca quando se fala nas relações semânticas seria: até que ponto certos elementos constituem a mesma palavra com várias acepções (polissemia) ou várias palavras diferentes

(homonímia)? Convém ressaltar que estou pensando apenas na homonímia homógrafa e homófona, aquela que causa verdadeiramente confusão na confecção de dicionários. Para resolver esse impasse, pode-se recorrer aos critérios diacrônico (etimologia) e sincrônico (ortografia, categoria gramatical, semântica, entre outros).

Portanto, a homonímia e a polissemia são dois fatores da ambigüidade léxica, cuja distinção é largamente aceita, porém não há uma homogeneidade quanto à definição de cada um desses conceitos. Há, porém, estudiosos que rejeitam essa distinção, devido à própria dificuldade na determinação das diferenças entre essas duas classificações quando os exemplos são verificados.

Há duas correntes: uma a favor do critério da etimologia como instrumento discriminador (cf. OFFORD, 1998); outra a favor do critério semântico (cf. MESSELAAR, 1985 e SILVA, 1989).

Ao considerar uma das abordagens (diacrônica ou sincrônica) como referência básica, o lexicógrafo incluirá palavras como homônimas ou polissêmicas que, se forem analisadas de acordo com outro critério, poderiam ser incluídas de forma diferente. Alguns autores refutam o uso do critério da etimologia, afirmando que, atualmente, o consulente não percebe a relação entre unidades com a mesma origem. Muitas palavras de mesmo étimo evoluíram e se desmembraram em sentidos tão diversos que atualmente não apresentam mais nenhuma relação (DUBOIS, 1998) e entre duas línguas podem até ser consideradas como *falsos cognatos*. A palavra *cálculo*, por exemplo, apresenta dois sentidos distantes: 1) *operação aritmética* e 2. *concreção calcária*. É um substantivo cujo étimo é *calculus*, do latim, para os dois sentidos. Em francês o item *calcul* apresenta igualmente dois sentidos, mas apenas o primeiro vem do verbo *calculer* (fr.), que se origina de *calculus* (lat.). Pelo critério semântico esses itens devem ser considerados como homônimos, mas, pelo critério etimológico como polissêmicos. Consultei os dicionários monolíngües citados acima e verifiquei que esse item é polissêmico no EDI (uma entrada) e no NPR e DCP é homonímico (corresponde a duas entradas).

A equivalência de substantivos do francês e do português e o uso do dicionário

Ao tratar dos problemas da equivalência semântica na aprendizagem do vocabulário, Bogaards (1994, p.150) afirma que: "Les mots polysémiques dotés d'une signification centrale et de plusieurs

accepções périphériques sont ressentis comme beaucoup moins transférables". Parafrazeando, é mais difícil fazer a correspondência de palavras polissêmicas de uma língua à outra, pois apresentam uma significação central e outras acepções periféricas.

Há sempre uma expectativa dos aprendizes relativa à correspondência das línguas estudadas. Entre o inglês e o português, certamente os aprendizes evitarão traduções literais por considerarem as duas línguas bastante divergentes. Já no caso do português e do espanhol, por exemplo, acabam por cometer enganos por causa da transferência direta de significações, devido à crença da semelhança das duas línguas.

Se o usuário consultar um item polissêmico em um dicionário monolíngüe, ele pode se deparar com um inconveniente: a definição de um item polissêmico, além de ser extensa, é tão genérica e abstrata, que o usuário não consegue captar o sentido exato em sua língua materna (BOGAARDS, 1994).

Por outro lado, os dicionários bilíngües também não tratam dos itens polissêmicos de maneira adequada e uniforme. Cada obra emprega critérios diferentes ou os incluem na nomenclatura sem critério algum, numa sucessão de equivalentes sem nenhuma relação. Até mesmo em uma única obra encontram-se irregularidades. Certamente a solução seria a inserção de exemplos que especificassem os vários sentidos do item polissêmico.

Os dicionários bilíngües têm como objetivo, entre outros, o de auxiliar na distinção e compreensão das diferentes traduções de palavras polissêmicas. Alguns deles conseguem atingir esse objetivo, outros não. Para que a apresentação dos itens polissêmicos fique clara, é preciso que a microestrutura tenha uma organização ideal: cada equivalente deve ser numerado ou separado por algum sinal tipográfico (a enumeração de preferência), com indicações do nível de língua, do campo semântico e com exemplificações, cuja finalidade é ajudar o usuário a escolher a tradução correta e adequada ao seu texto (MARELLO, 1996).

Como não existe equivalência total entre o léxico das línguas, arrisco-me a afirmar que pode ocorrer uma simetria total apenas entre algumas unidades monossêmicas nas duas línguas comparadas. Normalmente esses casos configuram termos de um domínio específico ou palavras pouco freqüentes na língua. Quanto às palavras da língua geral, quanto mais freqüentes, mais polissêmicas. Nesse ponto de vista,

poder-se-ia dizer que a freqüência e a polissemia são duas grandezas diretamente proporcionais.

Rey-Debove (1966-1, p.83-84) declara que “quanto mais as palavras a serem definidas têm um semema pobre, mais elas são polissêmicas” (tradução nossa). No verbete *polissemia*, Dubois (1998), por sua vez, afirma que “a polissemia está em relação com a freqüência das unidades: quanto mais freqüente uma unidade, mais sentidos diferentes possui.” Portanto, definir palavras polissêmicas é uma atividade bastante complexa e necessária, já que se trata de itens de uso bastante freqüente e com ampla abrangência de significados.

Convém distinguir também *polissemia* de *sinonímia*. Este fenômeno se dá quando palavras com significantes diferentes apresentam semelhança no significado. Não há unanimidade também em relação à sinonímia. Na verdade, como a maioria dos estudiosos consideram que não há sinonímia perfeita, criou-se o termo parassinonímia. Rey-Debove (1966-1) afirma que só haveria sinônimos verdadeiros em casos particulares do discurso; na língua é praticamente impossível. Em síntese, para visualizar as distinções desses conceitos:

Sinonímia	Homonímia:	Polissemia:	Monossemia:
1 SO — nSE ≠	nSO ≠ — 1SE	1 SE — nSO ≅	1SE — 1SO

SE = significante SO = significado

Ao tratar da classe dos substantivos, Escarabajal & Kekenbosch (1998, p. 69), dizem que “os substantivos correspondem a conceitos ‘fechados’ na medida em que se pode evocar isoladamente sua significação e as propriedades ligadas a ela” (tradução nossa). Ao pensar na palavra *mesa*, logo surge na mente do falante seu conceito e o objeto a que ele se refere (referente extralingüístico). Porém, o mesmo não acontece com verbos, como por exemplo *morrer*. É possível evocar sua significação apenas se se considerar *um ser vivo que sofre a morte*. Portanto, os substantivos diferem dos verbos por terem um sentido independente e referencial, enquanto os verbos têm sentidos interdependentes e relacionais, na maioria dos casos.

Há várias argumentações que desautorizam essa classificação, pois na realidade, considerar apenas as categorias lexicais como critério para distinguir as significações conceptuais não é muito seguro, sobretudo porque, em certas línguas, as palavras podem passar de uma categoria à outra, carregando consigo os semas originais.

Deparando-se com palavras homófonas e homógrafas, o

lexicógrafo deve usar critérios para decidir como incluí-las na macroestrutura do dicionário. Os critérios mais usados são a etimologia (nível diacrônico) e a análise semântica (nível sincrônico). No entanto, mesmo aplicando devidamente os critérios, é muito complexa a determinação da fronteira entre a polissemia e a homonímia. Há casos que poderiam ser intermediários. Segundo a teoria da Semântica Estrutural, há uma terceira classificação, a multissemia, que seria o simples caso da presença simultânea da homonímia e da polissemia (LINN, 1993).

Segundo Dubois (1998), há dicionários de tratamento polissêmico e dicionários de tratamento homonímico. Nestes, as entradas são mais numerosas e os sentidos diferentes são separados. Naqueles, há menos entradas e os sentidos divergentes reunidos num só verbete. Os metalexígrafos têm notado, no entanto, que os lexicógrafos/dicionaristas não usam um critério uniforme. Sem dúvida, essa atitude traz prejuízo aos consulentes. Poder-se-ia questionar em que nível esses danos ocorrem. É fácil descrever algumas situações: um consulente, que não tenha uma competência lingüística apurada, desistirá da pesquisa ao verificar que, num verbete polissêmico (normalmente bastante extenso), a(s) primeira(s) acepção(ões) não coincide(m) com aquela de que necessita.

Na minha opinião, do ponto de vista empírico, pensando apenas no usuário, a reunião indevida de itens em um verbete é mais prejudicial do que o contrário, a separação inadequada. Aqueles que produzem dicionários devem observar, acima de tudo os objetivos a que se propõem. Na confecção de um dicionário escolar, monolíngüe ou bilíngüe, o público-alvo constitui-se de crianças e adolescentes que não têm noção da evolução das relações semânticas nas línguas, o que lhes interessa é o uso sincrônico. Por outro lado, não se deve desconsiderar que a separação de sentidos com traços semânticos comuns, fundada em quaisquer critérios, também causa danos à compreensão, além de aumentar o volume da nomenclatura da obra.

Amostra de uma análise comparativa apresentando os tipos de relações semânticas

Na amostra que apresento a seguir, procuro caracterizar e exemplificar os tipos de relações semânticas de alguns substantivos do francês e seus equivalentes no português. É importante ressaltar que

os substantivos selecionados fazem parte da lista de frequência de palavras do *Français Fondamental* (GOUGENHEIM, 1967), material que tomei como base em minha dissertação de mestrado e na tese de doutorado. Analiso a organização desses itens nos dicionários verificados, com a indicação das obras que fizeram tratamento homonímico ou polissêmico, culminando em um quadro com os resultados.

I – Homônimos:

1. Homônimos homófonos não homógrafos:

Como o dicionário é uma obra escrita, esses itens não causam perturbação por causa da ordem alfabética. Consideremos os exemplos: *bout* (sm) e *boue* (sf) ou *foi* (sf), *foie* (sm) e *fois* (sf). Embora na língua oral sejam pronunciados de maneira idêntica, na escrita, a grafia fará com que esses itens se localizem em posições diferentes na nomenclatura.

2. Homônimos homófonos homógrafos:

2.1. Com diferentes categorias gramaticais:

2.1.1. Substantivo – verbo – Exemplo: *bois* (sm) e (je) *bois* (v).

2.1.2. Substantivo – advérbio – Exemplo: *point* (sm) e *point* (adv. neg.).

2.1.3. Substantivo – pronome – Exemplo: *personne* (sf) e *personne* (pron.).

2.1.4. Substantivo – adjetivo – Exemplo: *jeune* (sm) e *jeune* (adj.).

Esses itens são facilmente reconhecidos como homônimos, mas mesmo assim há disparidade na inclusão nos dicionários. O primeiro caso exemplificado não revela problema, pois nos dicionários não são incluídas palavras flexionadas. Quanto aos outros casos, é utilizado o critério da diferença de classe gramatical. Normalmente os sentidos divergem com a mudança da classe, haja vista o terceiro exemplo, cujo item passou a um sentido oposto. No caso do quarto exemplo, o item lexical *jeune* é muito mais usado como adjetivo, sendo que seu uso como substantivo é apenas uma extensão, pouco freqüente e com laços semânticos bastante estreitos, assim é inserido no NPR em um só verbete.

No DBS, o item *point* constituiu um só verbete, com variados exemplos de seu uso como substantivo; no entanto como advérbio há

apenas uma menção [adv *não mais*] mal formulada. Quanto ao item *personne*, também é colocado em um verbete único. No seu uso como pronome são indicados dois correspondentes antagônicos (*ninguém; alguém*) sem nenhuma explicação. *Jeune* compõe um único verbete apresentando a indicação das duas categorias às quais pode pertencer: adjetivo e substantivo.

No DDM, o item lexical *point* é subdividido em cinco entradas, sendo quatro como substantivo e uma como advérbio. O tratamento do item como advérbio é bastante claro. Quanto ao item *personne*, há três verbetes, dois como substantivo e um como pronome, incluindo algumas informações sintático-semânticas. *Jeune* também é colocado como uma única entrada, mesmo sendo usado como adjetivo e substantivo.

2.2. Com a(s) mesma(s) categoria(s) gramatical(is):

O item lexical *plan* é inserido em três entradas no NPR, sendo a primeira como adjetivo e as duas seguintes como substantivo masculino:

plan (e) = plano, liso, uniforme.

plan = plano, superfície plana.

plan = planta, mapa, projeto.

No dicionário enciclopédico EDI há apenas uma entrada para os três homônimos *plano*. Já no DCP, há três entradas *plano*, cujas acepções correspondem àquelas contidas no NPR.

No DBS, esse item compõe uma entrada com as indicações das classes: adjetivo em primeiro lugar e substantivo em seguida. No DDM há três entradas, com as classes dispostas da mesma forma.

II – Polissêmicos:

3.1. Com subdivisão no correspondente do português:

O item lexical polissêmico em francês possui dois correspondentes em português. Cria-se uma fronteira de sentidos relevante em uma das línguas que não existe na outra. Normalmente os itens correspondentes são polissêmicos também na língua de chegada. Muitas vezes há um traço semântico que une esses correspondentes. Exemplos:

place = praça/lugar [espaço].

fille = filha/moça [humano, sexo feminino, jovem].
prix = preço/prêmio [valor].

Esses três exemplos tratados são considerados polissêmicos no DBS. Já no DDM, os itens *place* e *prix* são julgados polissêmicos, enquanto o item *fille* constitui duas entradas.

3.2. Com vários equivalentes no português:

A palavra *serviette* é polissêmica, apresentando um sentido geral de “peça de pano usada à mesa ou no toalete, para não se sujar, se limpar, se enxugar etc.”, definição que se aproxima de *toalha* em português. Em contextos diferentes recebe especificações de seu sentido tão genérico, por meio de colocações ou expressões:

serviette de table = guardanapo.

serviette de bain = toalha de banho.

serviette de toilette = toalha de rosto.

serviette hygiénique, périodique = absorvente íntimo.

Há também um segundo sentido que se distancia um pouco mais dos anteriores, talvez criado por uma relação metonímica de matéria-objeto: *serviette* = pasta para carregar papéis e documentos. Outro exemplo desse caso: *route* = estrada; caminho; itinerário; viagem; percurso, rota.

Tanto *serviette* quanto *route* são tratados no DBS como polissêmicos. Esses itens recebem o mesmo tratamento no DDM.

3.3. Com um correspondente igualmente polissêmico na língua portuguesa:

O item lexical francês *cours* tem uma forte carga semântica. Suas acepções são ilustradas sucintamente a seguir:

- 1 – Escoamento contínuo de água, curso de água, corrente;
- 2 – Movimento real ou aparente, seqüência contínua no tempo, desenvolvimento, sucessão;
- 3 – Circulação regular de uma mercadoria ou valor, preço, cota, taxa, tarifa, valor legal;
- 4 – Ensino contínuo, curso, aula, lições relativas a uma matéria, nível de estudo (médio, secundário ou superior) ou estabelecimento de ensino direcionado a uma categoria de alunos (curso de inglês, de informática);
- 5 – Marcha, progressão.

Praticamente todas essas acepções são recorrentes no verbete *curso* do EDI. No verbete *curso* do DCP encontrei, em primeiro lugar, a quarta acepção e, em segundo, a primeira acepção. Isso se justifica porque o objetivo da lexicógrafa responsável é atender a um público escolar. Omite, assim, acepções menos usuais nesse nível. O item *cours* é tratado como polissêmico no DBS; já no DDM é considerado como um substantivo homônimo, constituindo quatro entradas.

III – Casos mistos – homônimos e polissêmicos:

Cito aqui dois exemplos, *droit* e *tour*, em que os itens lexicais apresentam-se como homônimos, mas que em uma de suas acepções é polissêmico, resultando ou em itens homônimos em português, ou em vários correspondentes, sem nenhuma ligação formal.

Quanto à inclusão do item *droit*, há uma complexidade maior porque apresenta homônimos que se distribuem nas funções de substantivo, de adjetivo e de advérbio. Há um item que só é usado no gênero masculino e outro só no gênero feminino (é um derivado que adquiriu *status* de item lexical).

1. *droit* (e) adj. e adv. – direto; reto; direito, justo; diretamente; corretamente;
2. *droit* (e) adj. e sm. – direito (a) [em oposição à esquerdo(a)]; destro;
3. *droit* sm. – conforme a uma regra, direito; ter seus direitos, exercer os direitos; direito legal; justiça, moral;
4. *droite* sf. – lado direito; direita; direita (lado direito de uma rua); partido político da direita; linha reta;

Em português, no EDI, há uma entrada para *direita*, duas entradas para *direito*, como substantivo e como adjetivo, e finalmente, uma entrada para *direto*, como adjetivo. No DCP, há uma entrada para *direita* (sf), duas entradas para *direito* (adj), uma entrada para *direito* (adv), duas entradas para *direito* (sm) e uma entrada para *direto* (adj). Essa disposição justifica-se pela opção de não incluir itens de classes diferentes em um mesmo verbete.

O item *tour* também se apresenta de modo complexo. Nenhum de seus equivalentes em português corresponde biunivocamente ao item francês. Portanto, não ocorre uma simetria dos fenômenos da homonímia

ou da polissemia com seus equivalentes.

1. *tour* (sf) = torre;
2. *tour* (sm) = torno; armário cilíndrico giratório;
3. *tour* (sm) = volta, circunferência, contorno; redor, (em) torno; passeio, viagem, percurso; giro, rotação; golpe; artifício; maneira; vez.

Também nesse caso, o DBS dá preferência à polissemia, quando na realidade trata-se de um caso complexo. Sob uma única entrada – *droit* (e) – são tratadas as acepções desse item como adjetivo, substantivo feminino e masculino. O mesmo acontece com *tour*, cujos correspondentes são listados, seguidos de alguns exemplos. O DDM, por sua vez, distribui esses itens em várias entradas, demonstrando uma predileção pela homonímia. Na primeira e segunda entradas *droit* (e) é adjetivo, na terceira entrada *droit* é incluído como substantivo masculino. A forma flexionada feminina lexicalizada - *droite* – também é incluída em duas entradas. Quanto ao item *tour*, é distribuído em três entradas: a primeira como substantivo feminino e as duas restantes como substantivo masculino.

Finalmente, apresento um quadro ilustrativo que lista a quantidade de entradas que os itens tratados aqui constituem em cada dicionário examinado:

item lexical	NPR	EDI	DCP	DBS	DDM
<i>Point</i>	2	—	—	1	5
<i>personne</i>	2	—	—	1	3
<i>Jeune</i>	1	—	—	1	1
<i>Plan</i>	3	plano 1	Plano 3	1	3
<i>Place</i>	1	—	—	1	1
<i>Fille</i>	1	—	—	1	2
<i>Prix</i>	1	—	—	1	1
<i>Serviette</i>	1	—	—	1	1
<i>Route</i>	1	—	—	1	1
<i>Cour</i>	1	curso 1	curso 1	1	4
<i>Droit</i>	<i>droit</i> 3 <i>droite</i> 1	direita 1 direito 2; direto 1	direita 1 direito 5; direto 1	1	<i>droit</i> 3 <i>droite</i> 2
<i>Tour</i>	3	—	—	1	3

À guisa de conclusão

Os dicionários monolíngües examinados podem ser agrupados nos tipos: 1) de tratamento polissêmico – EDI e 2) de tratamento homonímico – NPR e DCP. Os dicionários bilíngües também podem ser classificados nessa perspectiva. Observei, com os modestos exemplos apresentados, que 1) o DBS dá primazia ao tratamento polissêmico e 2) o DDM, ao contrário, tem predileção pelo tratamento homonímico.

Quanto às doze palavras apresentadas no quadro acima, os dicionários monolíngües e bilíngües só estão de acordo quanto ao tratamento de cinco palavras: *jeune*, *place*, *prix*, *serviette* e *route*, sendo que todos as consideram polissêmicas. Em relação às sete restantes, há discrepância quanto ao número de entradas. Ressalto que há a mesma relação considerados apenas os dois dicionários bilíngües.

Ainda não há um consenso sobre qual seria a equação correta para a produção de dicionários bilíngües de boa qualidade. Quanto à inclusão de itens polissêmicos, acredito que os estudos contrastivos entre as línguas e a comparação das obras lexicográficas podem levar a um resultado satisfatório.

Na minha concepção, o critério semântico parece mais adequado ao usuário. No entanto, creio que, acima de tudo, é essencial que o lexicógrafo siga um critério bem definido para que o resultado de seu trabalho seja coerente e fundamentado. Para atingir esse resultado, é preciso estabelecer uma hierarquia dos critérios que possa ser aplicada a todos os itens lexicais, de modo que haja coerência e homogeneidade no corpo das obras lexicográficas.

The equivalency of polysemic french and portuguese nouns

■ **ABSTRACT:** *The description of equivalency in lexical items in two languages is highly complex, since there is no biunivocal correspondence between these items. In this article, I discuss the phenomenon of polysemy by means of a sample of Portuguese and French nouns. The multiplicity of meanings of a lexical item exists at the level*

of language and not of discourse. Thus it is necessary to provide an adequate description for dictionary use. A polysemic item in a language may be equivalent to various distinct items, or to a single item which is also polysemic, which, in turn, has other correspondent meanings.

■ **KEYWORDS:** *Equivalency. Polysemic. French and Portuguese nouns. Bilingual dictionaries.*

Referências

BOGAARDS, P. Le vocabulaire dans l'apprentissage des langues étrangères. Paris: Didier- Hatier, 1994. Col. LAL - Langues et apprentissage des langues.

DUBOIS, J. et al. Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 1998.

ESCARABAJAL, M-C., KEKENBOSCH, C. L'activité de catégorisation de substantifs, de verbes et de dérivés verbaux. *Langages*. Paris: Larousse, n. 132, déc. 1998. p.69-86.

LINN, T. de M. Homonímia e polissemia. *Cadernos do IL*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 10, jul. de 1993. p.57-64.

MARELLO, C. Les différents types de dictionnaires bilingues. In: **BÉJOIN, H. THOIRON, P.** Les dictionnaires bilingues. Bruxelles: Duculot, 1996. (Aupelf-Uref) Col. Champs linguistiques. ch. 6, p.31-52.

MESSELAAR, P. A. Polysémie et homonymie chez les lexicographes. Plaidoyer pour plus de systématisation. *Cahiers de lexicologie*. Paris: Didier Erudition, v. 46, 1985-1. p.45-56.

OFFORD, M. L'ambiguïté en français. *Cahiers de lexicologie*. Paris: Didier Erudition, n. 73, 1998-2. p.107-130.

REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: recherches sur

L'équation sémique. Cahiers de lexicologie. Paris: Didier Erudition, v. 8, 1966-1. p.71-94.

SILVA, A. S. Homonímia e polissemia: análise sêmica e teoria do campo léxico. Comunicação apresentada no *XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*. Santiago de Compostela, 4 a 9 set. 1989.

Obras consultadas

BIDERMAN, M.T.C. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.P.P., ISQUERDO, A. N. *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p.129-142.

_____. *Dicionário contemporâneo do português*. Petrópolis: Vozes, 1992.

D'OLIM MAROTE, J. T. (org.) *Minidicionário francês/português e português/francês*. São Paulo: Ática. 5 ed., 1999.

GOUGENHEIM, G. *et al. L'élaboration du français fondamental*. (1er. degré) Paris: Didier, 1967.

KOOGAN, A., HOUAISS, A. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Delta, 1996.

***Le nouveau petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1994.**

SIGNER, R. *Dicionário brasileiro: francês-português/português-francês*. São Paulo: Oficina de Textos, 1998.

LEXICAL PATTERNS IN THE READING COMPREHENSION SECTION OF THE TOEFL TEST

Fabiana MACMILLAN¹

■ **ABSTRACT:** The TOEFL (Test of English as a Foreign Language) is currently one of the most widely accepted English language proficiency tests. Designed by the ETS (Educational Testing Service), the main purpose of the TOEFL is to determine whether the English language skills of a student applying to a North American college or university are adequate for enrollment into the selected program of study. This study will focus upon the third section of the TOEFL, Reading Comprehension, which consists of several passages followed by questions with different testing purposes. An adaptation of Hoey's (1991) analytical system for the analysis of lexical cohesion in authentic texts will be used to identify bonds connecting reading comprehension questions on the test to key excerpts in the passages they are related to. A number of sample reading comprehension questions taken from practice tests produced by the ETS will be analyzed. The analysis will focus on the relationship between the testing purpose of each question and the type(s) of lexical link involved in the identification of the correct answer.

■ **KEYWORDS:** Reading Comprehension Tests. Lexical Cohesion. Text Analysis.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Letras - Instituto de Letras - UFF - 24210-006 - Niterói-RJ, Brasil. E-mail: fabianam@canadianlineworks.ca

Introduction

The Test of English as Foreign Language (henceforth, TOEFL) is currently one of the most widely accepted English language proficiency tests. Designed by the Educational Testing Service (henceforth, ETS), the main purpose of the TOEFL is to determine whether the English language skills of a student applying to a North American college or university are adequate for enrollment into the selected program of study. In other countries, academic institutions, as well as certain independent organizations, agencies, and foreign governments have also found TOEFL scores useful. In addition, TOEFL scores are also required by a number of medical certification and licensing agencies (*TOEFL Test Score and Data Summary*, 2002-2003 Edition).

The current editions of the TOEFL, namely the computer-based and the paper-based TOEFL, consist of four separately timed sections, namely Listening Comprehension, Structure and Written Expression, Reading Comprehension, and Test of Written English. The aim of this paper is to attempt to identify lexical patterns in the third of these sections, Reading Comprehension. Although it would certainly be of interest to analyze all of the sections of the TOEFL test, it was felt that limitations of time and space would make such an ambitious endeavor fall short on grounds of feasibility.

A group of six Reading Comprehension tests taken from the *TOEFL Test Preparation Kit* produced by the ETS (2002) will be analyzed in terms of the lexical patterns connecting the texts to the questions attached to them. Each of these tests is formed by fifty questions based on five authentic texts in English. The corpus used in this study thus involves 300 reading comprehension questions.

The basic structure of the reading comprehension section is the same in both the paper-based and the computer-based versions of the test. According to the 2000-2001 Edition of the *Computer-based TOEFL Score User Guide*, the reading comprehension section in the computer-based version of the TOEFL consists of a linear test, i.e. "examinees are presented with questions that cover the full range of difficulty (from easy to difficult) as well as the content specifications designated by the test design (p.8)." In this section,

the computer selects for each examinee a combination of passages with accompanying sets of questions that meet both the content

and the statistical designs of the test. The questions are selected without consideration of examinee performance on the previous. The result is a section much like the one on the paper-based test, but each examinee receives a unique set of passages and questions (op.cit, p.8).

The following section of this paper will offer a brief general description of the Reading Comprehension section of the TOEFL as provided by ETS. This description will be followed by an outline of the system of analysis chosen to identify the lexical patterns in each test. The final two sections will discuss the results of the analysis, address its limitations, as well as introduce possible avenues for further research.

The Reading Comprehension Section of the TOEFL

According to the ETS, the Reading Comprehension Section of the TOEFL is designed to measure a student's ability to read and understand short passages in English. The test consists of several passages, each followed by questions. These passages

are about a variety of topics of general interest that are similar to the material that students read in colleges and universities in North America. In other words, the passages reflect fairly formal, objective, neutral, and usually concrete types of academic writing. The subject matter of these passages is general in nature so as not to give an advantage to specialists in particular fields of study, or people with particular kinds of background knowledge. Sufficient context is provided by the passages so that examinees who read and understand them can answer the questions without relying on subject-specific knowledge outside the passage (*TOEFL Test Preparation Kit*, p.56).

The reading comprehension questions about each of the passages serve a number of different testing purposes.² The following table that

² According to the TOEFL official web site (<http://www.ets.org/toefl/>), a new version of the test, the New Generation TOEFL, is to be launched in the United States in September, 2005. New testing purposes and question types will be added to the reading comprehension section in the New Generation TOEFL. In these new questions, test takers may be asked to demonstrate they have learned what they have read in a passage, either by filling out a table or completing a narrative summary. Examinees may also be asked to choose a correct paraphrase of a reading. Because this new version of the TOEFL has not yet been implemented, the new question types it will involve will be disregarded in this study. Therefore, all of the six tests that will be analyzed in this paper have been taken from an ETS practice kit (2002) intended to prepare students for both the paper-based and computer-based editions of the TOEFL test.

comprises each of these testing purposes is as described in the *TOEFL Test Preparation Kit* (p.56). The questions used for exemplification have been taken from different tests in the same publication.

Table 1 Testing Purposes	
1	<p><i>Identify the main topic or the main idea of the passage as a whole or of one of the paragraphs.</i></p> <p>E.g.: Which of the following statements best expresses the main idea of the passage?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. By the nineteenth century, forts were no longer used by the military. 2. Surgeons at forts could not prevent outbreaks of disease. 3. Forts were important to the development of the American West. 4. Life in nineteenth-century forts was very rough.
2	<p><i>Understand some of the details contained in the passage.</i></p> <p>e.g.: Ptarmigan keep warm in the winter by</p> <ul style="list-style-type: none"> • huddling together on the ground with other birds • building nests in trees • burrowing into dense patches of vegetation • digging tunnels into the snow
3	<p><i>Understand the relationships between the ideas in the passage.</i></p> <p>E.g.: What is the relationship between the two paragraphs in the passage?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. The second paragraph explains a term that was mentioned in the first paragraph. 2. Each paragraph describes a different approach to the display of objects in a museum. 3. The second paragraph explains a philosophy of art appreciation that contrasts with the philosophy explained in the first paragraph. 4. Each paragraph describes a different historical period.

4	<p><i>Make inferences based on information that is directly stated.</i></p> <p>E.g.: It can be inferred from the passage that early hotelkeepers in the United States were</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. active politicians 2. European immigrants 3. Professional builders 4. Influential citizens
5	<p><i>Identify the meaning of some vocabulary as it is used in the passage.</i></p> <p>E.g.: Look at the word rummage in the passage. Click on another word or phrase in the bold text that is closest in meaning to rummage.</p> <p>Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were able to handle sticks with which they could rummage in the smoldering fire without getting burned. After a forest fire they were able to search through the ashes for food and probably noticed that.</p>
6	<p><i>Understand referential relationships in a passage. This includes understanding what word a pronoun refers to as well as understanding what certain abstract concepts (e.g., "this characteristic," "this idea") refer to in the context of the passage</i></p> <p>E.g.: The word "those" in line 29 refers to</p> <ul style="list-style-type: none"> • properties • investigations • microscopes • X rays

7	<p><i>Recognize some aspects of how authors organize the information in their writing.</i></p> <p>E.g.: In what order does the author discuss various comic strips in the passage?</p> <ol style="list-style-type: none"> a. In alphabetical order by title b. In the order in which they were created c. According to the newspaper in which they appeared d. From most popular to least popular
8	<p><i>Understand why an author mentions a particular piece of information.</i></p> <p>E.g.: The author mentions the Dakota and the Ansonia in line 24 because</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. they are examples of large, well-designed apartment buildings 2. their design is similar to that of row houses 3. they were built on a single building lot 4. they are famous hotels
9	<p><i>Identify the organizational structure of a passage (e.g., compare/contrast, define, chronological sequence).</i></p> <p>E.g.: The author organizes the discussion of forts by</p> <ol style="list-style-type: none"> a. describing their locations b. comparing their sizes c. explaining their damage to the environment d. listing their contributions to western life
10	<p><i>Use the information in the passage to predict how the passage would most likely continue.</i></p> <p>E.g.: The final paragraph of the passage will probably continue with a discussion of</p> <ol style="list-style-type: none"> a. other species of forest birds b. the fragile ecosystem of Newfoundland c. what mammals live in the forests of North America d. how the Newfoundland crossbill survives with a large bill

The next section will demonstrate the system of analysis that will be used to investigate whether lexical patterns underlying the questions realizing each of these testing purposes will vary according to the testing purpose they entail.

Patterns of Lexis in the Reading Section of the TOEFL

Hoey (1991) proposed to describe a new system of text analysis based on the study of cohesion, particularly lexical cohesion. His approach to the study of lexical cohesion is distinguished from that of previous works on cohesion (e.g. HALLIDAY & HASAN, 1976) in that it focuses on observing how cohesive features combine to organize text, rather than on simply identifying and classifying these features. He offers a complete description of a system of analysis for the lexical devices of non-narrative texts, the main features of which will now be briefly described.

Hoey (1991) explains that each sentence in a text contains items that either repeat items from previous sentences or are repeated in the sentences that follow it. He establishes three points of reference as the minimal number of references for two sentences to be considered significantly connected, or *bonded*. However, he adds that in some cases three repetitions, or *links*, may not be sufficient to form a bond between two sentences. Given that the cut-off point of a text is marked by a degree of repetition cases which is above average, it is “related indirectly and uncertainly to the relative length and lexical density of the sentences of the text in question.” (op.cit, p.92)

Hoey (1991, p.51-75) identifies as *links* the kinds of lexical relation which permit repetition, as well as a small set of cohesive devices which are not lexical in nature but which also make it possible for repetition to take place. He has identified nine main types of link, namely [1] simple lexical repetition, [2] complex lexical repetition, [3] simple paraphrase, [4] complex paraphrase, [5] superordinate, [6] hyponymic repetition, [7] co-reference, [8] substitution, and [9] ellipsis. The exemplification of these features will be drawn from an authentic text in English taken from a reading comprehension test in the *TOEFL Sampler* CD-Rom produced by the ETS (2002). All the sentences are numbered for ease of reference

[1] What is it that enabled early humans to control the use of fire; first to keep a fire growing for an extended length of time and then to be successful in passing on this ability from generation to generation? [2] In order to answer this question, it may be useful to distinguish between the physical, mental, and social preconditions that were necessary. [3] No doubt such physical features as erect posture and the concomitant aptitude for carrying objects in the hand and manipulating them were essential. [4] Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were able to handle sticks with which they could rummage in the smoldering fire without getting burned. [5] After a forest fire they were able to search through the ashes for food and probably noticed that they might prolong the fire's burning by throwing branches on it. [6] Even more important, however, was the capacity to pick up burning matter and transport it to a place where it could not be extinguished by rain or wind.

[7] But this was clearly not just a matter of the physical advantages of early humans, of erect posture and having the hands free to carry something else. [8] Fetching branches for a fire implies that the individuals concerned thought about what they were doing, and knew why they were doing it. [9] Keeping a fire going implies foresight and care. [10] Wood had to be gathered, and perhaps even stored during wet periods. [11] Such activities did not come naturally to early humans; they required learning and discipline. [12] Especially when humans began to collect fuel over larger distances, they devoted part of their energy to maintaining something outside themselves, something beyond their own immediate needs. [13] This is not to say they were acting "unselfishly." [14] Tending the fire was a form of "deferred gratification" or putting off the satisfaction of immediate needs in planning for future needs, like that which was later to become an essential

ingredient in agriculture and livestock-raising. [15]
Unlike superficially similar complex activities such as nest-building by birds, it was not genetically determined but had to be learned.

According to Hoey (1991, p.53), 'Simple lexical repetition' occurs whenever "a lexical item that has already occurred in a text is repeated with no greater alteration than is entirely explicable in terms of a closed grammatical paradigm." In other words, simple lexical repetition (henceforth 'simple repetition') involves the exact repetition of a content word or its repetition with minimum alterations, such as those marking the plural form of a noun, or those marking the 3rd person singular, simple past, past participle or gerund forms of a verb.

There are a number of examples of simple repetition in the text above, one of which is the following:

Simple Repetition

[2] In order to answer this question, it may be useful to distinguish between the *physical*, mental, and social preconditions that were necessary.

[3] No doubt such *physical* features as erect posture and the concomitant aptitude for carrying objects in the hand and manipulating them were essential.

Complex lexical repetition (henceforth 'complex repetition') occurs "either when two lexical items share a lexical morpheme, but are not formally identical (as defined in our discussion of simple repetition), or when they are formally identical, but have different grammatical functions" (HOEY, 1991, p.55). One example of complex repetition in the text above is the following:

Complex Repetition

[4] Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were able to handle sticks with which they could rummage in the smoldering fire without getting *burned*.

[5] After a forest fire they were able to search through the ashes for food and probably noticed that they might prolong the fire's *burning* by throwing branches on it.

Hoey (1991) also argues that paraphrase can also serve the function of repeating. Unlike simple and complex repetition, however, instances of paraphrase repeat the idea represented by a lexical item, not its form. Simple paraphrase occurs whenever “a lexical item may substitute for another in context without loss or gain in specificity and with no discernible change in meaning” (op.cit, p.62). One example of simple paraphrase is:

Simple Paraphrase

[4] Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were able to handle sticks with which they could *rummage* in the smoldering fire without getting burned.

[5] After a forest fire they were able to *search through* the ashes for food and probably noticed that they might prolong the fire’s burning by throwing branches on it.

In common with lexical repetition, paraphrase may be either simple or complex. Hoey (1991, p.64) argues that, broadly speaking, complex paraphrase “may be said to occur when two lexical items are definable such that one of the items includes the other, although they share no lexical morpheme.” There are three basic situations to which this definition might be said to apply, namely [1] in cases of antonymous paraphrase, [2] in cases in which a link triangle is identified, and [3] in cases in which a link triangle misses an item. Antonymous paraphrase includes antonymous expressions which do not share a morpheme. E.g.:

Complex Paraphrase

[11] Such activities did not *come naturally* to early humans; they required learning and discipline.

[15] Unlike superficially similar complex activities such as nest-building by birds, it was not genetically determined but *had to be learned*.

The link triangle, Hoey (1991, p.65) explains, occurs when “the presence of two types of link creates a third,” as in the following example:

[1] What is it that enabled early humans to control the use of fire; first to keep a fire growing for an extended length of

time and then to be successful in passing on this *ability* from generation to generation?

[3] No doubt such physical features as erect posture and the concomitant *aptitude* for carrying objects in the hand and manipulating them were essential.

[4] Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were *able* to handle sticks with which they could rummage in the smoldering fire without getting burned.

Here, *ability* and *aptitude* form a simple paraphrase link, and *ability* and *able* form a complex repetition link. Therefore, *aptitude* and *able* will form a complex paraphrase. However, Hoey (1991) adds, there will be situations in which one of the elements of the triangle is missing. He argues that a link may be acknowledged between the two items present in the text if certain conditions are met: "there must be an item that is capable of paraphrasing exactly in that context one of the items and of repeating the other. In other words, the missing item has to be such that if it were to be substituted for the item it paraphrases there would be no discernible difference in our interpretation of the text." (op.cit, p.66) Thus, if, for instance, a text contains the words *teacher* and *instruction*, these may be considered to form a link, given that the missing item, *teaching*, can substitute exactly for *instruction* in this context.

Hyponymic repetition, as well as Superordinate and Co-reference, account for cases when two items are interpreted as having identical referents. Superordinate and hyponymic repetition occur when the items sharing the same referent are lexically related. Superordinate refers to a more general term, such as *primates* (Sentence 4), whereas hyponym refers to a more specific term, *humans* (Sentence 4). Co-reference, on the other hand, occurs when the two items sharing the same referent are not lexically related. Two examples of co-reference links in the text above are the following:

Co-reference

[1] *What is it that enabled early humans to control the use of fire; first to keep a fire growing for an extended length of time and then to be successful in passing on this ability from generation to generation?*

[2] In order to answer *this question*, it may be useful to distinguish between the physical, mental, and social preconditions that were necessary.

[1] What is it that enabled *early humans* to control the use of fire; first to keep a fire growing for an extended length of time and then to be successful in passing on this ability from generation to generation?

[8] Fetching branches for a fire implies that *the individuals concerned* thought about what they were doing, and knew why they were doing it.

The eighth type of link, Substitution, is realized by textual, rather than lexical items. These items are grammatical members of closed systems whose function is to stand in, or substitute for, lexical items. In Hoey's (1991) categorization, substitutes include personal pronouns, demonstrative pronouns and modifiers. The same category also includes *one* when used as a nominal head and modified in some way. This can be seen in *the first one* and *another one*; *do* in (*do it/the same/this/likewise/so*); the clausal *so*, as in *they said so*; and the demonstrative modifiers (*an*)*other*, (*the*) *other*, (*the*) *same*, *different* and *similar*. One example of a Substitution link in the text above is the following:

Substitution

[15] Unlike superficially similar complex activities such as nest-building by birds, *<it>* [*tending the fire* – sentence 14] was not genetically determined but had to be learned.

Finally, Ellipsis is described by Hoey (1991, p.74) as “the absence of some required stretch of language that has to be supplied by the listener or reader to make sense of the sentence encountered.” E.g.:

Ellipsis

[2] In order to answer this question, it may be useful to distinguish between the physical, mental, and social preconditions that were necessary [*for early humans to be able to control fire*].

Hoey (1991, p.74) adds that “ellipsis has to be accounted for whether or not it gives rise to grammatical incompleteness, when we

consider the ways in which we may produce sub-texts from the non-narrative texts we analyse.”

These examples for Substitution and Ellipsis demonstrate that certain links are realized by non-lexical cohesive features including pronouns and determiners. In terms of these items, Hoey (1991, p.42) argues that: “while connecting certain sentences, obscure the connections between other sentences.” Thus, in order to allow for a thorough analysis to be carried out, all sentences in the text must be effectively rendered contextually more neutral. This may be done by replacing non-lexical cohesive features, as well as ellipsis, with the full forms for which they are a shorthand. To exemplify, an adapted/formatted version of an excerpt of the text above may appear as follows (full forms are in square brackets):

[5] After a forest fire <they> [early humans] were able to search through the ashes for food and probably noticed that they might prolong the fire’s burning by throwing branches on it.

[6] Even more important [than the ability to search through the ashes for food and notice they might prolong the fire’s burning by throwing branches on it – sentence 5], however, was the capacity to pick up burning matter and transport it to a place where it could not be extinguished by rain or wind.

Hoey’s (1991) system was originally devised to identify the links bonding both adjacent and non-adjacent sentences within mainstream non-narrative texts. However, the same system may be applied to identify bonds between reading comprehension questions and the sentences in the text containing the answers to them (BATISTA, 2002). To exemplify, consider the following reading comprehension questions about the text above, also taken from the *TOEFL Sampler* CD-Rom produced by the ETS (2002):

In paragraph 2, the author suggests that the controlling of fire by early humans

- a. was based on instinct
- b. was made difficult by their posture
- c. required the ability to plan ahead
- d. was ‘unselfish’ behavior

This question type realizes the second testing purpose presented in Section 2 above, namely “to understand some of the details contained in the passage.” Each of the options can be joined to the question to form a statement, the validity of which can be assessed by means of the identification of a considerable number of links bonding it to one or more sentences in the excerpt indicated in the question, namely paragraph 2, which is formed by Sentences 7 to 15. The statement formed by option *c* above is that which contains the largest number of links connecting it to sentences in this excerpt, as demonstrated below:

The author suggests^A that the controlling of fire^B by early humans^C required the ability to plan ahead^D.

[8] Fetching branches for a fire^B implies^A that the individuals concerned^C thought about what they were doing, and knew why they were doing it.

[9] Keeping a fire going^B implies^A [that the individuals concerned demonstrated] foresight^D and care.

The statement formed by option *c* is bonded to sentence 8 in the text by means of four links, namely (A) *suggests – implies* (simple paraphrase), (B) *controlling of fire – fetching branches for a fire* (superordinate), (C) *early humans – the individuals concerned* (co-reference), and (D) *plan – thought about* (simple paraphrase). The statement is also bonded to sentence 9 through the four following links: (A) *suggests – implies* (simple paraphrase), (B) *controlling of fire – keeping a fire going* (superordinate), (C) *early humans – Ø* (ellipsis of *the individuals concerned*), and (D) *plan ahead – foresight* (complex paraphrase).

In the example above, a bond connecting the question (with its embedded statement formed by the right option) to the assigned excerpt in the text was marked by a number of different kinds of links, the most frequent of which in this case is paraphrase. However, other questions will involve the identification of a single kind of link, as in the following selected examples³:

3. Look at the word them in the passage. Click on the word or phrase in the bold text that them refers to.

No doubt such physical features as erect posture and the concomitant aptitude for carrying objects in the hand and manipulating them were essential.

4. Look at the word **rummage** in the passage. Click on another word or phrase in the bold text that is closest in meaning to **rummage**.

Even before humans could make fires themselves, one of the advantages that they (and possibly other primates as well) had over other animals was that they were able to handle sticks with which they could **rummage** in the smoldering fire without getting burned. After a forest fire they were able to search through the ashes for food and probably noticed that they might prolong the fire's burning by throwing branches on it.

5. Look at the word **it** in the passage. Click on the word or phrase in the bold text that **it** refers to.

Tending the fire was a form of “deferred gratification” or putting off the satisfaction of immediate needs in planning for future needs, like that which was later to become an essential ingredient in agriculture and livestock-raising. Unlike superficially similar complex activities such as nest-building by birds, **it** was not genetically determined but had to be learned.

Questions 3 and 5 realize the sixth testing purpose introduced in the previous section, namely “understand the referential relationships in a passage.” In both questions the student is asked to identify a substitution link, the former within the same sentence (*objects – them*), and the latter within adjacent sentences (*tending the fire – it*). In Question 4, realizing the fifth testing purpose introduced in Section 2 above, the student is asked to identify a simple paraphrase link (*rummage – search though*).

³ Questions 1 and 2 the test referred to were not considered relevant to purpose of this research.

Questions which require the student to add a given sentence to the text, as in Question 6 below, can be associated with the third testing purpose, discussed previously, namely “understand relationships between ideas in the passage.” Question 6 involves the identification of a bond connecting a suggested sentence with one of eight option sentences marked by squares in the text:

6. The following sentence can be added to Paragraph 2.

On the contrary, in caring for the fire they were also caring for themselves.

Where would it best fit in the paragraph? Click on the square (■) to add the sentence to the passage (Sentences 7 to 15 in example text printed on page 7).

Sentence 13 is the one which contains the largest number of links bonding it to the sentence to be added, as demonstrated below:

[13] <This> [The fact that early humans^A would collect fuel over larger distances^B and devote part of their energy to maintaining something outside themselves^C, something beyond their immediate needs – sentence 12] is not to say^D <they> [early humans] were acting “unselfishly.”

On the contrary^D, in caring for the fire^B they^A were also caring for themselves^C.

The sentence which is supposed to be added to the text supports the idea presented in Sentence 13 by explaining why one should not assume early humans were acting unselfishly by devoting part of their energy to maintain something which was beyond their immediate needs. The main kind of link bonding these sentences is the paraphrase. Simple paraphrase was used to repeat the ideas in Sentence 13 marking the theme, or point of departure (HALLIDAY, 1994), of the sentence to be added (*this is not to say – on the contrary*). Complex (antonymous) paraphrase (*maintaining something outside themselves – caring for themselves*) was used to highlight the rheme, or the new information (LOCK, 1996), of the sentence to be added. The apparently opposing

ideas emphasize the goal-achievement relation between both sentences. Rather than being their ultimate goal, caring for the fire was actually the means early humans found to achieve their actual goal: Caring for themselves.

One last question type in the test used here for exemplification, Question 1 below, requires students to identify the main idea in the text, and thus realizes the first testing purpose as described by the ETS (2002, p.56):

1. Which of the following is the main topic of the passage?
 - a. The positive effects of forest fires on early humans.
 - b. Early indications of superior human intelligence.
 - c. Characteristics that made it possible for early humans to control fire.
 - d. Environmental conditions that threatened the survival of early humans.

This kind of question, Enright et al. (2000, p.14) argue, “is likely to require cycling through and integrating a range of information from various points in the text.” They add that tasks that are intended to test basic comprehension might require examinees to distinguish main ideas from minor ideas or inferring the main topic. It follows that questions of this type are likely to require the identification of a number of different links connecting the right option to different points in the text.

The first few sentences in the text above, for instance, might lead one to suppose the right answer to Question 1 is option *c*, namely “characteristics that made it possible for early humans to control fire.” However, a more careful analysis of the text as a whole shows that there is a larger number of direct and indirect references in the text to the idea put across in option *b*, “early indications of superior human intelligence.” The five content words in option *b* form links with all but two sentences in the text, as Table 2 demonstrates. The first item in each pair is from option *b*; the second item is from the numbered sentence.

Table 2 - Lexical Links in “Early Humans” text

Sentence #	Links
1	Simple repetition: early – early Complex repetition: human – humans
2	Ellipsis: early – Ø Ellipsis: human – Ø Complex paraphrase: intelligence – mental
3	
4	Complex repetition: human – humans Complex paraphrase: superior – advantages
5	Substitution: early – they Substitution: human – they Complex paraphrase: intelligence – noticed
6	Ellipsis: intelligence – Ø
7	Simple repetition: early – early Complex repetition: human – humans Complex paraphrase: superior – advantages
8	Complex paraphrase: indications – implies Complex paraphrase: intelligence – thought
9	Complex paraphrase: indications – implies Complex paraphrase: intelligence – foresight
10	
11	Simple repetition: early – early Complex repetition: human – humans Complex paraphrase: intelligence – learning
12	Complex repetition: human – humans
13	Substitution: early – they Substitution: human – they
14	Complex paraphrase: intelligence – planning
15	Ellipsis: early – Ø Ellipsis: human – Ø Complex paraphrase: superior – complex Complex paraphrase: intelligence – learned

Table 2 shows that in Question 1, as occurred in questions 2 and 6, paraphrase predominates and is, therefore, the main kind of link used to connect the right option to key excerpts in the text. Note that questions 1, 2 and 6 in this test are precisely the ones that do not involve a single specific kind of link, as occurred in questions 3, 4 and 5, involving substitution, paraphrase, and substitution links respectively. This fact suggests that there might be a lexical pattern underlying each type of question in the reading comprehension section of the TOEFL. Analogous to this hypothesis is the possibility of associating reading comprehension tests in the TOEFL to Hoey's (2001) definition of a discourse colony.

According to Hoey (2001, p.75) "a colony is a discourse whose component parts do not derive their meaning from the sequence in which they are placed." In other words, unlike mainstream or continuous prose texts, the parts of a discourse colony may be jumbled without affecting overall meaning. Among the numerous text types which conform to this definition, Hoey (2001) mentions exam papers, criminal statutes, and telephone directories. He explains that the crucial point associating these discourse types to the working definition of a colony is that in none of them are the component parts dependent on their neighbors for meaning. To exemplify, Hoey (op.cit, p.75) mentions that "the function and meaning in a telephone directory is obtained from its place in the whole, not its place in a sequence." In the case of reading comprehension tests, the questions may be jumbled without affecting the function or meaning of the tests as a whole.

Hoey (2001) further suggests that the component parts to discourse colonies are connected by lexical cohesion. He notes, for instance, that the sections in criminal statutes are frequently, and almost exclusively, connected by heavy lexical repetition. The brief analysis of the test above suggests that reading comprehension tests within the TOEFL similarly derive their texture, or unity with respect to their environment, by means of lexical cohesion (HALLIDAY & HASAN, p.1976). As previously mentioned, the same analysis suggests that lexical patterns may be identified according to question type. In order to check this hypothesis, a group of six reading comprehension tests taken from the *TOEFL Test Preparation Kit* produced by the ETS were analyzed in terms of the lexical patterns connecting the texts to the questions attached to them. The following section will briefly discuss the results of the analysis.

Analysis and Discussion

The analysis of the six reading comprehension tests in the *TOEFL Preparation Kit* suggests that two testing purposes, 5 and 6, almost invariably involve the identification of a single type of lexical link. The fifth testing purpose presented by the ETS, "identify the meaning of vocabulary," accounts for about 30% of the questions in the corpus. Most of these questions require that the student identify a simple paraphrase link, connecting a given word in the passage, with one of the words given as options, as in the following example. The location of the questions that are used for exemplification hereafter is given in brackets. The letter refers to the test from which the question was taken: A, B, C, D, E, or F. The first number, within hyphens, refers to the text to which the question is attached: 1, 2, 3, 4, or 5. The last two numbers, 01 to 50, refer to the number of the question within that test. Whenever necessary, formatted versions (as demonstrated in Section 3 above) of the sentences referred to in the questions are given in italics.

(A-1-03)

The word "dictates" in line 8 is closest in meaning to

- a. reads aloud
- b. **determines**
- c. includes
- d. records

*For example, sometimes the shape or veining in a piece of stone or wood suggests, perhaps even **dictates**, not only the ultimate form, but even the subject matter.*

A small number of questions, however, will require the student to identify the meaning of a clause rather than a word or phrase, as in the following example:

(C-2-14)

What does the author mean by stating that "The **dulotic species of ants^A** . . . are the supreme social **parasites^B**" (line 5)?

- a. The Polyergus are more highly developed than the Formica.
- b. The Formica have developed specialized roles.
- c. **The Polyergus^A are heavily dependent^B** on the Formica.

d. The Formica do not reproduce rapidly enough to care for themselves.

In this case, the correct option is linked to the selected excerpt of the passage by a co-reference link (*The dulotic species of ants – The Polyergus*), in addition to the paraphrase link characteristic of the question's testing purpose, here between *parasites* and *heavily dependent*.

The sixth testing purpose, "understand the referential relationships in the passage," accounts for nearly 10% of the questions in the corpus. Almost all of the questions in the corpus, realizing this testing purpose, involve the identification of a substitution link connecting one of the options to a given sentence in the passage, as in the following:

(F-1-02)

The word "they" in line 5 refers to

- a. track's
- b. trains
- c. freight, mail, and passengers
- d. steamboats, wagons, stagecoats

This meant that wagon freighting, stagecoaching, and steamboating did not come to an end when the first train appeared: rather they became supplements or feeders.

One example of a question realizing the same testing purpose in this corpus, however, involves the identification of a co-reference link, rather than the usual substitution link.

(B-1-01)

The word "medium" in line 5 could be used to refer to

- a. stone or wood
- b. mallet or chisel
- c. technique
- d. principle

Implicit in it> [the direct carving technique] is an aesthetic principle as well: that the medium> [the stone or wood used by carvers] has

certain qualities of beauty and expressiveness with which sculptors must bring their own aesthetic sensibilities into harmony.

All of the other testing purposes realized by the questions in this corpus involve the identification of a number of different types of link, connecting a given excerpt of the passage, to the right option. However, the analysis suggests that certain kinds of link are more frequently used, or are central to the identification of the correct option, in questions realizing given testing purposes. For instance, paraphrase links seem to predominate in questions realizing the first and second testing purposes described by the ETS, namely, “identify the main topic or the main idea of the passage as a whole or of one of the paragraphs,” and “understand some details contained in the passage,” respectively.

Hoey (1991, p.113) claims that sentences having a level of bonding (usually marked by a minimum of three links) which is above average might be regarded as central to the development of the theme(s) of a text. However, reading comprehension questions requiring examinees to identify the main theme of a passage or paragraph sometimes offer options, which involve less than two content words. Thus, the correct option in questions realizing this testing purpose would mainly involve words, which individually connect with other words in the largest number of sentences in the passage. Consider the following example in this corpus:

(F-2-11)

What does the passage mainly discuss?

- a. The efforts of early humans to care for herds of animals
- b. The development of writing
- c. The beginnings of mathematics
- d. Similarities in number sense between humans and animals

All of the options contain words that link with at least one sentence in the passage the question is attached to. The two content words (beginnings, mathematics) in option *c*, however, independently link with words in all of the 11 sentences in the passage, as demonstrated by Table 3 below.

Table 3 - Lexical Links in Questions F-2-11

Sentence #	Links
1	Complex paraphrase: beginnings – earliest Simple repetition: mathematics – mathematics
2	Complex paraphrase: beginnings – developed Complex paraphrase: mathematics – counting
3	Complex paraphrase: beginnings – came about Substitution: mathematics – it
4	Complex paraphrase: beginnings – prehistoric Complex paraphrase: mathematics – number sense
5	Simple paraphrase: beginnings – evolution Complex paraphrase: mathematics – counting
6	Complex paraphrase: beginnings – earliest Complex paraphrase: mathematics – count
7	Complex paraphrase: mathematics – count
8	Complex paraphrase: mathematics – counts
9	Complex paraphrase: beginnings – later Complex paraphrase: mathematics – number
10	Complex paraphrase: beginnings – later Complex paraphrase: mathematics – numbers
11	Complex paraphrase: beginnings – development

Note that all but two of the links, which the words in the right option form with terms in the passage, are paraphrase links. Paraphrase links are equally frequent in questions whose purpose is to test an examinee's ability to understand details in the passage, as in the example below:

(D-2-14)

According to the author, the steel wires used to make barbed wire are specially processed to

- a. protect them against rust
- b. make them more flexible
- c. prevent contraction in cold weather
- d. straighten them

As previously discussed in Section 2, questions realizing this testing purpose usually involve the combination of the wording in the question to that in the right option, in order to form a statement which should connect with an excerpt in the passage by an above average number of links. The statement formed by the right option in this question, option *a*, bonds with the eighth sentence in the passage, as demonstrated below:

The steel wires^A used to make barbed wire^B are specially processed^C to protect them against rust^D.

The steel wires^A used [to make modern barbed wire^B] are galvanized^C — coated with zinc to make them rustproof^D.

The element in the statement corresponding to option *a*, “protect them against rust” forms a simple paraphrase link with “make them rustproof” in sentence 8.

In a smaller number of cases in this corpus, however, questions realizing Testing Purpose 2, involve the identification of repetition links rather than paraphrase, as in the following:

(D-1-08)

According to the passage, what made it almost impossible for other groups to conquer the Anasazi?

- a. The political and social organization of the Anasazi
- b. The military tactics employed by the Anasazi
- c. The Anasazi’s agricultural technology
- d. The natural barriers surrounding Anasazi villages

Here, the statement formed by the correct option, option *a*, bonds with the last sentence in the passage by means of simple repetition links:

The political and social organization of the Anasazi made it almost impossible for other groups to conquer the Anasazi.

The cohesive and political social organization of the Anasazi made it almost impossible for other groups to conquer them.

Note that these two questions have different levels of difficulty.

In the review section of the *TOEFL Practice Kit* (p.336), the former question is rated as medium difficulty, whereas the latter is rated as easy. This fact suggests that the level of difficulty of a question might be marked by the type of lexical link required to successfully answer it. Thus, the identification of a paraphrase link would represent a higher level of difficulty; the identification of a repetition link, a lower level of difficulty.

Very few questions clearly representing testing purposes 3, 7, 9 and 10 were found in this corpus. Questions realizing these testing purposes, when combined, account for no more than 1% of the total questions in the corpus. Therefore, the lexical links connecting these questions with excerpts in the passages they refer to could not be considered as representative of a pattern.

Questions realizing the fourth testing purpose, “make inferences based on information directly stated,” account for around 8% of the questions in the corpus. In common with those reflecting testing purposes 1 and 2, these questions tend to mainly require the identification of both repetition and paraphrase links. Thus, the following example might be considered:

(B-3-24)

It can be inferred that railroad refrigerator cars came into use

- a. before 1860
- b. before 1890
- c. after 1900
- d. after 1920

The term ‘railroad refrigerator cars’ figures in only of the sentences in the passage. This sentence is immediately followed by a sentence that mentions the 1890’s. A simple paraphrase link between the words *before* and *by* identifies option *b* as the correct option as demonstrated below:

Railroad refrigerator cars^A came into use before^B 1890^C.

Railroad refrigerator cars^A enabled growers and meat packers to ship perishables great distances and to preserve them for longer periods. Thus, by^B the 1890’s^C, northern city dwellers could enjoy southern and western strawberries, grapes, and tomatoes, previously available for a month at most, for up to six months a year.

Questions realizing the eighth testing purpose, “understand why an author mentions a particular piece of information,” concern the function of a given statement in relation to its adjacent context; in this corpus, this would involve the one or two sentences that precede the sentence in question. Thus, in a number of cases, the options offered will involve such verbs as “describe”, “compare”, “explain”, “illustrate” and “emphasize”, as in the following question:

(E-5-49)

Why does the author mention the Virgo galaxy and the Andromeda galaxy in the third paragraph?

- a. To describe the effect that distance has on visibility
- b. To compare the ages of two relatively young galaxies
- c. To emphasize the vast distances of the galaxies from Earth
- d. To explain why certain galaxies cannot be seen by a telescope

The author of the passage in question mentions the Andromeda galaxy in the third sentence, in the third paragraph, and the Virgo galaxy in the last sentence in the same paragraph. These sentences, here transcribed in their formatted version, together with the one sentence that immediately precedes each, bond with the statement formed by option *c* as demonstrated below:

The author mentions the Virgo galaxy^A and the Andromeda galaxy^B to emphasize^C the vast^D distances^E of the galaxies^F from Earth^G.

By comparison with <these familiar yardsticks> [terrestrial distances expressed as intervals of time], the distances^E to the galaxies^F are incomprehensibly^C large^D, but they too are made more manageable by using a time calibration, in this case, the distance that light travels in one year.

On <such a scale> [one light year] the nearest^F giant spiral galaxy, the Andromeda galaxy^B, is two million years away^E.

<Their> [of the most^C distant^E luminous objects seen by

*telescopes/ light was already halfway here before the **Earth^a** even formed.*

*The light from the **nearby^e** > [from **Earth^a**] **Virgo galaxy^a** set out when reptiles **still^f** dominated the animal world.*

Note that evaluative words denoting emphasis, marked with the letter C, were here considered to form a complex paraphrase link with the verb “emphasize” in option c. Other paraphrase links identifying option c as the correct answer to the question are *distances – away*, and *distances – nearby*.

A larger number of questions realizing the eighth testing purpose in this corpus, however, concern statements in the passage that serve as an exemplification of an idea put forward in previous sentences, as in the following:

(B-2-13)

The author mentions kinglets in line 9 as an example of birds that

- a. protect themselves by nesting in holes
- b. nest with other species of birds
- c. nest together for warmth
- d. usually feed and nest in pairs

The author mentions kinglets in the last sentence of the first paragraph in the passage. This sentence, as well as the sentence that immediately precedes it, bond with the statement formed by option c, as demonstrated below:

***Kinglets^a** are an example of **birds^b** that **nest^c together^d** for **warmth^e**.*

*Body **contact^d** **reduces^f** the surface area exposed to the cold air, so the **birds^b** keep each other **warm^e**.*

*Two **kinglets^a** **huddling^c together^d** were found to **reduce^f** their **heat^e** losses by a quarter, and three together saved a third of their heat.*

Once again, paraphrase links predominate.

Very few questions clearly representing testing purposes 3, 7, 9 and 10 were found in the tests analyzed in this study. Questions realizing these testing purposes, when combined, account for no more than 1% of the questions in the corpus. Therefore, the lexical links connecting these questions with excerpts in the passages they refer to could not be considered as representative of a pattern.

Conclusion

The analysis of the six reading comprehension practice tests in the *TOEFL Preparation Kit* seems to confirm the hypothesis that given testing purposes involve the identification of specific types of lexical links. The analysis in certain cases also suggests that the difference in the type of link, connecting the right option to key excerpts within the passage in question, accounts for the level of difficulty of a question. However, the results reached in this study may be considered as no more than initial, given that the number of questions realizing certain testing purposes in the corpus proved to be unrepresentative.

Clearly, further research involving larger corpora is needed to provide further evidence that lexical patterns underlying reading comprehension questions in the TOEFL can be identified. Care should be taken, however, that such corpora include a representative number of questions realizing all of the basic testing purposes in the Reading Comprehension Section on the TOEFL. More importantly, it is necessary to investigate the extent to which EFL learners might benefit from the explicit teaching of these patterns.

Padrões lexicais na seção de leitura e compreensão do TOEFL

■ **RESUMO:** *O TOEFL (sigla em inglês para Teste de Inglês como Língua Estrangeira) é atualmente um dos mais amplamente aceitos testes de proficiência em inglês ao redor do mundo. Elaborado pela ETS (sigla em inglês para Serviço de Testes Educacionais), o principal objetivo do TOEFL é determinar se as habilidades lingüísticas em inglês de*

um candidato estrangeiro a universidades e faculdades norte-americanas são adequadas para sua admissão ao curso pretendido. O objeto deste estudo é a terceira seção do teste, Leitura e Compreensão de Textos, que consiste em várias passagens em inglês seguidas de perguntas com diferentes propósitos avaliativos. Uma adaptação do sistema de análise de elementos coesivo-lexicais proposto por Hoey (1991) será usada com o objetivo de identificar laços coesivos unindo questões de leitura e compreensão a pontos-chave nas passagens a que se referem. Questões de leitura e compreensão retiradas de testes práticos para o TOEFL produzidos pela ETS serão analisadas especificamente quanto à relação entre seus propósitos avaliativos e os tipos de laços coesivos envolvidos na identificação das respostas corretas.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** *Testes de Leitura e Compreensão. Coesão Lexical. Análise do Texto.*

References

BATISTA, F.M. *Investigating Reading Strategies Using Think Aloud Protocols*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

Computer-Based TOEFL Score User Guide. ETS, 2000-2001 Edition.

ENRIGHT, M.K. et al. *TOEFL 2000 Reading Framework: A Working Paper*. TOEFL Monograph Series, April 2000.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. (2nd ed). London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K and HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HOEY, M. *Patterns of Lexis in Text*. Oxford: OUP, 1991.

_____. Textual Interaction. London: Routledge, 2001.

LOCK, G. Functional English Grammar. Cambridge: CUP, 1996.

TOEFL Test Preparation Kit and TOEFL Sampler CD-Rom. ETS, 2002.

TOEFL Test Score and Data Summary. ETS, 2002-2003 Edition.

LEITURA, LITERATURA E TRADUÇÃO: A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUAS NÃO-MATERNAS

Sérgio Flores PEDROSO¹

■ **RESUMO:** Neste artigo, a leitura em língua não-materna é abordada pela via do lugar que a literatura ocupa em livros didáticos de espanhol e mais concretamente através do gênero narrativa. A interpretação e a consideração da tradução no processo de ensino de línguas não-maternas em geral e da leitura em particular fazem parte dos aspectos problematizados em torno da relação literatura/ensino. Isso porque a premissa de que deriva este trabalho é que a língua materna gerencia toda aproximação de outra língua, sendo que isso envolve os componentes ideológicos da linguagem.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística Aplicada. Análise do discurso. Ensino de língua estrangeira. Espanhol.

Introdução

A leitura está longe de ser assunto esgotado na pedagogia das línguas não-maternas (LNM). O interesse em sua abordagem e

¹ Departamento de Letras, Espanhol e Literatura – Instituto de Linguagens (UF) - Brasil.
E-mail: serflope@terra.com.br.

reformulações parece dever-se a considerações de vários tipos que atravessam os questionamentos que são feitos ao processo de ensino no que diz respeito ao sujeito, ao processo cognitivo em si, ao conceito de linguagem, de texto, à participação do social - história, ideologia, cultura -, e a tantos outros aspectos considerados participantes da construção do conhecimento.

A leitura e o tratamento — mediado pelos livros didáticos (LD) — que o ensino de LNM dá à literatura serão discutidos a seguir. O debate será à luz das concepções dos termos mencionados no primeiro parágrafo e da leitura e da literatura propriamente ditas. Uma abordagem assim envolve desdobramentos e esses levam ao esboço de uma proposta de trabalho com o literário em LNM, concretamente no ensino de espanhol, cuja explicitação foi incluída na parte de análise de dados deste artigo.

Leitura, literatura e tradução

A leitura em LNM é assumida neste artigo como processo interpretativo cuja base é contrastiva. Não se trata, contudo, do contrastivo que na história do ensino de LNM se justificava como expediente para determinar os aspectos de afastamento e de maior proximidade entre as línguas em função da antecipação de eventuais resistências à aprendizagem. Essa concepção, segundo Dabène (1998, p. 393) era que as dificuldades de aprendizagem dependiam exclusivamente disso.

Trata-se, isto sim, de uma concepção do contrastivo em que a língua materna (LM) é considerada constitutiva de toda aproximação de uma LNM porque ela é fundadora da estruturação psíquica do sujeito (REVUZ, 1998, p. 217). A LM não é instrumento, é o lugar inaugural do saber e através dela se reorganizam e adaptam os saberes em outras línguas, numa base em que o componente sócio-histórico é o fundamento do caráter relacional que constitui a abordagem de toda LNM.

A relação que se estabelece com a LNM no processo de aprendizagem se dá num percurso de idas e vindas que torna possível o desestranhamento de um modo de significar diferente. A pertinência desse fluxo entre um dentro e um fora da língua primeira é justificado pela perspectiva de utilização desse modo de significar respeitando estratégias de formulação que se apresentam padronizadas e fazem parte, por isso, do repetível.

As maneiras comuns de formular são facilmente detectáveis quando na sua observação prevalece a forma. Entretanto, o comum é que a enunciação se processe num patamar de implícitos apenas inteligíveis para o conjunto de usuários da língua em que ela se desempenha como primeira ou materna. A via pedagógica, um longo período de imersão ou ambas as condições conjugadas têm se apresentado como o expediente que supre — sempre parcialmente² — esse determinante fator identitário coletivo.

A literatura, enquanto lugar por excelência do trabalho lúdico com a linguagem (ORLANDI, 1983, p. 85), é exemplar nesse equacionamento de implícitos em função da produção de sentidos visando ao estético. Nesse processo, os elementos constitutivos vernáculos são prevaletentes no processo de construção de sentidos. Os elementos valorativos que constituem esse processo estão localmente delimitados pela geografia, a classe ou o grupo social e as representações de si e do que esta classe ou grupo considera heterogêneo. Esse modo de significar está determinado pela história e pela maneira como ela se explicita no plano social enquanto prática: a ideologia e a cultura.

Os elementos constitutivos acima referidos e os pontos de ancoragem geográfico, grupal e imaginário constituem o espaço em que se produz o discurso, cujos limites se caracterizam pela mobilidade. Tal espaço resulta de um processo contraditório de reformulação-paráfrase cuja pertinência é dada pela existência de um nexu discursivo que se desempenha como dominante (PECHEUX, 1988; SERRANI, 1998). Dentro desse espaço, a que se chama formação discursiva, encontram-se as marcas que tornam possível o auto e mútuo reconhecimento identitário através da linguagem e a partir do qual todo trabalho com o simbólico é processado.

Assim, o esforço por aceder a uma construção diferente de sentidos não tem como contornar o recurso à língua primeira para sua execução. A LM está na base de todo esforço de naturalização/adequação para que o recorte discursivo em LNM possa existir enquanto acontecimento significativo. Isto, quer seja privilegiando o aspecto perceptivo do uso lingüístico — a interpretação (leitura, compreensão auditiva) —, quer seja focalizando o seu lado produtivo: a produção oral e escrita.

A comparação que visa às equivalências apresenta-se assim como recurso expedito, produtivo e único. A paráfrase é, por isso, o recurso a partir do qual as equivalências são construídas e, em consequência, torna

visível o processo interpretativo. Até hoje, esforços por desabonar ou ignorar o contrastivo têm conseguido ser relativamente eficazes em se impor. Os do primeiro tipo têm sido feitos pela via de uma quase demonização quando a língua primeira — aqui considerada referência indispensável na aproximação das LNM — se explicita nas práticas pedagógicas. Os que desconsideram o relacional entre as línguas esforçam-se em reproduzir o irrepetível: o processo de inscrição do sujeito na língua materna.

A prática discursiva genérica que este trabalho enfoca é a leitura. Através da sua abordagem, acessam-se mecanismos processuais que a constituem e conformam o que se conhece como interpretação (ORLANDI, 1996, p.21). A essência do processo interpretativo, no que tange à LNM, é a comparação a que tenho feito referência. A este aspecto soma-se a literatura como foco de interesse. Sua singularidade, para os efeitos da vertente discursiva dos estudos da linguagem, consiste no trabalho com o particular que imprime identidade (MILLER apud KRAMSCH, 1993, p.131). A literatura estrangeira apresenta chaves que permitem acessar as diferenças individual e coletiva. O seu processamento se dá através de um esforço comparativo em busca de uma certa transparência favorável à interpretação.

A escrita oferece duas possibilidades que são próprias dos mecanismos antecipatórios que operam no uso da linguagem (ONG, 1982) tanto nas LNM quanto na LM: o retorno na horizontalidade do texto e o recurso à transversalidade intertextual com uma disponibilidade de tempo que a oralidade não concede. No caso da leitura em LNM, essas duas possibilidades se processam e assentam na língua de inscrição primeira do sujeito. É por isso que se trata de um processo contrastivo e necessariamente feito nos moldes da tradução.

A tradução é concebida aqui como processo interpretativo de atribuição de sentidos, que evidencia para o aprendiz os percursos de idas e vindas de uma língua à outra dentro do processo de tornar significativo numa língua o que foi enunciado a partir de valores que, próximos ou distantes, têm como característica o fato de serem diferentes porque emergem de uma prática social que se assenta sobre outro recorte do real.

² Isso porque o recorte desse todo de valores conceituais e equacionamentos formais a que se teve acesso não faz parte da inscrição primeira do sujeito na linguagem, dos modos de dizer e dos efeitos emocionais que decorrem deles.

Autores de filiações teóricas distantes entre si na concepção da linguagem, porém, não desconsideram de maneira alguma a tradução como interpretação e adequação. São os casos — e vou apenas colocar exemplos — daqueles que consideram a linguagem como código, entre os quais se encontram Jakobson (1971), Mounin (1975), Nida (1993) e Larson (1998).

Entre os pesquisadores que consideram que a linguagem existe para a construção de sentidos — e por isso focalizam a textualidade —, encontram-se Steiner (1978), Catford (1980), Arrojo (1986) e Venuti (1994).

O caráter de ferramenta interpretativa principal na relação entre línguas não tem impedido, contudo, que a tradução continue sendo estigmatizada por inscrições teóricas que usufruem de hegemonia no ensino de LNM. A tradução, apesar disso, prossegue na sombra subsidiando generosamente o processo interpretativo — quer daqueles que lhe reconhecem o mérito, quer daqueles que lhe ignoram a função — na relação que se estabelece com as LNM.

Não é a tradução o recurso mais importante que a ferramenta contrastiva fornece. Antes, é através dela que se dá o processo contrastivo que constitui a interpretação de um texto numa língua que não é materna ou primeira. Note-se que falo em *interpretação de um texto numa língua* e não em *interpretação numa língua*. Isto porque considero fora de questão uma idéia limite que tem balizado a história do ensino de LNM que defende a possibilidade de conseguir que os estudantes pensem numa LNM. Isto porque aqui está sendo fundamentado o papel protagônico da LM na aproximação de outra língua quando essa aproximação é feita a partir de um patamar concebido além da forma.

A concepção discursiva da linguagem assume seu objeto menos como forma do que como substância ideológica, cultural, histórica e, por isso, socialmente constituída. Esses aspectos são também os que gerem as antecipações possíveis — leia-se as interpretações — e as comparações necessárias com o que se conhece do outro modo de simbolizar. Por isso é preciso levar em conta que os sentidos não são construídos sem operar com valores e esses resultam de práticas sociais com histórias diferenciadas. Esse arcabouço teórico torna produtivo o trabalho didático com a literatura no ensino de LNM porque focaliza aspectos que, em geral, a abordagem comunicativa desconsidera.

A abordagem comunicativa tem se mostrado tão atrelada às propostas do LD, que — como comenta Grigoletto (1999, p.68) — professores e alunos se encontram unidos no papel de usuários dessa espécie de programa paralelo. Acompanhando a massificação do acesso ao ensino de LNM, o LD tem funcionado suprindo necessidades do professor no seu desempenho, ganhando protagonismo e tornando-se indispensável no processo pedagógico.

A influência do LD tem atingido tal alcance, que é referência para determinar o quê, como e quando ensinar. Ele homogeneiza o público, comuniza interesses e desconsidera o principal lugar do heterogêneo na pedagogização de uma relação entre línguas que dá prioridade ao social através do (inter)cultural. Considerar criticamente o LD, por isso, não é pouco importante. Ele representa o projeto maior onde todos os materiais estão articulados em função da sua proposta de prática pedagógica. Essas suas características justificam a necessidade de abordá-lo criticamente.

No caso do ensino de espanhol, a presença da literatura nesses materiais didáticos se dá principalmente através da narrativa como gênero, o que não exclui outros dentro do mostruário que apresentam. Isso, no meu parecer, deve-se ao fato de que a narrativa aparenta se afastar menos do uso comum das línguas, o que é sustentado pelo pressuposto de transparência da linguagem, da remissão direta da linguagem ao mundo. Esse parece ser um dos motivos da recorrência de recortes desse gênero. Entretanto, um dos traços de maior relevo do literário é a distância do uso cotidiano da linguagem.

Em geral, o recurso ao literário nos LD parece envolver três propósitos: ilustra o uso da língua do ponto de vista formal, exercita a *interpretação de textos* (concebidos) *numa LNM*, por via de regra apagando o componente tradutório, e representa uma parcela do conteúdo *cultural* em rigor com a tradição do ensino de LNM e, mais recente e paradoxalmente, com a inscrição comunicativa³.

Nesta primeira parte do artigo, foram feitas explicitações teóricas que embasam a análise da proposta de trabalho com a leitura de recortes literários em três LD em uso no Brasil. Essa crítica irá funcionar como

³Nesse sentido, Valdés (1986, p. 137) comenta: “a afirmação de que a literatura pode ser usada para ensinar cultura é provavelmente tão amplamente aceita que se transformou em clichê”. Tal questionamento deve-se a que ele defende que literatura e leitura não são idênticas como é tendência considerar no ensino de LNM.

ponto de partida para esboçar aspectos que considero necessários levar em conta com esse mesmo propósito dentro de uma abordagem discursiva da linguagem.

Os LD sob análise - *Vem, Cumbre e Punto Final*; níveis básico, intermediário e superior, respectivamente - foram escolhidos por quatro razões:

- fazem parte do grupo dos LD usados no Brasil em centros de línguas de universidades públicas cuja característica a respeito é a inexistência de um título único em seus programas de ensino de espanhol,

- são exemplos a mais dos muitos títulos para o ensino da língua espanhola como estrangeira que a “indústria” de LD da Espanha colocou no mercado brasileiro sob seu controle,

- os três níveis de complexidade lingüística tornam possível ter maior noção da assunção teórica prevalectante no trabalho com textos de leitura no ensino de espanhol para estrangeiros,

- todos incluem recortes literários entre seus materiais de leitura.

A seguir, passo a mostrar como é apresentado o trabalho com a leitura a partir de trechos literários incluídos em cada um dos livros escolhidos.

Os dados e sua adequação

O traço didático que vincula os três títulos escolhidos não se afasta do comum das publicações metodológicas para o ensino de LNM: a inscrição cognitivista que se reflete na ênfase gramatical na organização do material didático todo. Isto é da maior importância para achar neles a pertinência do esforço por introduzir explicitamente nomenclatura gramatical — o que ressalta a sua atenção ao formal da linguagem — para torná-la operativa pelo público-alvo mediante a manipulação mecanicista de seus elementos através de exercícios de reconhecimento e de substituição. Ilustro abaixo este comentário com exemplos de cada título:

1. *Haz una lista de todos los verbos que aparecen en el texto de la encuesta anterior. Luego escribe las formas del pretérito indefinido de cada uno de ellos, clasificándolas en formas regulares y formas irregulares (Cumbre, p. 2).*

2. *Subraya e identifica en estas oraciones todos los pronombres que actúen como complemento de objeto directo o indirecto (Punto Final, p. 68).*

3. *En parejas. A pregunta y B responde negativamente:*

- *¿Ha llamado alguien por teléfono?*

- *No, no ha llamado nadie (Ven, p.127).*

O comentário inicial e os exemplos acima, claramente se referem a aspectos fora do âmbito da leitura e do literário. Julguei pertinente introduzi-los neste lugar porque se trata do fundamento de todo o trabalho didático que cada volume propicia com a LNM e que não exclui a sua proposta com a leitura, a literatura e a consideração da LM através da tradução.

Assim, a partir do pressuposto do sentido dado, o lugar atribuído à interpretação e, por isso, ao contrastivo reduz-se ao meramente formal em função de dois fatores:

a) a gramática;

Sustituye los verbos conjugados en presente por formas verbales de pasado. Discute los valores de los tiempos.

Matilde Urrutia, mi mujer

Mi mujer es provinciana como yo. Aunque esto no interesa a nadie, somos felices. Dividimos nuestro tiempo en común en largas permanencias en la solitaria costa de Chile. No en verano, porque el litoral reseco por el sol se muestra entonces amarillo y desértico. Sí en invierno, cuando en extraña floración se viste con las lluvias y el frío, de verde y amarillo, de azul y de púrpuro. Algunas veces subimos del salvaje y solitario océano a la nerviosa ciudad de Santiago, en la que juntos padecemos con la complicada existencia de los demás (...). Confieso que he vivido, Pablo Neruda (*Punto final*, p. 18).

b) e a recorrente atenção intradiscursiva mediante o *qué, quem, quando, onde, como e por qué*:

Lee atentamente y responde de manera corta según lo que entendiste: ¿qué?, ¿quién?, ¿dónde?

...Así transcurrió el tiempo y llegó el que había sido señalado para la boda. La casa de los Reinoso andaba toda revuelta con los

preparativos que hacían. Una cuadrilla de artesanos pulía los suelos. (...) La modista iba y venía, casi a diario, a probar a la desposada las prendas del ajuar, las vecinas acudían a curiosear las novedades y en las sobremesas de la familia no se hablaba sino de las familias que debían asistir a la boda clasificándolas cuidadosamente en las dos categorías de padrinos y simples invitados (...) El cuarto de enfrente, Rómulo Gallegos, (*Ven*, p.73).

Desatendem-se, assim, singularidades locais e individuais da língua nos planos intradiscursivo — da ordem do formulativo — e interdiscursivo, da ordem do histórico-ideológico. A partir dessas singularidades, o tradutório-contrastivo ganha dimensão discursiva. Os exercícios em que a LM serviria de ferramenta semântica e enunciativa, quando incluídos, respondem a uma assunção da linguagem de que o histórico e o ideológico não participam. Eles limitam-se a:

1. listas de palabras:

En parejas: ¿cómo se dice en vuestro idioma?

Teja, tejado, balcón, fachada, ladrillo, techo, reja, puerta de entrada, cristales, jardineras, portal. (*Cumbre*, p. 38),

2. orações subordinadas em ausência das principais:

a) Traduce a tu idioma las siguientes frases:

...aunque muchas de ellas sean desconocidas...

...aunque muchas de ellas no hayan sido descubiertas

b) *Observa especialmente cómo has traducido los verbos. ¿Coinciden los tiempos verbales en español y en tu idioma?* (*Cumbre*, p. 58).

3. palavras e expressões idiomáticas e formulaicas:

a) Explica en español el significado de:

Vale la pena, estoy satisfecha, relaciones personales, adecuada para, empresarias, jefa, me defiendo bien, presenta problemas.

b) *Traduce esas mismas palabras a tu idioma.* (*Cumbre*, p. 67).

4. orações num tempo verbal determinado:

a) *Traducid a vuestro idioma estas oraciones:*

Dudo del futuro.

Parece que Leonardo no llegó a construir un modelo útil.

Yo pensaba que la bicicleta era una invención de la tecnología hispana.

Dudo que la bicicleta sea un invento español.

Pero ahora *creo* que todos *saben montar* en bici.

b) Comparad el tiempo del verbo español que aparece en cursiva y el tiempo del verbo en vuestra lengua. (*Cumbre*, p. 121)

Tudo parece evadir o textual, que é como se desempenha naturalmente a linguagem. A estruturação dos LD em questão é escorada por conceitos claramente estabelecidos — embora não explicitados — de linguagem (transparente, sentido dado) e de sujeito (intencional). Deles resultam outros não menos importantes como o de interpretação, tradução, cultura e literatura e o lugar que os LD propõem que esses conceitos ocupem no processo pedagógico. Funcionando de modo sistêmico, eles imprimem coerência às propostas do material didático independentemente do seu compromisso teórico.

A partir da consideração acima, impõe-se a pergunta: qual a razão e quais os fins do recurso à literatura nessas condições? Certamente uma das respostas possíveis não envolve a familiarização com contextos histórico-sociais, regularidades formulativas, diferenças dialetais ou valores estéticos, como sustento que a literatura favorece explorar no ensino de LNM.

A resposta parece encontrar-se quando se recua àquilo que justificava o ensino de LNM, passando pelo método dito de gramática e tradução e, já na modernidade, pelo ensino com viés *civilizatório* em que cultura era arte e o conhecimento — mesmo que fosse apenas de nomes de obras e autores — dava prestígio e, por isso, facilitava a promoção social. Amostras de literatura eram disponibilizadas nos LD produzindo fascínio pelos grandes centros de “cultura”. Desse modo, reproduzia-se o papel hegemônico que ainda se atribui aos centros de poder. Da perspectiva deste trabalho, isso exemplifica como se consolida todo um imaginário fincado na tradição a respeito dos países que se apresentam como referência afirmativa para a LNM pela via pretensamente apolítica da “cultura”.

Assim, nos três títulos que estão sendo abordados, o literário parece ter sido introduzido para oferecer um mostruário de obras e autores. Em *Cumbre*, para referir apenas um título, são introduzidos trechos mínimos de obras em que nem sequer são apresentadas sinopses das mesmas. Neste livro, estão presentes autores como García Márquez, Camilo José Cela, Luís Racionero, Luís Sepúlveda, Isabel Allende, Luís Landero, Cabrera Infante, Miguel Angel Asturias, Angeles Mastretta, Alfredo Bryce Echenique, Eduardo Mendoza, Laura Esquivel, Gerardo

Diego e Rafael Alberti.

Esse aglomerado de recortes literários de diversos países e regiões tem como efeito o favorecimento da idéia de um pretensão universalismo da língua em que não contam as diferenças entre as vertentes oral e escrita e ainda menos as variantes dialetais. Nessa mesma ordem de idéias, em se tratando da escrita, o literário é apresentado como prova (forjada) da existência de um espanhol genérico no uso estético da língua.

Privilegiar a forma — e a proposta pedagógica de cada um dos três volumes em foco parece demonstrar isso — significa não considerar que os sentidos são produzidos e que a ideologia e a cultura participam desse processo sustentando e atravessando todo o trabalho com a linguagem. Em consequência de tal “esquecimento”, a interpretação reduz-se ao estabelecimento de equivalências codificadas em que se desconsidera o heterogêneo histórico — próprio do discurso (ORLANDI, op.cit.) — e o heterogêneo individual — próprio da arte (ADORNO, 1999) —, ambos os componentes presentes no texto literário.

Exercícios que enfocassem separadamente, na medida do possível, o trabalho com a linearidade formulativa e com a construção argumentativa, poderiam atrair a atenção para diferenças formais e discursivas entre as línguas. O trabalho com esse funcionamento que, artificial e momentaneamente foi desunido, contribuiria para estimular a atitude analítica dos estudantes a respeito do discursivo em ambas as línguas com exercícios em que o formal e o argumentativo se conjugam em função do enunciado.

Assim, exercícios como os que abaixo elenco a partir do recorte do texto *Confieso que he vivido*, de Pablo Neruda, cumpririam o objetivo de conseguir enunciação e sensibilização ao discurso a partir do trabalho com o argumentativo, com o formulativo e com a conjunção de ambos. Em todos eles é considerado o importante papel que a LM desempenha no processo. A ordem dos exemplos abaixo não obedece à categorização que acabo de fazer porque a lista foi concebida a partir de possibilidades que, pareceu a este pesquisador, o recorte vai oferecendo verticalmente. Os exercícios são os que seguem:

- 1) *Explica qué no le gusta de Santiago a la pareja.*
- 2) *¿Cómo el poeta se refiere a las flores y al crecimiento de plantas en invierno?*
- 3) *Di eso a tu manera en español.*
- 4) *Traduce al portugués las palabras del escritor.*

- 5) *Escreve eso en português corrente.*
- 6) *Refiérete con tus palabras en español y resumidamente a lo que dice el párrafo.*
- 7) *Esta es una traducción al português de ese libro. Lee la traducción de las oraciones que hiciste y la comercial. Vamos a discutir las diferencias.*
- 8) *Trata de narrar en español en el papel lo mismo que cuenta el escritor, pero de forma sencilla. Préstales atención a las diferencias.*
- 9) *Observa el lugar donde aparecen palabras como largas, solitaria, extraña. El español pone el adjetivo antes del nombre cuando quiere resaltar la calidad, o después, con el mismo objetivo, cuando es usual ponerlo antes. Invierte la posición de los adjetivos en el texto y te ayudo a notar el efecto*
- 10) *¿Cómo es en português? Muéstrame ejemplos de este libro (periódico o revista).*
- 11) *Refiérete, en español, a calidades en objetos y calidades en personas, resaltándolas o no.*
- 12) *Fíjate que la palabra nosotros no se usa en el texto. En español no es necesario poner o decir yo, tú, él, etc., porque el verbo y otras palabras identifican de qué persona se trata. ¿Qué verbos y qué palabras identifican a ese nosotros?*
- 13) *Traduce al português las tres primeras líneas y fíjate si usas o no el pronombre.*

Os exercícios 1, 2, 3, 4, 5 e 6 foram concebidos para avaliar a compreensão a partir do fio argumentativo que inclui a textualidade própria do recorte. A formulação — o trabalho com a materialidade lingüística — foi abordada nos exercícios 9, 10, 11, 12 e 13. Já os exercícios 7 e 8 representam a junção do formal e do argumentativo visando trabalhar com a sensibilidade ao discurso a partir do contrastivo.

Um dos aspectos que no meu parecer é uma cobrança dos recortes literários quando introduzidos no ensino de LNM é a sua distinção formal na enunciação. Nisso se condensa uma parcela importante de sua peculiaridade e, no entanto, na prática pedagógica tal item é pouco explorado. Nos exercícios apresentados aqui, chama-se a atenção para características do discurso literário, o que também envolve destacar especificidades da enunciação ordinária. Isso é feito através da ferramenta contrastiva, da tradução, que está presente no processo todo de sensibilização discursiva.

Considerações finais

O recurso à literatura a partir de uma inscrição discursiva obriga a operar com aspectos e a considerar conceitos que, no mínimo, não são priorizados em outras inscrições. No caso dos três LD que serviram de fonte de dados, a presença de recortes literários não demonstrou praticidade à própria luz dos objetivos da abordagem comunicativa, dois dos quais são a perspectiva intercultural do ensino e que os estudantes aprendam a LNM de uso cotidiano. Curiosamente, é pouco freqüente o recurso a trechos de peças de teatro, telenovelas e outros programas dramáticos televisionados, que reproduzem o uso cotidiano da LNM. Eles estimulariam mais a produção lingüística em sala de aula. Com esses materiais autênticos, se reproduziria a interação em função textual — tornando visível a construção de efeitos de sentido — e embora com marcas da ordem da escrita, decorrentes do processo de produção da obra de arte, representam o registro do oral priorizado pelas inscrições teóricas contemporaneamente atuantes.

Parece-me, por isso, que a legitimação do literário na leitura dentro do processo de ensino de LNM passa necessariamente pela atenção às condicionantes sócio-históricas - a ideologia, a cultura - em função de facilitar o acesso a uma construção de sentidos que opera com o que se apresenta como heterogêneo. A interpretação, aspecto que é o implicitamente mais valorizado para a produção discursiva, encontra na ferramenta tradutória o seu principal ponto de apoio. Trata-se de assumir o contrastivo — será que é possível sem tradução? — como a alavanca que potencializa a aprendizagem.

No raciocínio que até aqui apresentei, está fora de questão considerar - em termos de certo ou errado - o que na área já foi feito ou que agora mesmo está se processando. Trata-se, isto sim, de apresentar uma proposta de trabalho com as LNM de um modo diferente do tradicional — nos seus pressupostos e nos seus procedimentos —, levando em consideração um dos conceitos de maiores implicações na pós-modernidade: o conceito de alteridade, com ferramentas que atentam ao aspecto ideológico da linguagem e à cultura que aqui é considerada como sua carga principal.

Reading, literature and translation: a need of adjustments in foreign languages learning

■ **ABSTRACT:** This paper approaches reading in foreign languages from the value that textbooks of Spanish foreign language attribute to literature, principally through the narrative genre. Interpretation and translation take part in the aspects focused. Two processes, the one of learning and the one of reading, are included within the link between literature and learning. That is because the premise of this paper is that the mother tongue is constituent of the process of foreign languages learning. The work of the ideological components of language takes part of it.

■ **KEYWORDS:** Applied Linguistics. Discourse analysis. Foreign languages learning. Spanish.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. *Esthetic theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

CASTRO, F. etd alii. *Ven. Libro del profesor. Nivel elemental*. Madri: Edelsa Grupo Didascalía, 1995.

CATFORD, F. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. Rev. Maria da Glória Novak. São Paulo: Cultrix, 1980.

DABÈNE, L. *Pour une contrastivité revisitée*. In: *ELA*, n. 111, 1998, p. 393-478.

GRIGOLETTO, M. *Leitura e funcionamento discursivo do livro didático*. In: CORACINI, M..J. (Org.), *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 67-77.

JAKOBSON, R. *Aspectos lingüísticos da tradução*. In: *Lingüística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 63-72.

KRAMSCH, C. Context and culture in language teaching. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LARSON, M. Meaning-based translation: a guide to cross-language equivalence. Lanham, MD: University Press of America Summer Institute of Linguistics, 1998.

MARCOS, M. C. e OBRA, M. R. Punto final. Madri: Edelsa Grupo Didascalía, 1997.

MILLER, J. H. Translation as the double production texts. In: KRAMSCH e MCCONNELL-GINER (Eds.) Text and context: cross-disciplinary perspectives on language studies. Lexington: D.C. Heath, 1992.

MOUNIN, G. Os problemas teóricos da tradução. Trad. Heloysa de Lima. São Paulo: Cultrix, 1975.

NIDA, E. Language, culture and translation. Shanghai: Foreign Language Press, 1993.

ONG, W. J. Orality and Literacy. The Technologizing of the Word. Londres: Meuthen, 1982.

ORLANDI, E. Para quem é o discurso pedagógico? In: Sobre Pragmática. Uberaba. 1983. p. 82-93.

_____. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

REVUZ, C. A LNM entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Ed.) *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

SÁNCHEZ, A., ESPINET, M^a. T., CANTOS, P. Cumbre. Nivel medio. Madrid: SGEL-Educación, 1998.

SERRANI-INFANTE, S. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p 231-261.

STEINER, G. Après Babel: Une poétique du dire et de la traduction. Trad. Lucienne Lotringer. Paris: Edition Albin Michel, 1978.

VALDES, J. M. Culture in literature. In: VALDES, J. M. (Ed.) Culture bound. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 137-147.

VENUTI, L. The Translator's Invisibility – A History of translation. Londres/Nova York: Routledge, 1994.

A POLISSEMIA DO *COMO...?* NAS DIFERENTES CONDUTAS EXPLICATIVAS INFANTIS PRODUZIDAS EM MEIO ESCOLAR

Silvia Dinucci FERNANDES¹
Zelita Caldeira Ferreira GUEDES²
Alessandra DEL RÉ³

■ **RESUMO:** A partir da análise da produção verbal de crianças de cinco anos, de uma creche da periferia de São Paulo, e de suas tentativas de explicação, nosso objetivo é refletir sobre capacidades perceptivas e representativas, bem como sobre diferentes dimensões de elaboração do sentido e da construção da referência. Para tanto, utilizamos diálogos entre as crianças e o pesquisador, levando em consideração o processo de desenvolvimento de condutas explicativas, as especificidades do trabalho *linguageiro* de cada criança, a articulação do discurso e o que as crianças utilizam para fundamentar as explicações. O foco deste trabalho são as questões *como...?* que, além do fato de serem as mais freqüentes em nosso *corpus*, colocam em evidência a polissemia de tal unidade lingüística. A criança interpreta diferentemente as perguntas propostas pelo adulto, pois expressa uma grande variedade de respostas de acordo com o tipo de solicitação: modo de emprego, descrição da ação, relato pessoal etc. Vale ressaltar que a descrição do uso da linguagem contribui efetivamente para um melhor entendimento tanto das capacidades *linguageiras* infantis como também das condições de seu desenvolvimento.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Aquisição de Linguagem. Condutas Explicativas. Relações Dialógicas.

Introdução

O discurso explicativo é uma competência *linguageira*⁴ que exige motivação e conhecimento e implica um conjunto de diferentes condutas. Segundo Hudelot et al. (1990), é difícil delimitar as fronteiras da explicação e reagrupar inúmeras proposições sob um mesmo termo – explicação. Não se trata somente de um critério semântico-conceitual. O vocábulo ‘explicação’ abrange um leque de sentidos e a criança constrói uma variedade de condutas explicativas. Uma das maiores dificuldades da dimensão discursiva é a complexidade do fenômeno da significação que inclui relações de parentesco entre condutas explicativas e interpretações de códigos lingüísticos.

Assim, na perspectiva de examinar a elaboração da explicação no discurso infantil e sua relação com a demanda de explicação por parte do adulto, optamos por analisar os tipos de *explanandum* – aquilo que deve ser explicado – e de *explanans* – a maneira como a criança explica (BERTHOUD-PAPANDROPOULOU et al., 1990). Vale dizer que esta pesquisa fez parte de um projeto de cooperação França-Brasil (CAPES-COFECUB – 2000-2001), cujo objetivo era refletir sobre a gênese e o uso das condutas explicativas em crianças pequenas.

Consideramos que a linguagem se desenvolve e se exercita em contextos de interação social que se caracterizam por diversas finalidades comunicativas e que exigem a elaboração de condutas e o exercício de diferentes capacidades lingüísticas e cognitivas. O ato de explicação é um fenômeno de interação e, por essa razão, torna-se necessário identificar as condutas explicativas e observar atentamente a situação de interação na qual ocorrem a ação e a verbalização da criança. Segundo Berthoud-Papandropoulou et al. (1990, p. 25),

Les énoncés explicatifs induits par les questions de l'expérimentateur n'ont certainement pas le même statut psychologique que les explications spontanées, dans la mesure où c'est l'expérimentateur qui propose à l'enfant un explanandum (que se soit : Comment ça se fait qu'elle roule ? ou : Comment ça

¹ Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP – 14.800-901 – Araraquara-SP, Brasil. E-mail: silviafo@fclar.unesp.br.

² Departamento de Fonoaudiologia – Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP – 04023-900 – São Paulo-SP, zeferreira.fono@epm.br.

³ Departamento de Linguística - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 19806-900 - Assis-SP, Brasil. E-mail: aledelre@assis.unesp.br

⁴ Esse termo é utilizado por pesquisadores franceses denotando habilidade de produção de linguagem.

se fait qu'elle ne roule pas ?) alors que celui-ci ne ressent très probablement pas le besoin d'expliquer⁵.

Quando o assunto é a explicação, é preciso considerar operações metalingüísticas específicas, uma vez que tal procedimento implica uma reflexão sobre a linguagem. A capacidade de refletir sobre os enunciados, de elaborar explicações e fazer jogos de linguagem podem indicar o nível de habilidade metalingüística que constitui produto do desenvolvimento lingüístico e cognitivo.

Assim, a intenção deste estudo é analisar os instrumentos lingüísticos e discursivos na elaboração das condutas explicativas por parte da criança, a partir de uma abordagem construtivista e interativa, envolvendo a relação entre os interlocutores, o contexto e a situação de comunicação e focalizando a variedade de tipos de explicação e o modo de construção do discurso explicativo (HUDELOT et al. 1990).

A partir da análise da produção verbal de crianças de cinco anos, de uma creche da periferia de São Paulo, e de suas tentativas de explicação, nosso objetivo é refletir sobre suas capacidades perceptivas e reflexivas, bem como sobre as diferentes dimensões de elaboração do sentido e da construção da referência. Para tanto, utilizamos diálogos entre as crianças e o pesquisador, levando em consideração o processo de desenvolvimento das condutas explicativas, as especificidades do trabalho *linguageiro* de cada criança, a articulação do discurso e o que as crianças utilizam para fundamentar as explicações.

Insistindo sobre o caráter central do movimento discursivo, valorizamos, aqui, a dinâmica do trabalho *linguageiro*, i.e., os movimentos do sujeito na construção de seu próprio discurso. Nesse sentido, a interpretação de fatos lingüísticos, em discursos produzidos em um determinado contexto, pode contribuir efetivamente para um melhor entendimento do funcionamento da linguagem.

Desse modo, a ligação entre a atividade conversacional e a emergência de uma nova conduta explicativa deve supor um trabalho mais importante de reorganização e de coordenação dos conteúdos conversacionais por parte do sujeito. Segundo Hudelot et al. (1990), podemos pensar, então, em uma dimensão pragmática na medida em

⁵ "Os enunciados explicativos induzidos pelas questões do pesquisador não têm o mesmo estatuto psicológico que as explicações espontâneas, na medida em que é o pesquisador que propõe um *explanandum* à criança (*Como ela roda?* ou *Como ela não roda?*) apesar de esta última não sentir, muito provavelmente, necessidade de explicar." (Tradução nossa).

que a troca se basearia essencialmente na atividade prática ou na interação e, paralelamente a essa dimensão pragmática, teríamos uma dimensão mais especificamente discursiva considerando que “les enchaînements ne se font pas dans le champ de l’agir mais dans celui d’un ‘partage’ de significations⁶” (HUDELOT et al., 1990 p.247).

A conversação é uma atividade conjunta que implica a interpretação recíproca dos interlocutores (BERTHOUD-PAPANDROPOULOU et al., 1990). Vale ressaltar o papel do diálogo na aprendizagem e na apropriação da linguagem pela criança e a importância das ações discursivas (bastante significativas na interação verbal) que contribuem efetivamente para a construção de um universo comum de experiência (SALO I LLOVERAS, 1990).

O desenvolvimento cognitivo é o resultado de uma co-construção que coloca em jogo, ao mesmo tempo, as competências cognitivas dos interlocutores presentes no diálogo e suas capacidades de se adaptarem socialmente uns aos outros na troca verbal. O contexto, ao invés de representar algo fixo entre adulto e criança, é parte integrante do processo sócio-cognitivo no qual a criança constrói suas respostas e suas explicações e constitui seu pensamento (PERRET-CLERMONT et al., 1990). Não podemos restringir a conduta lingüístico-cognitiva da criança a suas competências individuais, sem levar em conta sua história, sua experiência e as interlocuções de que participa.

É nesse contexto interativo, por assim dizer, que o discurso explicativo é produzido e, para reconhecê-lo no diálogo, devemos estar atentos às ocorrências de certos tipos de temas que, por sua vez, estão ligados a certos tipos de problemas : *por que... ?* - forma mais conhecida -, *como é... ?* - o objeto deste artigo- etc.

Para Halté (1988) como para Mollo & Berthoux (1990), explicar é fazer o outro entender, é modificar suas representações para agir (por meio do discurso). É considerar o interlocutor – e seus conhecimentos – como presentes no discurso no momento da enunciação. Mas será que esta definição se aplica à criança - locutor iniciante - e às suas explicações? Quando fazemos perguntas a uma criança é, sobretudo, para verificarmos seus conhecimentos e não para adquirirmos um saber

6 “... os encadeamentos não acontecem no campo do agir, mas sim no de um ‘compartilhar’ significações.” (Tradução nossa.)

específico. De que maneira, então, devemos entender a explicação elaborada pela criança?

O fato de explicar pode conduzir à generalidade, mas pode, ao contrário, significar um passeio por mundos e categorias diferentes, apoiando-se mais ou menos no discurso do outro. Segundo François (1988), o sentido da palavra “explicar” pode variar em função: a) do tipo de questão (pode haver várias respostas para perguntas do tipo *por que...*, *como...* etc.); b) do tipo de objeto (pode-se responder à pergunta “o que quer dizer tal palavra?” com exemplos, um sinônimo etc.); c) do tipo de interlocutor (é diferente explicar a um professor ou a alguém que não sabe); d) do lugar da explicação no discurso (explicar pode ser o objetivo principal ou pode aparecer durante a narração de um fato, por exemplo); e finalmente, e) da pessoa que explica (ela pode escolher o modo de explicar em função da situação, de suas preferências etc.).

Mais do que na forma do enunciado, ou nos termos e conectores utilizados, os procedimentos explicativos residem na relação de um enunciado com seu contexto e no encadeamento dos enunciados. Esses encadeamentos manifestam uma relação de conteúdo - especificação, explicação, explicitação, justificação, refutação etc. - e uma relação com o outro (HUDELOT et al., 1990).

Brassart (1990, p. 30), ao citar Brown (1980) e Timbal-Duclaux (1983), ressalta que é possível identificar três grandes tipos de explicação gerados por questões *O que...?*, *Como...?* e *Por que...?* De acordo com o autor, as explicações a partir de perguntas *como... ?* descrevem, fundamentalmente, mecanismos ou funcionamentos, mas podem também desencadear como resposta uma narração. É o que acontece, por exemplo, nas seqüências de diálogos entre pai e filho, citadas por Perret-Clermont et al. (1990, p. 48-49), em que, diante de questões *como* propostas pelo pai, a criança não fornece exatamente uma explicação, mas relata um fato ocorrido.

Desse modo, podemos nos perguntar: se a explicação pode se aproximar de uma descrição ou de uma narração, existe de fato o gênero explicação em crianças pequenas?

O autor ressalta que é preciso levar em consideração dúvidas ligadas a esse assunto – com relação a procedimentos de instrução, por exemplo (respostas a perguntas *como... ?*) - em relação à tipologia textual. Vale lembrar que a noção de instrução, definida nos anos 1985/1987,

como algo que incita a ação de maneira direta, representa, para o autor, descrição antecipada de ações ou de estados, ou seja, de eventos ou de estados que ainda não foram realizados. Nesse sentido, e na medida em que as descrições de ações (o *desenrolar* de fatos sem elementos narrativos) são incluídos no gênero descritivo, podemos considerar a modalidade *instrutivo* como sendo uma variação desse gênero, marcada por seu modo de enunciação.

O encadeamento das ações ou dos fatos que compõem essas descrições elaboradas a partir de questões *como... ?*, é cronológico e contingente, ainda que “nous avons le sentiment que ce qui se produit avant est la cause de ce qui le suit.” (PERRET-CLERMONT et al. 1990, p. 35).

Muitos autores consideram a explicação como uma descrição mais detalhada e, na criança, isso parece ser mais evidente. Nesse caso, a pesquisa deve se limitar a organizar e a analisar o que aparece na produção oral das crianças. Em nosso *corpus*, as tentativas de explicação das crianças se aproximam realmente, na maioria das vezes, de procedimentos descritivos ou de narrativas pessoais.

Atividade para avaliação da função explicativa

A atividade foi realizada individualmente com cinco crianças, no dia 01 de novembro de 2000. A cada uma delas foi oferecida uma bancada de marceneiro composta de: bancada de madeira, martelo, chave de fenda, chave inglesa, parafusos, pregos e roscas, todos em madeira. Estavam também à disposição das crianças: um carrinho, um ônibus com passageiros, um trenzinho com locomotiva e três vagões também em madeira e alguns pedaços de madeira de diferentes tamanhos que poderiam ser usados para alguma montagem.

As crianças pertenciam à Creche Primavera, do bairro Educandário, São Paulo, todas oriundas de classe média baixa.

Os dados foram registrados em áudio e vídeo, mas é a análise do material verbal que foi realizada neste texto, visto que nosso principal objetivo diz respeito aos procedimentos lingüístico-discursivos utilizados pelos sujeitos da pesquisa.

⁷ “... nós temos o sentimento de que o que se produz antes é causa do que se segue”. (Tradução nossa)

Antes de dar início às atividades propriamente ditas, tivemos um contato prévio com cada uma das crianças, ocasião em que expusemos o que aconteceria durante os encontros, ou seja, que de todas as crianças seriam solicitadas algumas tarefas das quais só teriam conhecimento no primeiro encontro que ocorreria em uma das salas da creche; também explicamos a elas que, para garantir a qualidade da pesquisa, as sessões seriam gravadas tanto em áudio quanto em vídeo.

Desse modo, no primeiro dia de observação, ao chegar na sala, a pesquisadora, após ligar a filmadora (disposta em tripé) e o gravador, apresentou os objetos e solicitou a cada uma delas que os manipulasse, construísse algo e descrevesse/verbalizasse o que estava realizando.

Assim, durante as sessões, a criança utilizava as diferentes peças do brinquedo, montava objetos, indicava o modo de utilização, reorganizava as peças, fazia comentários sobre a atividade que estava sendo desenvolvida etc. É importante dizer que a pesquisadora participou das sessões exercendo dois papéis: o de locutor – argüindo, perguntando e solicitando explicações -, e o de interlocutor - fornecendo respostas quando era solicitada a fazê-lo.

A análise do *corpus*

Considerando que a criança entende de maneira diferente as questões *como... ?* propostas pelo adulto, nosso objetivo foi analisar a interferência do adulto na compreensão da criança e verificar:

- a) a fala espontânea da criança;
- b) a interferência do adulto (tutela) ;
- c) a interação e a observação do pesquisador;
- d) as respostas das crianças;
- e) as relações ou as justaposições das informações da criança;
- f) as expansões da criança (a criança fala e complementa).

Foram analisados enunciados explicativos elaborados pelas crianças a partir de uma situação lúdica de interação entre adulto (pesquisador) e criança. A fim de conseguirmos uma melhor interpretação da produção verbal das crianças, levamos em consideração: o tipo de solicitação do adulto, a interação verbal adulto/criança, a alternância pergunta/resposta, as circunstâncias e as condições de comunicação e a diversidade dos objetos de explicação.

A criança formulou suas explicações a partir de solicitações do adulto. Trata-se, portanto, de enunciados explicativos induzidos.

A identificação dos participantes aparece da seguinte maneira : A (adulto-examinador) ; AM (Amanda) ; B (Bruna) ; C (Carolina) ; M (Mateus) ; V (Vinícius).

As questões *como... ?*

Situação 1 :

01.A: PNEU FURADO e agora como que vai fazer pra consertar o pneu?

02.C: encher

03.A: tem que encher o pneu? como que enche?

04.C: meu pai tem um negócio de encher

05.A: ah é? e como que faz? me conta que eu não sei... não conheço

06.C: é pega...pe/ pega e faz tchi:: e aí

[

07.A: faz assim tchi tchi tchi tchi assim? é?

08.C: ((balança a cabeça positivamente))

Nesse segmento, o adulto incita a criança a descrever a maneira de consertar um pneu (turno 01) e, logo após, como ele não fica satisfeito com a resposta, solicita detalhes mais significativos (turnos 03 e 05). A primeira resposta da criança (turno 02) indica a seleção de um elemento que ela considera como sendo o mais importante. Quando o adulto insiste em uma explicação mais completa, podemos notar a referência ao pai (turno 04), o que, de uma certa maneira, especifica o contexto e leva a criança a evocar sua experiência pessoal. Assim, ela explica descrevendo a ação a partir de um objeto ausente e levando em consideração algo de sua experiência vivida. Esse segmento aproxima-se, portanto, do relato pessoal (turno 06).

Situação 2 :

09. A: hein? como que vai fazer o frango?

[

10.C: pega...mexe...aí pega... corta e depois...e depois esquenta pra comer

11.A: ah sim tem que esquentar porque comer frango gelado é muito ruim não é?... a gente tem que com/ cozinhar BASTANTE...você cozinha bastante...o o frango?

12.C: quem cozinha é minha mamãe

No segmento acima, o adulto estimula a criança a descrever a preparação de um tipo de prato (turno 09) e o enunciado/resposta da criança baseia-se na descrição de um objeto ausente e de ações em seqüência (turno 10). Evidencia-se, assim, a justaposição de ações que se referem a um « como fazer », ou seja, um procedimento descritivo. Além disso, a criança faz referência à mãe (turno 12), o que reforça a idéia de contextualização. Podemos pensar, então, na lembrança de um procedimento realizado pela mãe.

Situação 3 :

13.A: ENtra sujeira e aí pra limpar a casa? se entrou um pouquinho de sujeira... como que vai fazer pra limpar a casa?

14.Am: tem que pegar a vassoura e a pá

15. A: tem que pegar a vassoura e a pá? e aí?

16.Am: e aí limpa

17.A: e aí limpa? como que limpa?...você sabe fazer como que limpa?

18.Am: ((balança a cabeça positivamente))

19.A: como que é?

20.Am: tem que pegar a vassoura e e ficar é balançando a vassoura e varrendo ((gestos de pegar a vassoura e varrer que acompanham a verbalização))

21.A: assim? ((repete os gestos da criança))

[

22.Am: é

23.A: AHN:: e depois pra que usa a pá?

24.Am: a pá?

25.A: é

26.Am: pra:: pra tirar a sujeira

A solicitação de explicação da parte do adulto, desta vez, incita a criança a descrever o processo de limpeza da casa (turno 13). O

pesquisador insiste nos detalhes do procedimento (turnos 15, 17, 19 e 23) e, mais uma vez, a resposta da criança baseia-se na descrição de uma ação que remete a objetos ausentes (turnos 14, 20 e 26). No início, a criança faz alusão a dois objetos absolutamente necessários para a referida tarefa (turno 14), manifestando uma percepção concreta e pontual. Quando o adulto exige a continuidade do discurso, a criança utiliza gestos e descreve a ação (turnos 16 e 20), demonstrando como elabora a explicação. É interessante apontar que tanto a criança quanto seu interlocutor usam gestos para representar o que se disse e que as demandas do interlocutor são cruciais para que a criança estenda seus enunciados a contento, o que ocorre no turno 26, quando finalmente indica a função da pá. Destaca-se que, durante o diálogo, é a partir da solicitação do interlocutor adulto que a criança elabora os detalhes e as ações a serem especificadas.

Situação 4 :

27.V: precisou martelar a cama da mamãe

28.A: ah: precisou martelar a cama da mamãe::... por quê? que que aconteceu na cama da mamãe?

29.V: quebrou

30.A: quebrou:...e pra consertar precisou martelar?

31.V: fica bom

32.A: o que que foi?

33.V: fica consertado quando martela

34.A: como que conserta... cama? conta pra mim já viu seu avô consertando a cama?

35.V: ((balança a cabeça positivamente))

36.A: então conta pra mim

37.V: tem que pegar o prego

[

38. A: tem que pegar o pre::go

[

39.V: um prego pequeno

[

40.A: ah um prego pequenininho...e aí?

41.V: e aí precisa pegar o martelo e martelar

42.A: ah e martela o que Vinícius?...martela o prego aonde?

43.V: ...é...no pau

44.A: não não é pau: é made:ira...né?...e aí que que acontece com a madeira?

45.V: ...a madeira fica boa

46.A: fica bo:a... ela fica presa?

47.V: ((balança a cabeça positivamente))

48.A: é? como que ela fica presa...uma na outra?

49.V: porque...porque o martelo martela

50.A: PORQUE O MARTELO MARTELA? o martelo martela o prego?...é?

51.V: ((balança a cabeça positivamente))

(...)

52.A: e como que prende o parafuso então?...ó lá ((aponta para a chave de - fenda))

53.V: ((pega a chave de fenda))

54.A: ...com a chave-de-fenda é?

55.V: ((balança a cabeça positivamente))

Na última situação selecionada, a demanda do adulto (turno 34), em um primeiro momento, remete a criança a um fato vivenciado por ela em família, a fim de obter a descrição de uma ação: consertar uma cama. A criança havia mencionado o episódio familiar antes do início do diálogo. Assim, o discurso da criança aproxima-se do relato pessoal (turnos 27, 37, 39, 41 e 43). As outras solicitações de explicação que se seguem (turnos 48, 52 e 54), ainda da parte do adulto, exigem apenas a descrição da utilização de objetos com maiores detalhes (turnos 49 e 53). Diante disso, a criança indica, novamente, os utensílios mais importantes (turnos 37, 39 e 41) e na continuidade ao diálogo (turnos 49, 51, 53 e 55) responde às demandas do interlocutor utilizando para isso gestos, nomes, descrição de objetos e da ação. Vale ressaltar que a criança menciona também a causa (turno 29) e o objetivo da ação (turno 31), sempre a partir de solicitações do adulto.

Alguns resultados e considerações finais

Pudemos constatar que as condutas explicativas mais frequentes apresentadas pelas crianças são, inicialmente, a indicação da função do objeto ou da ação e, em seguida, a descrição da ação ou do procedimento. É no âmbito das relações dialógicas, em particular das demandas

propostas pelo adulto, que a criança explica. Em outras palavras, os enunciados explicativos infantis são, em geral, desencadeados pelas perguntas do adulto.

Por essa razão, o diálogo é valorizado como lugar da relação interper-soal, uma vez que permite uma comunicação produtiva e dinâmica (LECLAIRE-HALTÉ, 1989). Vale ressaltar os efeitos da construção do discurso, em particular na relação que se estabelece entre a construção do discurso da criança e a de seu interlocutor, uma vez que a atividade *lingueira* se desenvolve necessariamente em uma situação de interlocução.

Observando os segmentos do *corpus*, podemos afirmar que, fundamentalmente, a explicação mais freqüente foi a seleção de um detalhe. As crianças tentavam esclarecer algo ou especificar do que se tratava utilizando uma descrição mais detalhada. Em geral, apoiavam-se nos atributos dos objetos (observáveis e perceptíveis). Isso porque os tipos mais freqüentes de explicação foram a descrição da forma, da natureza do objeto, a indicação da função do objeto e a descrição da ação. Trata-se de estratégias que auxiliam a interpretação do significado do objeto inserindo-o em um contexto.

As crianças manifestaram uma tendência a figurativizar em suas explicações, fixaram-se nas características pragmáticas do objeto e os conceitos estavam impregnados de suas próprias experiências. Quando utilizavam a descrição da ação, por exemplo, algumas crianças apresentavam fatos reais extraídos de suas próprias vivências, aproximando-se, de certa maneira, do relato pessoal. Recorreram a definições por uso, função e descrição da ação, utilizaram expressões mais concretas, revelaram uma ligação mais direta com suas experiências, suas vivências, não demonstraram, na maioria das vezes, capacidade de abstração, o que indica necessidade de contextualização. Como seu pensamento mostrava-se intimamente ligado ao real, às coisas, as crianças utilizaram experiências específicas e não generalizações, situaram a linguagem no plano do real e a conceberam ao mesmo tempo como inteiramente motivada, penetrada de intenções e finalidades. Pode-se dizer que a linguagem dessas crianças situa-se ainda no nível perceptivo imediato, na medida em que explicitam efetivamente uma grande necessidade de relacionar seus discursos à realidade visível e palpável.

De acordo com Bonnet & Tamine-Gardes (1984), a criança aborda

os elementos da realidade de maneira restrita (relação mais próxima) e não consegue organizá-los de modo abrangente. Por essa razão, podemos notar que, no momento da elaboração de uma explicação, a criança não demonstra uma tendência a sistematizar e a relacionar idéias, de modo a atender o princípio da generalidade, mas sim a justapor seus constituintes. Tal tendência nos permite supor a existência de uma transparência referencial na medida em que o que interessa à criança são as descrições dos objetos em questão e não suas significações. Em um primeiro momento, a criança se aproxima da conceptualização da ação, quando surgem as explicações motivadas referencialmente. Segundo os autores, é nessa idade que a criança pode tornar-se capaz de construir signos motivados referencialmente e explicitar esse tipo de motivação (BONNET & TAMINE-GARDES, 1984, p. 97).

Ao abordarmos essa problemática, pudemos constatar a importância do papel das questões *como... ?* que, além do fato de serem as mais freqüentes neste *corpus*, evidenciaram a polissemia de tal unidade lingüística. A criança interpreta diferentemente essas perguntas propostas pelo adulto porque utiliza uma grande diversidade de maneiras de respondê-las, de acordo com o tipo de solicitação: modo de emprego, descrição da ação, relato pessoal etc. A maioria das respostas a perguntas *como... ?* não é verdadeiramente explicativa. A explicação refere-se a um *como fazer* e insere-se, portanto, no gênero descritivo. Trata-se de encadeamentos sequenciais e de relatos de eventos, dentre outros.

Há momentos, durante a aquisição da linguagem pela criança, em que sua experiência vivenciada desempenha papel primordial e revela um entendimento do mundo ainda não sistematizado pela linguagem. A criança, até 6 anos, manifesta um realismo excessivo e uma concepção totalmente *materialista*. Percebe a forma do objeto mas não sua estrutura, ou seja, não estabelece relações definidas entre os detalhes e revela uma percepção fragmentária e detalhista. Falta à percepção infantil a síntese articulada (MERLEAU-PONTY, 1990).

De acordo com Wallon (1947), com a função simbólica e a linguagem, atingimos o pensamento discursivo. Para ele, a linguagem é o instrumento e o suporte indispensável ao desenvolvimento do pensamento. Entre o pensamento e a linguagem, há uma relação de reciprocidade: a linguagem, ao mesmo tempo, exprime e estrutura o pensamento. Nas palavras do autor:

L'explication n'est pas chose simple. (...) Elle répond à des aptitudes dont le développement s'étend sur plusieurs années. (...) L'enfant ne sait pas se dégager du détail concret pour envisager le procès en lui-même. (...) ...l'enfant commence par se trouver réellement devant des fragments d'expérience qu'il n'est capable ni d'assembler, ni de concilier, ni de distinguer entre eux.(p. XIV)

Segundo Bonnet e Tamine-Gardes (1984, p. 79), se levarmos em consideração os dados analisados por Piaget, em inúmeras obras, podemos considerar que as crianças podem produzir, efetivamente, respostas a questões *por que... ?*. Geralmente, os *explananda* e os *explanans* das crianças de menos de 6-7 anos são pré-causais e pré-lógicos.

No que se refere aos nossos resultados, podemos concluir que a descrição de utilizações da linguagem contribui efetivamente para um melhor entendimento tanto das capacidades *linguageiras* infantis como também das condições de seu desenvolvimento. Nesse sentido, a explicação e a diversidade de condutas explicativas por parte da criança desempenham, sem dúvida, um papel privilegiado dentre os gêneros de discurso mais elaborados e mais diversificados.

Agradecimentos: Agradecemos a Christiane Préneron por sua observação a respeito da diversidade de utilização de questões do tipo *como...?*

The polissemity of how...? in different explanatory practices produced by young children in school environment

■ **ABSTRACT:** *From the analysis of the verbal production of 5-year-old children – from a day care center in the suburbs of São Paulo - and their attempts to provide explanations, we aim at reflecting upon the perceptive and representative capabilities as well as the different dimensions of the coming up of meaning and the construction of the reference. In order to do so, we made use of dialogues between the*

children and the researcher, taking into account the development process of the explanatory practices, the complexities and details of each child language work, the speech enunciation and also what each child uses to base their explanations. The focus of this work is all how...? questions that, besides being more frequent in our corpus, make evident the polissemity of such linguistic units. The child interprets the questions proposed by the adult differently, on the grounds that he/she expresses a wide range of responses according to the kind of requests: mode of use, description of the action, personal account etc. It is important to point out that the description of the language use effectively contributes to a better understanding not only of the children language capability but also of the development circumstances.

■ **KEYWORDS:** *Language Acquisition. Explanatory Practices. Dialogic Relations*

Referências

BERTHOUD-PAPANDROPOULOU, I.; FAVRE, C. & VENEZIANO, E. Construction et reconstruction des conduites d'explication. CALaP, Paris, n.7/8, 1990, p. 9-35.

BONNET, C. & TAMINE-GARDES, J. Quand l'enfant parle du langage. Connaissance et conscience du langage chez l'enfant. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

BOREL, M. J. Discours explicatifs. Travaux du centre de recherches sémiologiques, n. 36, Neuchâtel, 1980, p.19-41.

BRASSART, D.G. Explicatif, argumentatif, descriptif, narrative et quelques autres. Recherche, n. 13, 1990, p. 30-57.

FRANÇOIS, F. Quelques conduites d'explication chez l'enfant. La psychologie du langage: recherches fondamentales et perspectives pédagogiques. Laboratoire de Psychologie des acquisitions et du développement. Université de Dijon, Dijon, 1988, p. 91-110.

HALTÉ, J.F. Trois points de vue pour enseigner les discours explicatifs. Pratiques, n.58, 1988, p.3-10.

HUDELOT, C.; PRENERON, C. & SALAZAR-ORVIG, A. Explications, distance et interlocution chez l'enfant de deux à quatre ans. CALaP, Paris, n.7-8, 1990, p.241-255.

JISA, H. & MARIOTTE, D. L'explication dans l'interaction enfant-enfant: co-construction de la cognition sociale. CALaP, Paris, n.7-8, 1990, p.225-239.

LECLAIRE-HALTE, A. Quelques réflexions sur l'explication. Pratiques, n.51, 1989, p.112-115.

MERLEAU-PONTY, M. Merleau-Ponty na Sorbonne. Resumo de cursos Filosofia e Linguagem. Campinas: Papirus, 1990.

MOLLO, E. & BERTHOUX, A. Explication d'un jeu de société par de tout jeunes enfants (2 ans et demi / 4 ans). CALaP, Paris, n.7/8, 1990, p.189-210.

PERRET-CLERMONT, A.N.; SCHUBAUER-LEONI, M.L. & GROSSEN, M. Contexte social du questionnement et modalités d'explication. CALaP, Paris, n.7-8, 1990, p.37-53.

SALO I LLOVERAS, N. Stratégies d'explication dans les dialogues adulte-enfant à l'école. CALaP, Paris, n.7/8, 1990, p.133-150.

WALLON, H. Origines de la pensée chez l'enfant. Paris: PUF, 1947.

RESENHA

AMBROSIO, Renato. *De rationibus exordiendi*: os princípios da história em Roma. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.

Ronaldo de Oliveira BATISTA¹

A renovada contemporânea dos estudos sobre a linguagem ligados à tradição clássica ocidental traz consigo reflexões de caráter historiográfico a respeito da definição, constituição e forma de ação dos gêneros textuais que se formaram na Antigüidade greco-romana, já que o período mostrou-se fecundo no tratamento de comentários e estabelecimentos teóricos a respeito das diferentes possibilidades da manifestação discursiva.

De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma, de Renato Ambrosio, professor universitário de Latim e Lingüística com formação em Estudos Clássicos e Historiografia Lingüística pela USP, insere-se na corrente de pesquisas em torno da tradição clássica e seus estudos sobre os gêneros textuais revistos pela historiografia contemporânea.

O livro de Ambrosio apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar um gênero presente em escritos de caráter histórico: a introdução — nomeada de exórdio pela Retórica clássica. São as escolhas feitas nos textos introdutórios que interessam o olhar de Ambrosio, que procura apontar particularidades de um gênero envolvido, inegavelmente, com as forças de persuasão e síntese. E o próprio título do livro, em latim, revela-nos que estarão em exame os “modos de começar” os discursos da história.

¹Departamento de Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Educação-UPM – 01302-907, São Paulo-SP, Brasil. E-mail: ro_batista@uol.com.br.

O leitor encontrará uma análise de três subgêneros do discurso histórico na tradição clássica latina, ligados à classificação retórica de gênero demonstrativo. Esses subgêneros são os exórdios de monografias históricas (de Salústio Crispo), de livros de vidas, biografias (escritos por Cornélio Nepos) e também textos dos *Comentarii* de César (não exatamente considerados como exórdios, mas importantes para a reflexão que Ambrosio empreende).

O trabalho analítico apresentado parte da leitura dos autores na língua latina e em traduções, revelando o cuidado filológico característico dos estudos clássicos. Ao lado dessa característica, há o tratamento historiográfico do assunto em pauta, com Ambrosio estabelecendo relações entre a tradição latina que estuda e outras abordagens também clássicas e estudos contemporâneos relacionados a reflexões sobre o texto na Grécia e Roma clássicas.

Após um Prefácio (p. 13-18) escrito por Modesto Florenzano, Ambrosio inicia seu trabalho por uma introdução denominada de “Exórdio” (p. 19-26). Essa parte introdutória constrói uma espécie de jogo de espelhos entre o próprio *exórdio* do autor, apresentando e introduzindo suas abordagens, e aqueles a serem analisados. Em uma prosa criteriosa e elegante, já sabemos que as reflexões do autor não serão feitas sem rigor.

No Capítulo I, “Cícero e a escrita da história” (p. 27-51), apresenta-se um estudo a respeito do conceito de História em Cícero, ainda que este autor não tenha exatamente produzido textos de caráter histórico. A inclusão desses comentários sobre o autor latino deve-se à influência de Cícero para a tradição da historiografia romana e para a formação dos gêneros da escrita histórica. Em meio aos apontamentos historiográficos, vê-se o tratamento rigoroso do material analisado, com a presença de textos no original latino acompanhados de traduções já estabelecidas e também por outras feitas por Ambrosio, que reúne, assim, suas formações de latinista e historiógrafo.

Em “Sobre o Exórdio”, segundo capítulo (p. 53-71), há a reconstrução historiográfica do gênero exórdio e seu início e desenvolvimento na tradição em questão. Retomam-se também as abordagens retóricas e as análises feitas sob esse prisma para os gêneros escritos e orais da Antiguidade clássica.

Os capítulos III, “Cornélio Nepos” (p. 73-104), e IV, “Salústio

Crispo” (p. 105-150), trazem a análise para as introduções, a suas obras, feitas pelos autores latinos indicados nos nomes dos capítulos. O olhar analítico procura revelar de que forma se dá a atuação dessas partes preambulares em textos sobre a história e textos biográficos. Ambrosio vai pontuando, ao longo de seu trabalho, a influência dessa escrita introdutória sobre os retores e seus escritos, deixando-nos a idéia de que a persuasão e a habilidade retórica, quando bem construídas, fazem parte, ou devem fazer, dos exórdios. As análises feitas no livro, vale dizer, não tomam de forma simplista a questão dos gêneros propostos pela tradição clássica, já que Ambrosio não se exime de apontar, nos exórdios que analisa, a forma como os gêneros constantemente se cruzam.

Num trabalho de erudição visível pelo cuidado com a escrita, seleção e tratamento do material analisado, os exórdios examinados por Ambrosio são lidos à luz de seu tempo, num cuidadoso e eficiente registro historiográfico, sem deixar de lado as correlações necessárias com as tradições posteriores ao período estudado.

A publicação do trabalho, pela Humanitas com a colaboração da Fapesp, vem num momento em que se pontua a renovação dos estudos sobre a tradição clássica (com ênfase para a Retórica), contribuindo para a formação de um olhar para escritos anteriores aos dos retores, e que se mostram, como nos faz ver Renato Ambrosio, influentes para a formação da escrita do gênero histórico na tradição clássica ocidental.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Adesão emocional do enunciatório, p.47
Alternâncias de diátese, p.107
Análise do discurso, p.173
Análise do Texto, p.171
Aquisição de Linguagem, p.189
Argumentação, p.9
Coesão Lexical, p.171
Condutas Explicativas, p.189
Contrato de veridicção, p.47
Cumulatividade, p.83
Dicionários bilíngües, p.127
Discurso, p.9
Discurso Jurídico, p.25
Discurso passional, p.47
Discurso sincrético, p.47
Discurso verbal, p.47
Distributividade, p.83
Eficácia, p.9
Ensino de língua estrangeira, p.173
Enunciação, p.47
Equivalência, p.127
Espanhol, p.173
Estilo, p.25
Ethos, p.25
Foco, p.83
Gramática, p.59
Gramaticalização de *vossa mercê* no Português, p.67
História, p.9
Historiografia Lingüística, p.59
Língua Portuguesa, p.59
Linguagem, p.9
Lingüística Aplicada, p.173
Lingüística, p.59
Norma Culta, p.25
Polissemia, p.127
Profetismo, p.9
Pronomes pessoais do português, p.67
Quantificação, p.83
Relações Dialógicas, p.189
Retórica, p.9,25
Semântica, p.83
Semântica dos verbos, p.107
Sintaxe, p.83
Sistema de traços morfo-semânticos e discursivos de *vossa mercê* e de *você*, p.67
Substantivos do francês e do português, p.127
Testes de Leitura e Compreensão, p.171
Todos, p.83
Traços primitivos de *gênero*, de *número* e de *pessoa*, p.67
Verbos de movimento, p.107

SUBJECT INDEX

- Applied Linguistics, p.185
Argumentation, p.22
Bilingual dictionaries, p.139
Contract of veridiction, p.57
Cumulativity, p.104
Dialogic Relations, p.202
Diathesis alternations, p.124
Discourse, p.22
Discourse analysis, p.185
Distributivity, p.104
Efficacy, p.22
Emotional adhesion of the enunciate, p.57
Enunciation, p.57
Equivalency, p.139
Ethos, p.43
Explanatory Practices, p.202
Focus, p.104
Foreign languages learning, p.185
French and Portuguese nouns, p.139
Grammar, p.65
Grammaticalization of *vossa mercê* > *Você* in the Portuguese, p.81
History, p.22
Juridical Discourse, p.43
Language, p.22
Language Acquisition, p.202
Lexical Cohesion, p.143
Linguistic Historiography, p.65
Linguistics, p.65
Motion verbs, p.124
Passionate discourse, p.57
Personal pronouns of the Portuguese, p.81
Polysemic, p.139
Portuguese, p.65
Primitive features of gender, number and person, p.81
Prophetism, p.22
Quantification, p.104
Reading Comprehension Tests, p.143
Rhetoric, p.22,43
Semantics, p.104
Spanish, p.185
Standard Language, p.43
Style, p.43
Syncretic discourse, p.57
Synthax, p.104
System of the morpho-semantic and discursive features of *vossa mercê* and *você*, p.81
Text Analysis, p.143
Verb semantics, p.124
Verbal discourse, p.57

ÍNDICE DE AUTORES AUTHORS INDEX

- BATISTA, R. de O., p.207
DEL RÉ, A., p.189
DIAS-DA-SILVA, B. C., p.107
FERNANDES, S. D., p.189
GOMES, A. P. Q., p.83
GUEDES, Z. C. F., p.189
MACMILLAN, F., p.143
MENDES, M. B. T., p.47
MORAES, H. R. de, p.107
MOSCA, L. S., p.9
PEDROSO, S. F., p.173
PISTORI, M. H. C., p.25
RUMEU, M. C. de B., p.67
SILVA, M. C. P. da, p.127
SILVA, M., p.59

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A *Revista do GEL* é uma publicação do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, de periodicidade anual, que tem por finalidade divulgar textos acadêmicos, originais e inéditos, resultantes de pesquisa individual ou coletiva, resenhas críticas e noticiários de interesse das áreas de Letras e Lingüística.

Os trabalhos para publicação poderão ser apresentados em português, francês, inglês ou espanhol. Em casos especiais, e a critério da Comissão Editorial, poderão ser apresentados em outra língua que não as indicadas. Só serão publicados trabalhos selecionados pela Comissão Editorial, com base em parecer emitido por membro do Conselho Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação

- O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser entregue em disquete e em duas vias impressas. O disquete deve trazer uma etiqueta identificando o(s) autor(es) e o arquivo.
- Em uma das cópias impressas, não deverá constar nem o nome do(s) autor(es), nem o da instituição à qual está(ão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s). Na outra cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.
- O trabalho deverá ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12.
- O trabalho deverá ter uma extensão máxima de trinta páginas (incluindo referências) digitadas com espaçamento duplo.

Estrutura do trabalho

Deve obedecer à seguinte seqüência:

- **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página;
- **nome do autor**, por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita;
- **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o Departamento (no caso de docente), o Programa de Pós-graduação (no caso de aluno de pós) ou o curso de Graduação (no caso de graduando); o nome da Faculdade ou Instituto; o nome da Universidade (em sigla); o CEP; a cidade; o estado; o país e o endereço eletrônico do autor;
- **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples;
- mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete), separadas por ponto. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Lingüística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
- duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento;
- duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), título (em inglês), *abstract* e *keywords*;
- duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto;
- após as referências, opcionalmente, serão incluídas obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT.

Exemplos:

Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Capítulos de livros:

JOHNSON, W. **Palavras e não palavras**. In: STEINBERG, C. S. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

Dissertações e teses:

ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena**. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Artigos e periódicos:

ARAUJO, V. G. de. **A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli**. *Arteunesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado):

MARIN, A. J. **Educação continuada**. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Citação no texto

■ O sistema de chamada utilizado é o autor-data, conforme NBR 10520 da ABNT. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980).

■ Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala [...]”. Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513).

■ As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos deverão ser indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro

seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

- As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas apenas para indicar citação no interior de citação.
- As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4cm da margem esquerda, com letra menor (*Times New Roman*, tamanho 11) que a utilizada no texto e sem aspas.
- As intervenções nas citações diretas devem ser indicadas do seguinte modo: a) supressão: [...]; b) interpolação, acréscimo ou comentário: [].
- Para enfatizar trechos da citação, deve-se destacá-los indicando essa alteração com a expressão “grifo nosso” ou “grifo do autor”, caso o destaque já faça parte da obra consultada.
- Quando a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir a expressão “tradução nossa”.

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 cm x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo Figura.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es). Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos ao(s) autor(es), ou serão solicitadas adaptações.

Os trabalhos deverão ser enviados ao editor responsável pela
Revista do GEL, para o endereço abaixo:

Revista do GEL
Departamento de Linguística
Faculdade de Ciências e Letras-UNESP
Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1
14800-901 – Araraquara-SP
E-mail para contato: revistadogel@fclar.unesp.br

Esta revista foi impressa em julho de 2006 pela
Davince Editora Gráfica Ltda - davinceassis@uol.com.br

Tel:(18) 3323-5951

Editora Viena - SCR Pardo

www.editoraviena.com.br

Lineide Salvador Mosca
Maria Helena Cruz Pistori
Mariza Bianconcini Teixeira Mendes
Maurício Silva
Márcia Cristina de Brito Rumeu
Ana Paula Quadros Gomes
Hélio Roberto de Moraes
Bento Carlos Dias da Silva
Maria Cristina Pereira da Silva
Fabiana Macmillian
Sérgio Flores Pedroso
Sílvia Dinucci Fernandes
Zelita Caldeira Ferreira Guedes
Alessandra Del Ré
Ronaldo de Oliveira Batista